



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDO DE LINGUAGENS – PPGEL

JULIANE GUIMARÃES CUNHA

**O DISCURSO ABOLICIONISTA NO SÉCULO XIX: PROCESSOS
ARGUMENTATIVOS NOS TEXTOS DO *DIÁRIO DA BAHIA* DE 1884**

SALVADOR
2012

JULIANE GUIMARÃES CUNHA

**O DISCURSO ABOLICIONISTA NO SÉCULO XIX: PROCESSOS
ARGUMENTATIVOS NOS TEXTOS DO *DIÁRIO DA BAHIA* DE 1884**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens Departamento de Ciências Humanas – *Campus I*, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Telles Sobral

SALVADOR
2012

EXAME DE DISSERTAÇÃO

CUNHA, Juliane Guimarães. **O discurso abolicionista no século XIX: processos argumentativos nos textos do *Diário da Bahia* de 1884.** Dissertação de Mestrado em Estudo de Linguagens. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Salvador: UNEB, 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Professor Doutor Gilberto Telles Sobral – UNEB Orientador

Professora Doutora Maria da Conceição Reis Teixeira – UNEB

Professora Doutora Norma Suely Pereira– UFBA

Salvador, 14 de março de 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Primeiramente a Deus, por me dar o dom da vida.

À minha família, principalmente meus pais por me proporcionarem uma educação de qualidade e por estarem comigo nos momentos importantes da minha vida.

A Roberta pela paciência, compreensão e ajuda nos momentos de produção deste trabalho.

A meu orientador Gilberto Nazareno por me ensinar a conviver no ambiente acadêmico e por me auxiliar na produção dessa dissertação.

Aos professores do PPGEL pelas oportunidades de crescimento seja intelectual ou acadêmico e ao programa por me conceder a bolsa.

A Camila e Danilo, funcionários do PPGEL, que muito me ajudaram nessa caminhada.

A Conceição, professora da UNEB e minha orientadora na graduação, que me deu a oportunidade de trabalhar em seu grupo de pesquisa e me apresentou o *Diário da Bahia*.

Aos meus amigos que estavam presentes nos momentos bons e ruins da minha vida e a todos aqueles que me apoiaram e, de certa forma, me ajudaram na produção desta dissertação.

Muito obrigada!

“Penso que cumprir a vida seja simplesmente
Compreender a marcha e ir tocando em frente
Como um velho boiadeiro levando a boiada
Eu vou tocando os dias pela longa estrada eu vou
Estrada eu sou [...]
Cada um de nós compõe a sua história
Cada ser em si carrega o dom de ser capaz
E ser feliz”

Almir Sater – Tocando em frente

RESUMO

O *Diário da Bahia*, periódico que circulou na cidade de Salvador durante os séculos XIX e XX, exerceu influência em vários aspectos da história da Bahia e do Brasil. Durante o Segundo Império, seus dirigentes, integrantes do Partido Liberal, tinham por principal meta acabar com o trabalho escravo no país através de campanhas antiescravistas. Publicavam-se escritos de gêneros e tipologias deferentes a fim de convencer o público leitor de que a escravidão representava um sistema ultrapassado e de que seu fim significava um benefício para o crescimento do país. Diante desse contexto, investigaram-se, no presente trabalho, os processos argumentativos constantes nos textos veiculados pelo *Diário da Bahia* de 1884, ano que antecedeu a Lei dos Sexagenários, promulgada no dia 28 de setembro de 1885. Dos 148 textos encontrados nos exemplares dos meses de janeiro a abril de 1884, escolheram-se cinco para compor o *corpus* da pesquisa. Utilizou-se como aporte teórico para as análises a Nova Retórica, de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005) – que contribuiu nas análises dos acordos estabelecidos para a adesão do auditório e dos argumentos usados pelos jornalistas na construção de seus escritos – e as noções de *ethos* (credibilidade do orador), *pathos* (sentimentos despertados no auditório pelo orador) e *logos* (discurso argumentativo) que compõem a tríade retórica aristotélica (séc. IV a.C.). Após a análise dos textos abolicionistas, concluiu-se que as principais estratégias argumentativas relacionam-se com a imagem dos jornalistas como integrantes do Partido Liberal (*ethos*): uma organização política que visava ao benefício do país e, por isso, manifestava-se contra o trabalho servil; com as emoções suscitadas no auditório (*pathos*) para que libertassem seus escravos e aderissem à causa abolicionista, sendo os principais sentimentos os de filantropia, patriotismo e culpa; e com os argumentos de autoridade (principalmente o juízo de valor de autores franceses e ingleses), pragmático, exemplo, modelo, antimodelo, incompatibilidade, dentre outros.

Palavras-chave: *Diário da Bahia*; Campanha Abolicionista; Argumentação; Retórica.

ABSTRACT

The *Diário da Bahia*, newspaper that circulated in the city of Salvador during the nineteenth and twentieth centuries, an influence on various aspects of the history of Bahia and Brazil. During the Second Empire, its leaders, members of the Liberal Party, had as main goal to end the slave labor in the country through anti-slavery campaigns. Published writings is deferent types of genres and to convince the readers that slavery represented an outdated system and that its end meant a benefit to the country's growth. In this context, we investigated in this work, the argumentative processes contained in the texts elaborated by the Journal of Bahia in 1884, the year prior to the sixties of Law, promulgated on September 28, 1885. Of the 148 texts found during the months January to April 1884, five chose to compose the corpus of the research. Was used as the theoretical analysis for the New Rhetoric, Chaim Perelman and Lucie Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005) - which helped in the analysis of the agreements for membership of the auditorium and the arguments used by journalists in the construction of his writings - and the notions of *ethos* (credibility of the speaker), *pathos* (feelings aroused by the speaker in the audience) and *logos* (argumentative discourse) that make up the triad rhetoric Aristotle (fourth century BC). After analyzing the texts abolitionists, it was concluded that the main argumentative strategies relate to the image of journalists as members of the Liberal Party (*ethos*): a political organization that aimed to benefit the country and, therefore, manifested itself against slave labor, with the emotions aroused in the audience (*pathos*) that freed their slaves and adhere to the abolitionist cause, being the major feelings of philanthropy, patriotism and guilt, and with the arguments of authority (especially the value judgment of authors French and English), pragmatic, example, model, anti-model, incompatibility, among others.

Keywords: *Diário da Bahia*; Abolitionist Campaign; Argumentation, Rhetoric.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1: Evolução do Sistema Partidário do Império.....	16
Gráfico 1: Notícias de teor político, segundo o tipo de assunto, publicados pelo <i>Diário da Bahia</i> no último trimestre de 1884 -1887.....	36
Gráfico 2: Estatísticas dos argumentos nos textos abolicionistas do <i>Diário da Bahia</i>	57
Tabela 1: Tabela quantitativa dos argumentos constantes nos textos abolicionistas do <i>Diário da Bahia</i> de 1884.....	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A CAMPANHA ABOLICIONISTA NO SÉCULO XIX: O PARTIDO LIBERAL, OS PERIÓDICOS E O <i>DIÁRIO DA BAHIA</i>	15
2.1 A QUESTÃO ABOLICIONISTA NO BRASIL NO SÉCULO XIX.....	18
2.2 O PAPEL DOS PERIÓDICOS NA COLÔNIA E NO IMPÉRIO BRASILEIRO	26
2.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO <i>DIÁRIO DA BAHIA</i> E DA PROPAGANDA ABOLICIONISTA.....	30
2.3.1 <i>Diário da Bahia: História</i>	30
2.3.2 <i>Diário da Bahia: Descrição extrínseca e intrínseca do periódico</i>	33
2.3.3 <i>A Questão Abolicionista e o Diário da Bahia</i>	36
2.3.3.1 A questão da escravidão a partir de alguns textos publicados no <i>Diário da Bahia</i> De 1884.....	40
3 A ARTE DE ARGUMENTAR	43
3.1 <i>ETHOS, PHATOS E LOGOS: A TRÍADE ARISTOTÉLICA</i>	46
3.2 A NOVA RETÓRICA E AS CONDIÇÕES PARA A ARGUMENTAÇÃO.....	49
3.2.1 Estratégias argumentativas nos textos abolicionistas do <i>Diário da Bahia 1884</i>	56
3.2.1.1 “Os Conservadores”	58
3.2.1.2 “Educação dos escravos”	62
3.2.1.3 “Libertação do Ceará”	66
3.2.1.4 “Os libertos”	68
3.2.1.5 “O abolicionismo e a lavoura”.....	72
4 CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS	79
ANEXOS	83

1 INTRODUÇÃO

A história do Brasil, mais especificamente a da Bahia, é marcada por uma sequência de fatos de grande importância para a compreensão do mundo de hoje. Dentre esses episódios, está a presença da escravidão, que muito marcou a vida da sociedade baiana. Foram aproximadamente quatro séculos de exploração da mão-de-obra escrava, seja através dos indígenas que aqui moravam no período do descobrimento, ou através de africanos, trazidos por meio de tráfico negreiro, oriundos de diversas regiões da África. Estes permaneceram trabalhando como escravos por um período maior e, embora a escravidão já tenha sido abolida, até hoje há resquícios desse período tão obscuro para aqueles que eram forçados a trabalhar. Eles não tinham voz, eram considerados simples mercadorias para a sociedade da época e seres sem alma para a Igreja.

Durante o período em que a escravidão vigorava como forma de trabalho, muitos manifestaram-se para que esse fato se modificasse. Não só os escravos eram contra suas condições; havia também um grande número de indivíduos das camadas populares, médias e até da alta sociedade, que não admitia tal fato e considerava a escravidão como um crime contra a humanidade, o progresso e o cristianismo.

O movimento contra a escravidão ganhou força principalmente durante a década de 1880, período em que se intensificaram as publicações em jornais que defendiam a abolição, além das quermesses, leilões e bailes que tinham por objetivo arrecadar dinheiro para a compra da liberdade de escravos. Havia também poetas que escreviam textos abolicionistas para provocar a reflexão da sociedade, buscando sua adesão à causa em questão. São muitos os documentos escritos que provam o quão intenso foi o movimento pelo fim do trabalho servil e um dos suportes mais utilizados na época era o periódico. Os jornais eram o principal recurso de divulgação do discurso abolicionista e também um dos mais eficazes, já que eram e ainda são um meio formador de opinião.

Voltando a atenção para o ano de 1884, pode-se perceber a presença constante de muitos periódicos circulando na Bahia. A maioria deles servia de arauto aos partidos Conservador e Liberal, veiculando seus interesses. Um desses jornais, que traz muito sobre a questão do trabalho servil, é o *Diário da Bahia*. Seus dirigentes, filiados ao Partido Liberal, visavam à abolição da escravatura, defendendo seus pontos de vista em muitos dos textos publicados.

Ciente da influência que esse periódico exerceu na sociedade baiana no século XIX, em que a escravidão prevalecia como forma de trabalho, nos anos de 2006 e 2007 a Profa.

Dra. Maria da Conceição Reis Teixeira elaborou, na Universidade do Estado da Bahia, *campus 1*, um projeto intitulado *O discurso abolicionista no Diário da Bahia* (TEIXEIRA, 2006; 2007), que visava a recolher e editar textos abolicionistas, constantes no periódico *Diário da Bahia*, seguindo os aportes teóricos da Filologia Textual. Como fiz parte desse projeto como bolsista de Iniciação Científica, interessei-me em dar continuidade aos trabalhos com os textos do referido periódico, porém, agora, a partir de uma nova perspectiva. A presente dissertação é, então, reflexo desses estudos realizados pelo grupo de pesquisa a fim de evidenciar um fato muito representativo para a história do Brasil: a abolição da escravatura.

Pesquisaram-se os exemplares do periódico dos anos de 1871, 1876, 1880 e 1884. A partir da leitura dos escritos e tomando conhecimento do contexto histórico no qual estes estavam inseridos, questionou-se: Quais os argumentos utilizados pelos jornalistas abolicionistas para conseguir mais adeptos à causa em questão? Qual a relação entre o Partido Liberal e a Campanha Abolicionista? Os argumentos presentes nos textos têm relação somente com questões de ordem filantrópica e humanitária ou de outros níveis, como o político e o filosófico?

Ao pressupor que toda e qualquer informação divulgada para um público específico ou geral apresenta, de forma explícita ou não, a intencionalidade de quem a engendra, após selecionarmos o *corpus* de pesquisa, nosso principal objetivo foi investigar os processos argumentativos dos quais os abolicionistas valiam-se para criar seus discursos referentes à causa em questão a fim de suscitar no público sentimentos que o comovessem e o persuadissem a libertar seus escravos e aderir à campanha abolicionista. Além disso, como o objeto de estudo da presente dissertação foi o *Diário da Bahia*, um dos periódicos baianos mais utilizados, no século XIX, para transmitir ideias liberais a respeito do trabalho servil, fez-se necessário trazer informações sobre a escravidão, os partidos Liberal e Conservador e a causa abolicionista.

Para a elaboração do presente trabalho, selecionaram-se os exemplares referentes ao ano de 1884. A escolha desse ano deu-se pelo fato de, nesse período, a campanha contra a escravidão ser intensa, e, em 1885, ter sido promulgada a Lei dos Sexagenários. Durante a pesquisa, notou-se que, quanto mais próximo de leis abolicionistas, mais intensas eram as publicações relacionadas ao tema, possivelmente porque quanto mais se intensificava a campanha pelo fim do trabalho servil, mais os governantes se sentiam pressionados e promulgavam leis abolicionistas como manobras para abrandar os ânimos do movimento pelo fim da escravidão.

Os exemplares do jornal *Diário da Bahia* podem ser localizados, atualmente, na hemeroteca da Biblioteca Central da Bahia, situada no bairro dos Barris, em Salvador, no Setor de Periódicos Raros, setor esse onde se encontram arquivadas as coleções de jornais, revistas, periódicos e recortes de textos veiculados em diversos tipos de mídias. Outras instituições, como o Arquivo Público da Bahia e o Instituto Histórico Geográfico da Bahia, ambas localizadas na cidade de Salvador, também acondicionam exemplares do referido periódico, porém em menor número.

O estado de conservação dos exemplares encontrados para a presente pesquisa, infelizmente, é precário. Nas três instituições citadas, os jornais encontravam-se rasgados, apresentando riscos de caneta, furos que revelam a ação de insetos xilófagos e ação intensiva de fungos, provocando o amarelamento do papel. Isso revela a necessidade de se criar um projeto que vise à transferência de suporte através da digitalização ou da microfilmagem, garantindo a leitura sem o contato físico do pesquisador com o suporte, bem como a sua permanência para as gerações futuras.

Depois de pesquisar em todos os acervos, referente ao ano de 1884, somente os exemplares relativos aos meses de janeiro a abril estavam disponíveis. Os textos referentes aos escravos foram coletados e, posteriormente, transcritos. Encontraram-se um total de 148 textos referentes a escravos pertencentes ao período escolhido. Como não foi possível trabalhar com todos na presente dissertação, houve a necessidade de se estipular critérios para selecionar alguns a comporem o *corpus* do trabalho. Escolheram-se dois critérios: o primeiro refere-se aos textos que remetiam direta ou indiretamente a discursos escravocratas, no intuito de refutar essas ideias, e defender os ideais abolicionistas. Os textos que se enquadram nesse critério são: *Os conservadores*, publicado no dia 17 de janeiro, na seção Noticiário; *Educação dos escravos*, publicado no dia 27 de fevereiro, na seção Noticiário; *Os Libertos*, no dia 15 de abril, na seção Noticiário; e *O abolicionismo e a lavoura* publicado no dia 20 de abril na seção Noticiário. O segundo critério diz respeito à libertação dos escravos no Ceará¹, fato que mobilizou muitos militantes que se manifestavam pelo fim do trabalho servil. Por esse critério, escolheu-se apenas um texto: *A libertação do Ceará*, publicado no dia 25 de março, na seção *Diário da Bahia*. Essa escolha se deu devido às informações presentes nesse escrito, que demonstram a relevância desse fato para os liberais abolicionistas. Dessa forma, dos 148 textos referentes à escravidão, apenas cinco farão parte do *corpus* de pesquisa.

¹ A primeira província brasileira a libertar todos os cativos foi o Ceará, em março de 1884. (COSTA, 2008)

Os textos abolicionistas publicados no *Diário da Bahia* de 1884 encontram-se em várias seções do jornal, principalmente naquela que hoje é intitulada editorial, onde se colocava diariamente a posição do jornal diante de assuntos polêmicos para a época e convenientes para o próprio partido que estava à frente do jornal. São textos que abordam a questão da escravidão, mas de formas muito distintas. Alguns mencionam escravos que foram libertados a partir de fundos de emancipação; outros tratam de Sociedades Abolicionistas criadas a fim de acabar de vez com o trabalho escravo; muitos narram fatos em que escravos foram premiados com a liberdade; há, ainda, algumas cartas de leitores que escrevem sobre o tema ou, simplesmente, publicam-se notícias de alforrias.

Para realizar a transcrição dos textos, optou-se por seguir os aportes teóricos da Filologia Textual, visto que se percebe a necessidade da elaboração de critérios para reproduzir tais escritos. Não se pode negar a importante contribuição dos estudos filológicos para o meio acadêmico. Conforme Cambraia (2005, p.20), a Filologia Textual “tem impacto sobre toda atividade que se utiliza do texto escrito como fonte”, servindo, dessa forma, de auxílio para outras ciências que necessitam dos documentos para fundamentar suas teses. Sua função primordial é o resgate de textos, procurando sempre encontrar o texto original, sua forma fidedigna ou, pelo menos, aquele que traz a vontade última do autor. O processo de resgate de textos que ela propõe é através da edição destes, que se pode realizar de várias maneiras a depender do interesse do pesquisador ou do público ao qual o texto se tornará acessível.

Optou-se por realizar somente a transcrição dos escritos que compõem o *corpus* da presente pesquisa, valendo-se de alguns critérios. São eles: 1) Transcrever o texto original, linha a linha²; 2) Conservar a pontuação, acentuação e ortografia do texto original; 3) Conservar os destaques em itálico ou negrito do texto original; 4) Conservar as frases em caixa alta do texto original; 5) Manter os símbolos utilizados pelos autores; 6) Colocar todos os títulos centralizados; 7) Desenvolver as abreviaturas, evidenciando-as em negrito e itálico; 8) Colocar entre colchetes [] tudo que foi acrescentado ao texto original (interpolações); 9) Colocar colchetes com reticências [...] em casos de omissão devido a falhas tipográficas, rasuras ou destruição de qualquer gênero do suporte; 10) Utilizar uma barra / para indicar mudança de linha e duas barras // para indicar quebra de coluna; 11) Numerar as linhas de 5 em 5.

² A versão fac-similar dos textos, além da transcrição dos mesmos, será apresentada em anexo.

No desenvolvimento da análise dos processos argumentativos dos textos abolicionistas, seguiram-se os pressupostos teóricos da Nova Retórica, fundamentada principalmente por Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005), uma vez que, com essa teoria, podem-se analisar os acordos estabelecidos para a adesão do auditório e os tipos de argumentos utilizados pelos abolicionistas para persuadir seu público a libertar seus escravos. Articularam-se essas ideias com a Retórica de Aristóteles (séc.IV a.C), focando na tríade retórica aristotélica *ethos* (imagem do orador), *páthos* (emoção suscitada pelo orador nos seus ouvintes) e *lógos* (o discurso argumentativo propriamente dito).

Além da Introdução, a presente dissertação é composta por mais três seções: a seção 2, intitulada *A campanha abolicionista no século XIX:: O Partido Liberal, os periódicos e o Diário da Bahia*; a seção 3, intitulada *A arte de argumentar*; e a 4, a *Conclusão*.

Na Introdução deste trabalho, apresentam-se a problemática e os motivos que levaram à produção da dissertação. Além disso, evidenciam-se o *corpus* de pesquisa e os critérios estabelecidos para a sua escolha e faz-se menção ao tipo de análise a ser realizado e ao aporte teórico a ser seguido.

A segunda seção dessa dissertação trata, de forma geral, da relação que há entre o partido Liberal e o movimento abolicionista, além de evidenciar a importância dos periódicos para a formação da sociedade e algumas considerações acerca do *Diário da Bahia* e de sua representação no cenário baiano, principalmente no ano de 1884. Esta seção está dividida em três subseções. São elas: 2.1 *A questão abolicionista no Brasil no século XIX*; 2.2 *O papel dos periódicos durante o Império*; 2.3 *Considerações acerca do Diário da Bahia e da propaganda abolicionista*.

Na terceira seção dessa dissertação, realiza-se uma breve retomada histórica sobre a retórica e a arte de argumentar e seu percurso desde a antiguidade até os dias atuais, com enfoque na Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca. Tratou-se também da tríade retórica, elaborada por Aristóteles (séc. IV a.C.) e, posteriormente, realizam-se as análises dos textos abolicionistas, com foco principal no *logos*, ou seja, nos argumentos utilizados pelos jornalistas do *Diário da Bahia* para sustentar suas teses.

Na Conclusão, evidenciaram-se os pontos principais das análises realizadas, principalmente aquelas que dizem respeito ao *ethos*, *pathos* e *lógos* e a influência que tem o Partido Liberal na construção dos textos em questão.

2 A CAMPANHA ABOLICIONISTA NO SÉCULO XIX: O PARTIDO LIBERAL, OS PERIÓDICOS E O *DIÁRIO DA BAHIA*

Para contemplarmos os objetivos da presente dissertação, faz-se necessário, primeiramente, conhecer, mesmo que parcialmente, o contexto sócio-histórico e político no qual o *Diário da Bahia* e, mais especificamente, os textos do *corpus* em questão estão inseridos.

Em 1884, o Brasil encontrava-se no Segundo Reinado, cujo imperador era Pedro de Alcântara, que alcançou tal cargo a partir do Golpe da Maioridade. Nesse período, havia uma disputa entre dois grandes partidos políticos para atingir o poder: o Partido Conservador e o Liberal. Esses partidos formaram-se em 1840, no início do Segundo Reinado. Conforme Carvalho (2007), até 1837, não havia partidos políticos no país. Antes da independência, o que existia no Brasil eram sociedades secretas, geralmente sob influência maçônica. Após a abdicação de Dom Pedro I ao trono, que marcou o fim do Primeiro Reinado e início do Período Regencial, essas sociedades secretas tornaram-se mais abertas, mas todas voltadas para problemas políticos relacionados à abdicação. Com a morte de Dom Pedro I e a implementação do Ato Adicional, em que se realizaram reformas na Constituição de 1824³, essas organizações políticas deixaram de existir e mudanças no plano político e social do país, como o próprio Ato Adicional, a descentralização gerada pelo Código de Processo Criminal de 1832 e as rebeliões provinciais, proporcionaram a disposição dos dois grandes partidos, o Conservador e o Liberal. (CARVALHO, 2007).

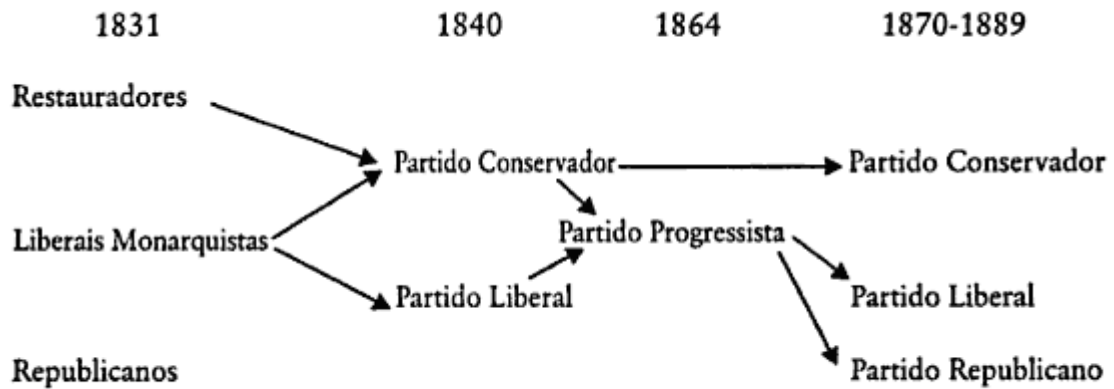
O partido Conservador formou-se a partir

[...] de uma coalizão de ex-moderados e ex-restauradores sob a liderança do ex-campeão liberal Bernardo Pereira de Vasconcelos e propunha a reforma das leis de descentralização, num movimento chamado pelo próprio Vasconcelos de Regresso. (CARVALHO, 2007, p. 204)

O partido Liberal, por sua vez, formou-se por aqueles que defendiam a manutenção das leis descentralizadoras. As disputas ideológicas entre esses dois partidos marcaram o Segundo Reinado, que durou de 1840 a 1889. Esses partidos sofreram modificações no decorrer da história do Segundo Reinado, a ponto de, a partir deles, surgirem outros partidos. Um deles foi o Progressista, criado em 1864, a partir da Liga Progressista e era composto de liberais históricos e conservadores dissidentes. Em 1870, esse partido se dissolveu e, a partir

³ Conforme Costa (2003), as principais inovações a partir do Ato Adicional foram: criação o Município Neutro; criação das Assembléias Legislativas nas províncias; estabelecimento do voto para a escolha do Regente, que passava então a ser uno, com mandato de 4 anos; e extinção do Conselho de Estado.

dele, surgiram dois outros, O Liberal e o Republicano. (CARVALHO, 2007). No esquema a seguir, elaborado por Carvalho (2007), pode-se notar a evolução do sistema partidário brasileiro.



Esquema 1: Evolução do Siestema Partidário do Império 1831-1889

Alguns historiadores defendem que, ideologicamente, tanto o Partido Liberal quanto o Conservador visavam ao mesmo objetivo: aquisição do poder. Faoro (2001, p. 400) reforça essa ideia, afirmando que “o conservador sem cargos faz-se revolucionário; o liberal no poder esquece a pólvora incendiária.”.

No Segundo Reinado, a partir de 1847, o regime político que vigorava era o parlamentarismo, baseado no parlamentarismo clássico inglês, porém com algumas particularidades. No parlamentarismo às avessas, como era chamado o regime parlamentar brasileiro, o imperador escolhia o primeiro-ministro e este formava o Ministério. Logo após a formação do Ministério, convocavam-se eleições para formar a Câmara. As eleições eram fraudadas no intuito de se eleger deputados do mesmo partido do primeiro-ministro. Caso houvesse choque entre os deputados e o Ministério, o imperador ou demitia o primeiro-ministro, ou dissolvia a Câmara, convocando novas eleições. Dessa forma, diferentemente do parlamentarismo inglês em que o rei reina, mas não governa, no parlamentarismo brasileiro, o rei reinava e governava (CÁRCERES, 1993).

Durante o Segundo Império, havia alternância entre os dois partidos políticos no governo. Ora o Imperador nomeava um Conservador, ora um Liberal. Dessa forma, para se atingir o poder, era necessário ter influência no meio político, inserindo-se em algum partido. Essas organizações políticas começaram a adquirir mais força e a deixar explícitas as suas

causas, principalmente a partir da década de 60 do século XIX. Em 1869, o Partido Liberal, por exemplo, lançou um manifesto que propunha

[...] descentralização, autonomia do Judiciário, criação de um sistema de educação independente do Estado, transformação do Conselho de Estado em órgão exclusivamente administrativo, abolição da vitaliciedade do Senado, eleições diretas, criação de registro civil, secularização dos cemitérios, liberdade religiosa, extensão do direito de voto aos não-católicos e gradual emancipação dos escravos (COSTA, 2003, p. 46).

Em 1868, surgiu, no cenário nacional, uma ala mais radical do Partido Liberal, que, não conformada com as ideias do partido, tinha por principais metas extinguir o poder Moderador, acabar com a escravidão, com a Guarda Nacional, promover a descentralização administrativa e as reformas eleitorais (COSTA, 2003). Passava-se a pensar não mais no fim gradual da escravidão, mas sim em extingui-la completamente do cenário nacional. Em suma, a maioria dos integrantes do Partido Liberal defendia essa causa; já os representantes do Partido Conservador eram a favor da manutenção do império e do trabalho escravo.

Conforme Carvalho (2007, p.202), existem diversas teses em relação à origem social e ideológica dos partidos políticos durante o império. Dentre essas teses, ele relaciona três:

Há os que negam qualquer diferença entre os partidos, principalmente o Conservador e o Liberal; há os que os distinguem em termos de classe social; há os que os distinguem por outras características, como a origem regional ou a origem rural ou urbana.

Ainda segundo esse autor, alguns historiadores "consideram os partidos Conservador e Liberal como simples representantes de interesses agrários que, segundo eles, dominavam a política imperial." (CARVALHO, 2007, p. 202). Um exemplo disso é o fato de, em determinados momentos da história do Segundo Reinado, esses partidos se unirem no intuito de atender os interesses dos grandes proprietários. Outros historiadores ponderam que ambos os partidos defendiam a escravidão, porém o Partido Liberal defendia o fim gradual do trabalho servil até a sua abolição.

Joaquim Nabuco, um dos principais militantes pelo fim da escravidão, defendia a formação de um Partido Abolicionista, no intuito de destacar a causa da abolição, colocando-a como foco principal, a fim de intensificar ainda mais o movimento e as propagandas contra o trabalho servil. Esse partido, porém, jamais existiu. O governo brasileiro, que sempre favoreceu os interesses da classe dominante, ou seja, dos grandes proprietários de terra, considerava o fim da escravidão como um prejuízo muito grande a esses proprietários, cuja maioria compunha a Câmara e o Ministério. Desse modo, muitas leis abolicionistas, como a

Lei do Ventre Livre ou a Lei dos Sexagenários, representaram uma forma de protelar ainda mais o fim completo da escravidão no Brasil. Conforme explicita Nogueira (2000, p. 15),

[...] obrigada a agir contra a escravidão, (por pressões internacionais e motivações éticas, entre outras coisas), a monarquia usou e abusou do recurso a leis emancipacionistas de caráter diversionista, concebidas especialmente para dividir os opositoristas e ‘esfriar’ o abolicionismo; além do mais, aprimorou-se em postergar a promulgação de tais leis, programando-as com parte de um plano gradualista de duvidosas intenções.

Foi a partir da década de 70 e, principalmente, na década de 80 que a campanha abolicionista adquiriu mais intensidade e o Partido Liberal, principal grupo que se mantinha à frente dela, mais destaque no cenário político. Diversos foram os recursos utilizados para tal fim e o jornal talvez tenha sido um dos mais eficazes na divulgação dessa campanha devido à sua repercussão na sociedade. Como a maioria dos escravos não tinha condições de lutar contra a sua condição, quem os representavam eram, muitas vezes, os ex-escravos, libertos, trabalhadores e alguns políticos. Antes de entendermos melhor as repercussões que os periódicos proporcionaram ao país durante o século XIX, primeiramente devemos conhecer um pouco como se deu a campanha abolicionista até o fim da escravidão em 1888.

2.1 A QUESTÃO ABOLICIONISTA NO BRASIL NO SÉXULO XIX

A escravidão fez parte da história brasileira e marcou de forma incisiva a nossa sociedade. Essa forma de trabalho foi praticada e aceita durante aproximadamente quatro séculos, sob a alegação de que ela “[...] libertava os negros do pecado e lhes abria a porta da salvação eterna” (COSTA, 2008, p.13). Esses argumentos eram bastante persuasivos na época, uma vez que os ideais católicos se faziam muito presentes na vida dos cidadãos. Durante o Período Colonial, poucos condenavam o trabalho escravo e aqueles que o faziam, muitas vezes, eram expulsos da Colônia.

No decorrer do século XVIII, essa realidade começou a sofrer transformações consideráveis. Com o objetivo de derrubar o Antigo Regime, a burguesia européia criou novos conceitos relacionados à ordem social e política, questionando o poder divino e absoluto do rei. Foi a partir desse pensamento revolucionário que se começou a questionar a escravidão. Conforme Costa (2008, p. 14),

[...] até então, a escravidão fora vista como fruto dos desígnios divinos; agora ela passaria a ser vista como criação de vontade dos homens, portanto transitória e revogável. Enquanto no passado considerava-se a escravidão um corretivo para os vícios e a ignorância dos negros, via-se, agora, na escravidão, sua causa.

Essas ideias inovadoras de liberdade e igualdade difundidas na Europa chegaram ao Brasil e foram acolhidas por alguns revolucionários que passaram a defender, dentre muitas mudanças sociais e políticas, o fim do trabalho escravo. Muitos intelectuais manifestavam sua repulsa à escravidão, publicando diversos escritos em periódicos da época. José Severino Maciel da Costa e José Bonifácio de Andrada e Silva, por exemplo, consideravam-na uma instituição corruptora da moral e dos costumes, nefasta e um empecilho para o crescimento do país. Embora criticassem a escravidão, esses intelectuais não defendiam o seu fim imediato. Era necessário, primeiro, que se tomassem medidas preparatórias para a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e o primeiro passo, segundo eles, seria acabar com o tráfico de escravos (COSTA, 1998). O empecilho, porém, estava no fato de muitos ainda dependerem inteiramente do trabalho servil. Grande parte dos comerciantes, por exemplo, participava do comércio de escravos obtendo lucros. Além disso, adquirir um cativo era aspiração de boa parte dos cidadãos e, portanto, muitos não se pronunciavam contra essa forma de trabalho.

A Inglaterra, após abolir o tráfico em suas colônias, em 1807, passou a perseguir navios negreiros, pressionando as outras colônias a acabar com a importação de escravos. Efetou diversos acordos com o governo brasileiro para que este suspendesse o tráfico, mas nenhum deles foi cumprido. Em 1831, sob pressões inglesas, o governo brasileiro aprovou uma lei em que se tornava proibida a importação de escravos africanos, sob pena de multa e de pagamento das despesas de reexportação. Esta lei, porém, não teve tanta eficácia; muitos comerciantes burlavam-na utilizando-se de diversas estratégias. Alguns fizeram fortuna com o comércio ilegal de escravos, como Joaquim Pereira Marinho que, conforme Tavares (2008, p.59), “capitalizou [...] Rs 2.400:000\$000 (dois mil e quatrocentos contos de réis), casa comercial exportadora e importadora com fundos (capital) de ordem de mil contos de réis, engenhos, imóveis, jóias de ouro e prata e ações do Banco da Bahia.”

O tráfico, após a Lei de 1831, fluía com a mesma intensidade. Conforme Sebastião Ferreira Soares (1860 *apud* COSTA,1998, p. 77), entre 1840 a 1851, registrou-se a entrada de 371.615 escravos, sendo que entre 1840 e 1845 a média foi de vinte mil por ano. Até os próprios juízes encontravam dificuldade em reprimir o comércio ilegal de escravos. O juiz de direito de Ilha Grande, por exemplo, sentia-se ameaçado e em perigo de vida por tentar reprimir o contrabando, visto que “toda a população estava envolvida no tráfico, por necessidade, relações familiares, medo ou má orientação e isso parecia suceder em toda a costa brasileira.” (COSTA, 1998, p.77).

A lei de 1831 permaneceu ineficaz. Foi apenas em 04 de setembro 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz que o tráfico passou a ser controlado. Impunham-se

penas mais severas para aqueles que burlassem a fiscalização e dessem continuidade ao comércio ilegal de escravos, assim reduzindo consideravelmente o tráfico negreiro no Brasil.

A consequência imediata do fim do tráfico de escravos foi a alta do preço do escravo no país. Conforme Costa (2008, p.33),

Em 1850, pagava-se de quinhentos a seiscentos mil-réis por um escravo do sexo masculino entre quinze e trinta anos de idade. Dez anos mais tarde, o preço subira a um conto e quinhentos e, no fim da década de 1870, chegou até a dois e meio. Um escravo conhecedor de um ofício, isto é, um marceneiro, um ferreiro, um barbeiro etc., podia valer ainda mais, chegando, por vezes, a 2,700 e até três contos de réis

Os senhores passaram então a cuidar melhor de seus escravos e a procurar soluções para o problema da mão-de-obra. Alguns cogitaram a possibilidade de empregar trabalhadores livres; outros, de empregar imigrantes estrangeiros. Viam, então, no tráfico interprovincial um paliativo para minimizar os efeitos do fim do tráfico de escravos.

Durante a década de 1850, não havia um movimento abolicionista formado, porém alguns intelectuais ou representantes do governo se manifestavam em favor da causa. A escravidão tornou-se tema da literatura, em obras como “O demônio familiar”, de José de Alencar, “A escrava”, de Gonçalves Dias e “Vítimas e algozes”, de Manuel Joaquim de Macedo. Castro Alves, o poeta dos escravos, foi um dos escritores que mais se identificaram com a causa, recitando poesias em praça pública a fim de arrecadar dinheiro para compra de alforrias (COSTA, 2008).

O tema da escravidão limitou-se ao meio acadêmico só adquirindo maior repercussão social a partir de 1860, com as reformas partidárias e políticas e com as pressões internacionais para que se abolisse o trabalho servil no país. De acordo com Costa (1998, p. 389),

Enquanto as transformações ocorridas na economia cafeeira durante o século XIX, a melhoria do sistema de transporte, o aperfeiçoamento da técnica de beneficiamento, possibilidades maiores de promover a imigração estrangeira, o crescimento da população livre, a extensão das lavouras em direção a terras mais férteis, bem como os altos preços atingidos pelo produto no mercado internacional criavam novas condições para a solução do problema da mão-de-obra, evoluía também a opinião pública a propósito do sistema escravista e as ideias abolicionistas encontravam uma receptividade cada vez maior em certos setores da população.

Mais e mais pessoas passaram a aderir à ideia de que o melhor para o país era o fim do sistema servil. Em contrapartida, muitos ainda se mantinham a favor da escravidão e um dos principais argumentos alegados era o direito à propriedade, garantido pela Constituição. Os

senhores eram contra o fim abrupto da escravidão sem que estes fossem indenizados por cada escravo libertado. Porém indenizar todos os senhores pela libertação de seus escravos estava fora de cogitação, devido à elevada quantidade de cativos no país. O que se propunha era, então, que se libertassem os filhos das escravas ainda no ventre, garantindo o fim gradual do trabalho servil. Essa proposta se tornou projeto de lei, gerando muitas discussões entre abolicionistas e escravocratas na câmara e no senado (COSTA, 2008).

Os conservadores escravocratas consideravam inconstitucional o projeto de emancipar os nascituros, alegando novamente o direito à propriedade. Referiam-se às possíveis consequências negativas advindas da aprovação dessa lei, como a anarquia social e a miséria pública. Argumentavam destacando a benevolência dos senhores e a situação invejável do escravo, “superior à do jornaleiro europeu, do proletário dos grandes centros industriais.” (COSTA, 1998, p. 420).

Os emancipadores, por sua vez, utilizavam-se de argumentos morais e econômicos. Para eles, a escravidão era um empecilho à imigração e ao trabalho livre, considerado mais produtivo que o trabalho escravo. O direito à propriedade, argumento utilizado pelos escravocratas, era refutado, com a justificativa de que esse direito aplicava-se apenas a coisas e não a homens. (COSTA, 1998)

Depois de tanta resistência, em 28 de setembro de 1871, o projeto de emancipar os nascituros converteu-se em lei. Considerou-se uma vitória para os emancipadores e, para os escravocratas, uma maneira de protelar o fim definitivo da escravidão. Isso, porque os senhores não pretendiam cumprir a lei. Na verdade, essa lei, segundo Costa (1998, p. 421),

[...] significava um compromisso com o pensamento abolicionista, um adiantamento da questão fundamental, através de um dispositivo conciliatório que, necessariamente, teria de se revelar ineficaz, como de fato sucedeu. Seus efeitos serão de imediato muito mais psicológicos do que reais, e quando poderiam começar a atuar, vinte anos depois, encontrava-se a nação emancipada.

Os nascituros, porém, não adquiriam liberdade logo quando nasciam. Eles deveriam, segundo a lei, ficar em poder do senhor até os oito anos de idade. Após essa idade, o senhor poderia entregar essa criança ao Estado e receber uma indenização de 600\$000 ou poderia mantê-la trabalhando em sua propriedade até a idade de 21 anos. Ou seja, as crianças de mãe escrava continuavam escravizadas até os 21 anos, possibilitando, assim, a perpetuação do regime servil por mais duas ou três gerações. (COSTA, 2008).

Por outro lado, a aprovação da Lei do Ventre Livre significou um avanço considerável nas discussões acerca da questão servil. Cresceu o número de adeptos às ideias abolicionistas

e, conseqüentemente, de publicações sobre o tema. Joaquim Nabuco, em 1883, escreveu seu livro “O abolicionismo”, em que apresentava argumentos a favor do fim da escravidão. Teixeira Mendes, Aníbal Falcão e Teixeira de Sousa publicaram, no jornal *Gazeta da Tarde*, um projeto abolicionista, intitulado “Apontamentos para a solução do problema social no Brasil”, em que se discutia o direito à propriedade e uma preparação social para emancipar os escravos. (COSTA, 1998)

Aprovar a Lei do Ventre Livre significava, para os escravistas, pôr fim à agitação abolicionista. Para eles, essa lei era a solução para a questão da mão-de-obra, “uma resposta do Partido Conservador às exigências dos liberais.” (COSTA, 2008, p. 61). Por outro lado, ela representou apenas mais uma razão para intensificar ainda mais o movimento antiescravista, que, pouco a pouco, começou a adquirir mais expressividade, principalmente nos grandes centros urbanos, onde havia instituições culturais, jornais, escolas, livrarias, além de uma quantidade maior de profissionais liberais, como médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores. A juventude estudantil logo se identificou com a causa, criando clubes abolicionistas e debatendo o assunto nas sedes de jornais e revistas. Conforme Costa (2008), ser abolicionista significava lutar pelo progresso e pela civilização do país, visto que o trabalho servil fora condenado em outros países, principalmente os europeus, em nome do progresso e da civilização.

Na década de 1880, cresceram consideravelmente as manifestações contra a escravidão. Comícios, panfletos, debates, jornais, quermesses, discussões entre estudantes, livros, revistas, palestras, tudo valia para arrecadar dinheiro a fim de comprar cartas de liberdade de escravos e difundir a campanha abolicionista. O ápice da manifestação antiescravista se deu quando, em 1884, o ministério, regido pelo então ministro Manuel de Sousa Dantas, apresentou à Câmara um projeto que visava principalmente à emancipação dos sexagenários, porém sem indenizar os senhores.

O assim chamado Projeto Dantas avigorou ainda mais os conflitos entre abolicionistas e escravocratas. Estes promoveram mais e mais festas e comícios para demonstrar o apreço pelo projeto e comemorar a libertação de todos os escravos da província do Ceará, que foi a primeira a emancipar seus cativos. Aqueles, por sua vez, tentavam a todo custo conter os ânimos dos abolicionistas, perseguindo-os, interrompendo, de arma na mão, comícios antiescravistas, quebrando sedes de jornais abolicionistas, ameaçando os jornalistas e, muitas vezes, expulsando-os da cidade. (COSTA, 2008).

Os escravocratas se manifestaram contra o Projeto Dantas porque, para eles, esse projeto representava um prejuízo para os senhores, visto que esses deveriam libertar os

sexagenários sem serem indenizados. O Congresso dividiu-se não mais entre conservadores e liberais, mas entre abolicionistas e escravocratas. Convém ressaltar que a questão da abolição estava além dos interesses político-partidários, havendo liberais e conservadores dos dois lados (MENDONÇA, 1999)..

Apesar dos esforços dos abolicionistas e de toda sua campanha, o Projeto Dantas não foi aprovado pela Câmara. Isso, porque muitos liberais votaram contra seu próprio partido. Os escravocratas saíram vitoriosos e o Ministério Dantas encontrou-se ameaçado, visto que a oposição agora era maioria. Sousa Dantas, então, propôs ao imperador Dom Pedro II a dissolução de seu Ministério e a convocação de novas eleições. Formou-se um novo Ministério Liberal, regido, dessa vez, por José Antônio Saraiva, que apresentou à Câmara outra versão do projeto, dessa vez garantindo a indenização dos senhores pelos escravos libertados, dentre outras diretrizes. Mais uma vez, o Ministério Liberal não adquiriu força na Câmara e dissolveu-se.

O imperador convidou, então, o conservador baiano barão de Cotegipe para formar um novo Ministério, que, novamente, reformulou o projeto, realizando algumas concessões e conseguindo, finalmente, em 28 de setembro de 1885, sua aprovação na Câmara. O projeto foi então convertido na Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários. Essa lei, de acordo com Mattoso (2003, p. 179), “que emancipa todos os adultos de mais de 60 anos, também determina que o escravo liberto deve indenizar seu senhor e, se incapaz de fazê-lo em dinheiro, fica convencionado que os escravos entre 60 e 62 anos trabalharão mais 3 anos, e os demais até os 65 anos.” Segundo a autora, as leis abolicionistas são muito mais aparentes que reais, visto que são evidências de como os senhores tentavam, por todas as vias, protelar a indesejável libertação de todos os escravos.

Após a Lei dos Sexagenários, muitos senhores já estavam convencidos de que a abolição da escravatura era inevitável e procuravam meios para amenizar os possíveis prejuízos e solucionar os problemas da substituição da mão-de-obra escrava para a livre. O movimento abolicionista, por sua vez, adquiriu ainda mais força, contando não somente com o apoio da classe popular, mas também da elite, incluindo a princesa e o imperador. Os abolicionistas passaram a incitar também os próprios escravos, mesmo aqueles que viviam distante dos centros urbanos, o que contribuiu significativamente para o fim completo do trabalho servil. De acordo com Fraga Filho (2006, p. 100),

A colaboração e a solidariedade das populações urbanas ampliaram as chances de rompimento definitivo com a escravidão através das fugas. Sem a delação ou contando com a cobertura dos trabalhadores da cidade, era possível passar despercebido ou não ser importunado pelas forças policiais.

Muitos senhores não conseguiam reaver seus escravos fugidos. As rebeliões nas senzalas se intensificavam a cada ano até o fim completo da escravidão. Os escravos, conforme Costa (2008, p. 91), “auxiliados pelos abolicionistas e contando com o apoio e a simpatia da maioria da população, começaram a abandonar as fazendas, desorganizando o trabalho e tornando a situação insustentável.” Esse foi, segundo a autora, o ponto culminante para o fim completo do trabalho servil.

Em 1888, o Ministério Cotegepe encontrava-se em crise, devido ao crescimento significativo das manifestações em prol da abolição. Alguns fazendeiros ainda procuravam alternativas para deter o crescimento do movimento abolicionista; outros já estavam convencidos de que o fim da escravidão estava iminente e que pouco podiam fazer para impedi-lo. O barão de Cotegepe viu-se obrigado a renunciar e a princesa Isabel, regente na época, foi convocada para construir outro Gabinete. O novo presidente do Ministério deixou clara a sua intenção de libertar os escravos, encaminhando uma proposta de lei à Câmara que foi recebida com muito regozijo.

No dia 13 de maio de 1888, após, dez dias antes, declarar, na abertura da Câmara dos Deputados, seu apreço pela ideia de libertar os escravos da nação, a princesa Isabel assina a Lei Áurea, extinguindo o trabalho escravo do país. Esse fato foi recebido pela população com muita festa e pelos fazendeiros com grande apreensão, visto que temiam possíveis dificuldades na transição do trabalho escravo para o livre. O que surpreendeu a todos, porém, foi que, na verdade, boa parte dos senhores, principalmente aqueles com maiores condições financeiras, conseguiu realizar a transição sem maiores transtornos (COSTA, 2008).

Os libertos, por sua vez, tinham muito poucas condições de concorrer no mercado livre, pois a maioria não tinha preparo e era analfabeta. Conforme Cárceres (1993, p.197), “[...] os negros libertos nos campos regrediram a uma economia de subsistência e, nas cidades, passaram a viver de biscates, engrossando as fileiras dos miseráveis subempregados.”. Havia muito preconceito criado pela sociedade escravista e, até hoje, infelizmente, esse preconceito continua pesando sobre os negros. Alguns historiadores, como Costa (1998; 2008), defendem que nem os próprios abolicionistas, que tanto lutaram para acabar com o regime escravista, preocuparam-se com a sorte do liberto após a abolição. Segundo ela,

[...] muitos abolicionistas, como Joaquim Nabuco, eram membros da elite e descendentes de famílias ligadas ao setor agrário. Apesar de sua retórica inflamada em prol da libertação dos escravos, estavam mais interessados em livrar a sociedade brasileira do ‘câncer’ da escravidão do que em cuidar da

sorte dos libertos. Uma vez conquistada a abolição, a maioria deu-se por satisfeita. Tinha alcançado seu objetivo.

Diferentemente das mudanças sociais e políticas pós-abolição ocorridas em diversos países, como Estados Unidos e algumas colônias inglesas, em que se criaram escolas com o objetivo de acolher filhos e filhas de escravos, dando-lhes assistência, nenhum plano voltado para a educação, saúde ou moradia foi implementado no Brasil para proporcionar aos ex-escravos condições de enfrentar as diversas dificuldades com as quais haveriam de se defrontar (COSTA, 2008). Alguns libertos não encontraram outra alternativa a não ser voltar para as fazendas para trabalhar em troca de míseros salários.

Pouco a pouco, os ex-escravos começaram a perceber o quanto eles foram esquecidos pela sociedade; a notar que, na realidade, os tão aclamados abolicionistas, que tão veemente militaram em prol do fim do trabalho servil, após a abolição, não manifestaram mais nenhuma preocupação em relação à outra causa que agora se tornava evidente: a necessidade de se inserir o ex-escravo à sociedade. Após a proclamação da República, por exemplo, excluíram-se do direito de voto os analfabetos, ou seja, a maioria dos libertos. André Rebouças, uma das grandes vozes em prol da abolição, foi um dos poucos que deram continuidade à causa, criando projetos em que se propunha, dentre tantas medidas, a reforma agrária. (COSTA, 1998)

O fim do trabalho servil representou, portanto, uma conquista, por livrar da condição desumana de escravo milhares de indivíduos, mas, ao mesmo tempo, um fardo que os ex-escravos e seus descendentes carregaram e carregam até os dias de hoje, devido, principalmente, à falta de interesse dos políticos em melhorar a qualidade de vida daqueles que menos têm.

Como vimos, as manifestações antiescravistas realizavam-se principalmente em periódicos, recursos através dos quais as organizações políticas transmitiam suas ideias para a sociedade. Para se compreender o crescimento dos partidos políticos e das campanhas por eles pleiteadas, faz-se necessário, portanto, perceber que esse fato está ligado diretamente à história da imprensa, principalmente dos periódicos, e da relevância desses para a sociedade. Conforme Martins e Luca (2008, p. 8), “a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel.”

2.2 O PAPEL DOS PERIÓDICOS NA COLÔNIA E NO IMPÉRIO BRASILEIRO

Os periódicos têm grande relevância para a formação do país, pois foi através deles que ideais de toda espécie eram veiculados para o público, intensificando assim as manifestações por diversas causas. Segundo Martins e Luca (2008, p. 8), “os impressos que por aqui circularam em duzentos anos não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país”, ou seja, foi através da informação veiculada pelos impressos que muitos se mantinham informados e passavam a apoiar grupos e ideias.

A imprensa no Brasil teve início oficialmente e de forma sistemática com a chegada da Família Real, em 1808, e a implantação da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro nesse mesmo ano. Esse órgão era responsável por publicar documentos oficiais ou outras obras, desde que passassem pelo crivo da censura, que, na época, era bastante rigorosa, servindo, assim, ao governo português. Conforme Morel (2008, p. 23),

a censura prévia aos impressos era exercida, no âmbito dos territórios pertencentes à nação portuguesa, pelo poder civil (Ordinário e Desembargo do Paço) e pelo eclesial (Santo Ofício). Ainda em princípios do século XIX, vários homens de letras nascidos na América portuguesa, como futuros visconde de Cairu (José da Silva Lisboa) e marques de Maricá (José Mariano da Fonseca), exerciam o cargo de censor.

Elaboravam-se critérios para que as obras fossem interditadas e, para isso, utilizavam-se parâmetros diversos, como a religião, a política e a moral. Isso era bastante comum em diversas partes do mundo ocidental.

Nos anos que antecederam 1808, porém, alguns brasileiros produziram obras impressas, como livros, alguns impressos anônimos que narravam festejos, índices e analogias. “Eram textos variados: desde narrativas históricas até poesias, passando pela agricultura, medicina, botânica, discursos, sermões, relatos de viagens e naufrágios, literatura em prosa, gramática e até polêmicas” (MOREL, 2008, p.24). Havia também jornais que circulavam no país. Eles eram produzidos na Europa e mandados para o continente brasileiro.

O período em que a imprensa foi implantada no Brasil foi marcado pela presença de alguns senhores de terras e uma grande quantidade de escravos; marcado pela presença de grupos políticos que se constituíam a partir de diversos vínculos, como o parentesco, trabalho, interesses materiais, bandeiras pleiteadas. Esses grupos adquiriram força após a Independência e “é dentro dessas tramas que surge a imprensa: longe de ser um papel sagrado, marcava e era marcada por vozes, gestos, palavras.” (MOREL, 2008, p. 26).

O primeiro jornal que defendia as causas brasileiras foi o *Correio Braziliense*, que passou a circular no Brasil em junho de 1808. Esse periódico era impresso em Londres e introduzido aqui de forma extra-oficial. Em seus escritos, o Brasil era tratado como Império: Hipólito da Costa, seu principal redator em Londres, defendia o rompimento dos laços políticos entre a colônia brasileira e a metrópole portuguesa. O *Correio Braziliense* foi um dos primeiros a veicular debates e divergência política, além de disseminar informações, opiniões e ideias. Por esse motivo, passou por perseguições do governo, mas, mesmo assim, era lido sistematicamente no Brasil.

Concomitantemente ao *Correio Braziliense*, passa a circular no território brasileiro, a partir de 10 de setembro de 1808, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que era editada pela Imprensa Régia. Esse periódico, ao contrário do *Correio Braziliense*, defendia acima de tudo a manutenção do governo e dos ideais portugueses. Embora seja possível uma contraposição entre esses dois periódicos, que defendiam bandeiras opostas, partindo de um olhar mais crítico, segundo Morel (2008, p. 31), podem-se notar muitas semelhanças ideológicas entre ambos. O autor afirma que

Tanto a *Gazeta* quanto o *Correio* defendiam idêntica forma de governo (monárquica), a mesma dinastia (Bragança), apoiavam o projeto de união luso-brasileira e comungavam o repúdio às ideias de revolução e ruptura, padronizado pela crítica comum à Revolução Francesa e sua memória histórica durante a Restauração. (Grifo do autor)

À medida que foi-se aproximando o ano da Independência, a quantidade de jornais e revistas impressas foi crescendo, cada um com seu caráter específico – alguns literários, outros políticos – mas todos passando pela censura prévia. Conforme Silva (1979, p. 21),

[...] a situação da imprensa no Brasil começa a sofrer mutações nos anos que antecedem a Independência; surgem os jornais, como veículos dos anseios políticos do momento, deixando de ser simples cópias dos jornais europeus, para dar lugar ao jornal como veículo do pensamento brasileiro renovado, iniciando um processo de dissociação entre o pensamento europeu e a realidade brasileira.

Em 1820 ocorreram, na Espanha e em Portugal, as revoluções constitucionalistas, influenciadas pelo molde liberal da Constituição de Cádiz⁴. Dentre as modificações realizadas na constituição portuguesa, encontrava-se o decreto em que se estabelecia a liberdade de imprensa. O monarca D. João VI, que se encontrava no Rio de Janeiro, após tomar

⁴ A Constituição de Cádiz, aprovada em 18 de Março de 1812 e promulgada no dia 19 de março deste mesmo ano, foi dos primeiros documentos constitucionais do mundo aprovados na Península Ibérica. Oficialmente, vigorou por dois anos, desde o dia da sua promulgação. Apesar da curta vigência, exerceu grande influência na formação do constitucionalismo português, espanhol e latino-americano. (BONAVIDES, 2000)

conhecimento dessas revoluções constitucionais, em 1821, assina uma ordem suspendendo provisoriamente a censura prévia. Com isso, começam a surgir jornais de todo tipo, alguns efêmeros, não durando mais que alguns meses, outros representativos e duradouros. O conteúdo desses jornais, porém, permanecia dependente dos fatos relacionados ao governo. Conforme Morel (2008, p. 34),

A partir daí [1821], poderia se afirmar que a liberdade de imprensa estaria instalada no Brasil. Mas o que se verifica em seguida não é uma linha progressiva e ascendente de crescimento dessa liberdade. Houve um crescimento da imprensa, sim, mas a questão do controle desta atividade seguiria uma linha sinuosa, com recuos e expansões: os dilemas, vividos pelos redatores de diversas correntes políticas, se cruzariam com as preocupações governamentais e com as constantes alterações dessa legislação pelos parlamentares.

No período Regencial, as agremiações e organizações políticas passaram a perceber o periódico impresso como um aliado nas suas manifestações. Conforme Morel (2008, p. 42),

[...] foi justamente no período de Regências (1831 – 1840) que ocorreu no Brasil uma verdadeira explosão da palavra pública, com crescimento visível de associações, de motins, rebeliões... e de periódicos, embora, claro, nem todos fossem rebeldes.

Um dos últimos temas debatidos pelas organizações políticas e veiculados pela imprensa, durante o período regencial, foi a Maioridade de Dom Pedro II. A partir de 1840, quando da antecipação da maioridade e coroação de D. Pedro II, o Brasil sofreu transformações significativas, o que influenciou também a dinâmica da imprensa brasileira. Essa mudança referente à imprensa não se deu de imediato; o Brasil ainda mantinha um modelo semelhante ao da Independência, do Primeiro Reinado e da Regência. Com o Golpe da Maioridade,

Em lugar da república livre e laica, cogitada pelos liberais, vingara a monarquia centralizadora e católica, na qual a Igreja e o Estado prosseguiram compartilhando o poder enquanto o regime escravo [...] consolidou a tradição monocultora e a ordem estamental do país, mantendo os tradicionais obstáculos do passado como forte entrave para a propagação de uma imprensa livre e atuante. (MARTINS, 2008, p. 47)

Esse modelo tradicional, principalmente no que diz respeito à imprensa, em que se predominava o discurso conservador e áulico, conservou-se até meados de 1860. A partir, principalmente, de 1868, com o crescimento da produção e exportação de café e a queda do Gabinete liberal de Zacarias Goes e Vasconcelos⁵, a mídia impressa passa a atuar mais

⁵ Em 1868, o liberal Zacarias de Goes e Vasconcelos presidia a Ministério e, devido a intensos conflitos entre conservadores e liberais na Câmara, Zacarias vê-se obrigado a renunciar, dando lugar ao conservador Joaquim José Rodrigues Torres. Esse fato, conforme Costa (2008), provocou uma crise política de grandes proporções.

incisivamente e a defender com mais ênfase os ideais brasileiros. Ela sofreu modificações significativas, servindo de

[...] porta-voz de credos diversos, reunindo polifonia de falas que pregavam a liberdade de religião, a emancipação e/ou libertação do escravo, o advento da república, não sem reverberações da permanência do regime monárquico. O tom dos discursos, o cânone romântico conferia nativismo e paixão às falas e ao texto impresso. (MARTINS, 2008, p. 47)

Conforme já mencionado, o Segundo Reinado é marcado, principalmente, pela política de partidarismo, em que disputavam o poder o Partido Liberal e o Conservador. Ambos utilizavam a imprensa como instrumento para realizar denúncias direcionadas ao governo e ao partido oposto. De acordo com Carvalho Filho (2005, p. 54), “a política partidária era [...] uma das forças, senão a principal, da aparição, florescimento e desaparecimento na conformidade de eventuais interesses ou necessidades dos órgãos de publicidade.”

O cenário brasileiro passa, então, a enriquecer-se de jornais que serviam a diferentes facções político-partidárias. Maranhão, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo são algumas das províncias onde havia uma maior quantidade de jornais circulantes. Um dos periódicos de maior destaque foi o *Jornal do Commercio*, que circulou ininterruptamente desde o seu nascimento, em 1826. Outro foi o *Diário do Rio de Janeiro*, criado pelo mestre em artes gráficas Plancher, e que reuniu importantes jornalistas, como José de Alencar, Joaquim Nabuco, Justiniano e José de Maria da Silva Paranhos.

Na Bahia, a imprensa cresceu de forma considerável. Mattoso considera a imprensa baiana no século XIX bastante desenvolvida, uma vez que havia uma quantidade significativa de jornais circulantes comparada à quantidade de cidadãos alfabetizados. Conforme afirma a autora:

Em 1880, Salvador tinha sete diários, alinhados como liberais ou conservadores (Diário de Notícias, Diário da Bahia, O Monitor, Gazeta da Bahia, Jornal de Notícias, Alabama e Gazeta da Tarde), e cinco periódicos (Gazeta Médica, Escola, Voz do Comércio, Baiano e O Balão). Era bastante para uma cidade em que só um terço da população era alfabetizada (MATTOSO, 1992, p. 207).

Os principais jornais baianos eram o *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *Jornal de Notícias* e *Gazeta da Bahia*. Os dois primeiros eram órgãos do Partido Liberal enquanto que os dois últimos, do Partido Conservador. Eles eram considerados os mais representativos no cenário baiano, visto que, além de circularem por muitos anos, eram instrumentos de denúncias e manifestavam claramente as opiniões de seus dirigentes, principalmente aquelas relacionadas à escravidão, tema bastante debatido durante o Segundo Império. Outros títulos como *O abolicionista* ou *O republicano* nomearam periódicos de curta duração, mas de

grande representatividade para as modificações que ocorreram no século XIX. Como o nosso interesse é o *Diário da Bahia*, nos remeteremos, nas próximas subseções, a ele e à sua contribuição para a propaganda abolicionista.

2.3 CONSIDERAÇÕES ACERCA DO *DIÁRIO DA BAHIA* E DA PROPAGANDA ABOLICIONISTA

O *Diário da Bahia* foi um importante periódico que circulou na cidade de Salvador durante os séculos XIX e XX e sempre esteve comprometido com diversas causas, dentre elas a abolicionista. O partido liberal, que estava à frente do jornal, deixava sempre claro os seus objetivos ao publicar os textos. Segundo Silva (1979, p.76), “O *Diário da Bahia* serviu de arauto àqueles que seriam mais tarde a cúpula do Poder Liberal em plano nacional.” Para que se cumpra com êxito o propósito de nosso trabalho, faz-se necessário entender um pouco a história desse jornal, desde o seu surgimento até o fechamento definitivo de suas oficinas, bem como os principais conteúdos veiculados por ele durante o século XIX e sua relação com a causa abolicionista.

2.3.1 *Diário da Bahia*: História

O periódico *Diário da Bahia* foi criado no ano de 1856, e, segundo Silva (1979), não apresentava qualquer influência partidária. Seu principal objetivo era

[...] louvar ou censurar a quem quer que seja, governante ou governado, falando sinceramente ao povo dos seus mais sérios interesses para que elle possa confiadamente aceitar as doutrinas que lhe são benéficas, de atalaia contra os abusos e os opressores, exercendo com abnegação e sem interesses de bandos políticos e bajulações do poder o seu nobre ministério[...] (LEAL, 1910 *apud* SILVA, 1979, p. 26)

A fundação do *Diário da Bahia* foi iniciativa de Demétrio Cyriaco Tourinho e Manuel Jesuíno Ferreira, que o estruturaram com apenas quatro páginas e escolheram a Typografia de Epyphanio Pedrosa para editá-lo. Nesse mesmo ano, o *Diário da Bahia* sofreu a sua primeira modificação, adquirindo tipografia própria. Em 1857, passa a ser propriedade exclusiva de Demétrio C. Tourinho, porém não estava atingindo o sucesso tão desejado pelos seus fundadores. Para tentar erguer o periódico, assinou-se um contrato de sociedade entre Demétrio Tourinho e José Joaquim Landulpho da Rocha Medrado no ano de 1858. Mesmo com essa iniciativa, o jornal não adquiria o sucesso almejado e Demétrio Tourinho passou a dirigi-lo sozinho novamente até o ano de 1868, quando Tourinho o cede a uma sociedade

anônima, constituída por alguns dos principais membros do Partido Liberal baiano: Conselheiro Pinto de Souza Dantas e Pedro Leão Veloso.

Desde a sua fundação até 1868, o *Diário da Bahia* apresentava caráter moderado, sem filiação partidária. Ele servia aos anseios da sociedade da época, em que se enxergava a imprensa como um meio de manter o povo informado acerca das ações do governo e dos fatos ocorridos na cidade.

Em 1868, o Brasil começa a sofrer transformações consideráveis relacionadas ao governo; foi nesse ano que ocorreu a queda do Gabinete liberal de Zacarias de Góes e Vasconcelos. Se antes a imprensa se caracterizava por apresentar um discurso conservador e áulico, a partir de 1868, começou a ser utilizada como uma arma para a denúncia. De acordo com Martins e Luca (2008), boa parte do Segundo Reinado é marcada pela utilização do meio impresso como arauto para divulgação de ideais partidários. Nessa época, ainda segundo os autores,

política e imprensa se conjugam, a serviço dos partidos – Conservador ou Liberal – atrelados a grupos familiares, condicionados a seus interesses econômicos e afinidades intelectuais. Em geral, os partidos e respectivas famílias se fazem representar por meio de um jornal, demarcador de suas posições, ambições e lutas. (MARTINS; LUCA, 2008, p. 48)

O *Diário da Bahia* passa então a apresentar tais características, sendo o principal meio, aqui na Bahia, de divulgação dos ideais liberais. Nesse período, integravam a redação do jornal, além do Conselheiro Pinto de Souza Dantas e Pedro Leão Veloso, Augusto Guimarães, Ruy Barbosa, Rodolpho Dantas, Bellarmino Barreto, Satyro Dias, Manuel Vitorino, Elpídio Mesquita, Xavier Marques, Constancio Alves, Torquato Bahia e Otacílio dos Santos (SILVA, 1979).

Com as frequentes derrotas do Partido Liberal na disputa pelo poder, o *Diário da Bahia* acabou por enfrentar um longo período de ostracismo, que perdurou até 1872, quando, depois de muitas campanhas, os liberais conquistaram o poder. O Conselheiro Dantas vê, então, no *Diário da Bahia* uma possibilidade de fortalecer o Partido Liberal e o mantém ativo a todo custo. Nesse mesmo ano, Ruy Barbosa, um dos redatores do *Diário da Bahia*, muda-se de São Paulo para Salvador, residindo numa casa próxima à sede do jornal. Ele foi um dos integrantes que mantiveram esse periódico ativo por longas datas, assumindo sua direção de 1872 a 1880 (com exceção de 1876, ano em que se casa e passa a morar no Rio, retornando em junho do ano seguinte), quando o Conselheiro Dantas se transfere para o Rio de Janeiro (SILVA, 1979).

Ruy Barbosa obteve grande experiência no jornalismo paulista e foi um dos principais e mais reconhecidos redatores do *Diário da Bahia*, escrevendo textos muito bem elaborados, que abordavam temas bastante polêmicos, como a questão da abolição, da Reforma Eleitoral e da Reforma Educacional (SILVA, 1979). Isso gerava muitos desentendimentos entre os conservadores, havendo intensos conflitos entre os integrantes do *Diário da Bahia* e os de alguns órgãos do Partido Conservador, como o *Correio da Bahia*, o *Jornal da Bahia*, e o *Gazeta da Bahia*.

Em 1880, quem assume a direção do *Diário da Bahia* é um dos integrantes mais influentes do Partido Liberal, Augusto Álvares Guimarães⁶, tornando-se dono absoluto desse periódico. Ele realizou modificações consideráveis no jornal, principalmente no que diz respeito à disposição de suas colunas. Acrescenta ao *Diário da Bahia* uma seção intitulada “Parte Oficial” em que são dispostos discursos, projetos e leis e que passa a ocupar o lugar do “Editorial”, que era homônimo ao referido periódico. Nesse período, enquanto o *Diário da Bahia* revelava-se um dos principais representantes na imprensa do Partido Liberal aqui na Bahia, era a *Gazeta da Bahia* que assumia esse papel em relação ao Partido Conservador.

A partir de 1889, o *Diário da Bahia* passa a ter como administrador Luiz Antônio Pereira da Silva, que, dentre as modificações que realiza, transfere o editorial novamente para a primeira coluna. Ocorreram mudanças no regime brasileiro, que deixou de ser Império para se tornar República, gerando modificações no âmbito da imprensa, a qual passou a ser mais controlada com vistas ao fim dos abusos que eram frequentes durante o Império. Publicaram-se textos evidenciando os riscos que a imprensa sofria com a nova censura implantada, que impedia qualquer um de reclamar da nova forma de governo vigente.

Com a Revolução Federalista, que ocorreu no Rio Grande do Sul em 1893, o cenário brasileiro começa a sofrer sérias transformações e, em 1894, o *Diário da Bahia* passa a ser órgão do Partido Federalista, que, mais tarde, funde-se com o Partido Nacional, tornando-se Partido Republicano Constitucional. Tal partido defendia essencialmente a autonomia dos estados e municípios, as eleições populares e a Instrução Pública.

Em 1896, Augusto Guimarães, que até então era o diretor do *Diário da Bahia*, falece, dando fim à fase mais produtiva do jornal, desde 1880. O então órgão republicano passa a ser dirigido por José Octacílio dos Santos, Torquato Bahia, Mello Mattos, Alfredo de Andrade e Bellarmino de Andrade. Essas modificações trazem consequências significativas para o jornal

⁶ Augusto Álvares Guimarães, político baiano defensor da causa abolicionista, foi casado com D. Adelaide C. Alves de Guimarães, irmã de Castro Alves. (SILVA, 1979)

que passa a não mais participar de lutas partidárias. Seu maior objetivo, agora, é o de defender as causas do povo, o que colaborou para torná-lo um jornal popular.

O fato de não defender mais causas políticas contribuiu para seu enfraquecimento no cenário baiano, deixando de ser um jornal diário. Em 1899, assume a direção do *Diário da Bahia* Domingos Guimarães, que tenta reerguer o jornal dando a ele um caráter religioso, mas mantendo uma posição de neutralidade em relação às questões políticas. Em alguns momentos, o *Diário da Bahia* apresentava críticas relacionadas ao governo local, regido na época pelo governador Luís Vianna. Tais críticas culminaram em conflitos sérios que se intensificaram a ponto de o jornal encerrar suas atividades como órgão de imprensa na Bahia.

O *Diário da Bahia* permaneceu fechado por dois anos, só reaparecendo no cenário baiano em 1901, sob a égide de Severino Vieira, que o dirigiu até o seu falecimento, em 1917. A partir de então, o jornal passou a ser gerido por uma sociedade anônima, cujo principal incorporador era Pedro Lago. Posteriormente, prosseguiu como órgão do partido político PSD (Partido Social Democrático), durante seus últimos anos de circulação, até o fim definitivo de suas oficinas.

2.3.2 *Diário da Bahia*: Descrição extrínseca e intrínseca do periódico

Desde que foi fundado, o jornal *Diário da Bahia* apresentava, de maneira geral, o mesmo formato e diagramação. As modificações que sofria eram substanciais e atendiam às necessidades de cada período. O teor das notícias e o aparecimento e desaparecimento de colunas estão relacionados às modificações sócio-econômicas experimentadas pelo país (SILVA, 1979).

O periódico em questão era impresso em quatro folhas, quando circulava de segunda a sábado, e em seis folhas, nos domingos. As duas primeiras folhas eram compostas por textos informativos, referentes aos fatos ocorridos na província, no país e no exterior. A divisão do jornal era realizada da seguinte maneira: acima, o título e, no canto superior direito, o número da página, à esquerda, data/mês/ano, no centro, o subtítulo, o nome do administrador, o endereço para cartas e afins, e ano de publicação. Os textos são separados por colunas verticais.

Silva (1979, p. 61) divide o *Diário da Bahia* em dois setores: o setor Noticioso e o setor de Anúncios. Conforme a autora, o primeiro “é aquele onde se concentra a parte de informação, onde afloram a opinião, as tendências do jornal” e o segundo, onde se encontram os anúncios, ocupando as duas últimas folhas do jornal, ou seja, 50% da superfície impressa.

No setor Noticioso, encontram-se as seguintes seções: “Editorial”, “Noticiário”, “Publicações Oficiais” e “A Pedidos”. O “Editorial” localizava-se na primeira coluna e apresentava um artigo de fundo em que se assinalam as preocupações dos dirigentes do jornal. Entre o número de ocorrências, encontram-se as relacionadas à divisão política e partidária em oposição a outros jornais da época, como o *Correio da Bahia* e a *Gazeta da Bahia*. Seguida do “Editorial”, vem a seção “Noticiário”, em que se destacam notícias nacionais e internacionais. Em “Publicações oficiais”, registravam-se as notícias oficiais e em “A pedidos” publicavam-se cartas de leitores.

Além dessas, havia também outras seções, cujas publicações ocorriam intermitentemente. São elas: “Folhetim do Diário da Bahia”, que surgiu na década de 1860 e onde se publicavam romances, na maioria, de autores franceses traduzidos; “A Situação da Província”, em que se publicava um artigo manifestando a posição política dos dirigentes do periódico; “Preços Correntes da Praça da Bahia”, registrando as importações e exportações, seguidas de preços; e “Movimento Marítimo”, em que se apresentava o movimento diário do porto de Salvador. Algumas seções, como “Movimento Abolicionista”, “Notícias do Rio Prata” e “Revista dos Jornais”, por exemplo, surgiam e desapareciam conforme os interesses da época.

O setor de Anúncios também sofria modificações em seu conteúdo. Entre 1856 e 1868, por exemplo, conforme Silva (1979), a maioria dos anúncios referia-se aos escravos, a fugas, compra ou aluguel de cativos e venda de produtos, como vestimentas e alimentos para escravos. Já a partir do final de 1871, os dirigentes do *Diário da Bahia* passaram a reduzir a quantidade desses anúncios, a fim de demonstrar sua ligação com a campanha abolicionista. Nesse período, intensificam-se as publicações de anúncios referentes às profissões liberais e aos produtos farmacêuticos e, na década de 1880, à venda de engenhos de açúcar do Recôncavo, o que evidenciava a crise no comércio açucareiro. O texto transcrito, de 28 de setembro de 1871, a seguir, é um exemplo de anúncio, referente aos escravos, que os senhores pagavam para publicar no *Diário da Bahia*:

Anda fugida desde 11 de junho do anno/ passado a escrava de nome Maria, crioula/ fula, de 40 annos tornando-se bem conheci-/da por ser doente dos olhos, sobre os quaes/ tem uma pelicula, e foi cria de Santo Amaro/ da D. Rosa, viúva do Correia, comadre do/ finado Ferruge que a remettendo ha annos/ para aqui foi vendida ao Sr. Malhado Branco,/ e por este ao annunciante; quem a levar ou/ der noticias ao seu senhor à rua Nova do Com-/mercio n.19, 3º andar, casas do Senhor Pedro-/so, ou em Santo Amaro ao Sr. tenente co-/ronel Jose Pereira Soares, receberá 100\$. (ES CRAVA FUGIDA, 1871, p. 3).

Nos primeiros anos de sua existência, o *Diário da Bahia* conseguiu superar as dificuldades e se firmar como órgão preocupado e sério, testemunhando importantes questões sociais e políticas e emitindo-as à sociedade baiana. Como vimos, na sua primeira fase, esse órgão não apresentava caráter partidário, apenas preocupava-se em transmitir informações e reivindicar algumas mudanças sociais, dentre elas, a reforma eleitoral, em que se propunha, com veemência, o voto direto e a adoção de um plano contra fraudes. Além disso, nessa ocasião, abordam-se temas, como a Guerra Civil norte-americana, o tráfico de escravos africanos no Brasil, a Guerra do Paraguai, e os conflitos entre Brasil e Inglaterra.

Ao assumir a direção do *Diário da Bahia*, o Partido Liberal passa a utilizá-lo como um arauto de seus ideais. Publica, em 1869, o manifesto do Centro Liberal, com o propósito de divulgar o Programa Liberal, em que se propõem algumas mudanças, dentre elas a Reforma Eleitoral, a Reforma Policial e Judiciária e a Emancipação dos escravos. Os anos subsequentes são marcados por textos em que se expunham ideais liberais.

De 1868 a 1880, quem estava à frente do jornal era o Conselheiro Dantas e os textos publicados no *Diário da Bahia*, nesse período, trazem críticas ao Imperador D. Pedro II e à monarquia como sistema de governo. Já entre 1880 e 1889, quando finda a monarquia, quem lidera o periódico é Augusto Guimarães.

Entre 1884 a 1887, conforme Silva (1879), o assunto mais discutido no referido periódico é a Campanha Eleitoral, que, em 1884, por exemplo, aparece numa proporção de 51,4%. Ela atribui esse fato ao interesse dos dirigentes do periódico pelas questões políticas do país. Em segundo lugar, aparece a propaganda abolicionista, ocupando as colunas do jornal na proporção de 41,4% nesse mesmo ano. Em terceiro, aparece a Instrução Pública, com 6,8%. Para melhor visualização, segue gráfico elaborado por Silva (1979, p. 79) sobre as notícias de teor político constantes no *Diário da Bahia* entre 1884 a 1887.

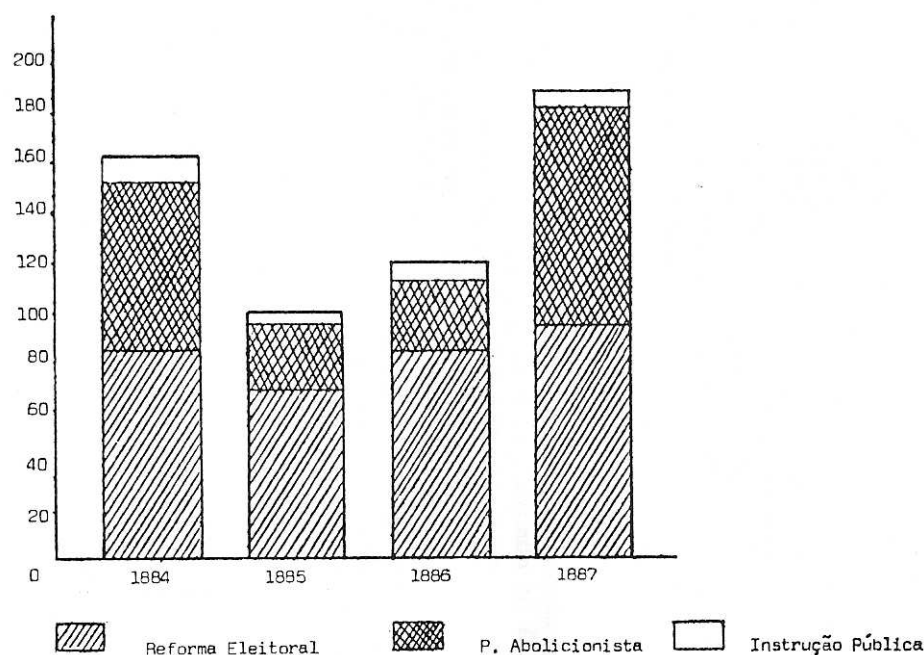


Gráfico 1: Notícias de teor político, segundo o tipo de assunto, publicados pelo *Diário da Bahia* no último trimestre de 1884 – 1887. (SILVA, 1979, p. 79)

Segundo Silva (1979, p. 78), “o *Diário da Bahia* não só informa sobre as questões eleitorais, como também manifesta a sua posição como órgão de facção liberal”. As informações contidas no periódico direcionam o ponto de vista liberal sobre os assuntos que mais preocupam o país e a Campanha Abolicionista, entre as décadas de 70 e 80, ocupa consideravelmente as colunas do jornal.

2.3.3 A Questão Abolicionista e o *Diário Da Bahia*

A abolição era um dos temas discutidos pelos partidos a fim de conseguir alcançar o poder. Poucos daqueles que se manifestavam (ou que diziam se manifestar) contra o trabalho servil queriam realmente que a situação da mão-de-obra no país se modificasse. Mesmo com interesses por detrás dessa campanha, houve muita luta contra a escravidão e a prova disso, dentre tantas, foram os textos publicados em periódicos. O *Diário da Bahia*, em Salvador, foi o principal deles e, durante a década de 1880, a quantidade de textos relacionados à campanha abolicionista cresceu consideravelmente. Conforme Silva, durante essa década,

a propaganda abolicionista [...] ocupa as colunas do jornal [...] na proporção de 41,4%. Este fenômeno é perfeitamente explicado pelo fato de que a abolição de escravos na Bahia foi gradual e em 1889 o processo de

libertação através de fundos de emancipação vinha ocorrendo regularmente. (SILVA, 1979, p.78)

Não eram somente os textos abolicionistas que tinham eficácia na campanha contra o trabalho servil; criaram-se, nesse período, diversos grupos antiescravistas com a finalidade de lutar em favor dos cativos. Dentre eles, encontram-se: a “Sociedade Emancipadora do Elemento Servil”, no Rio de Janeiro, que declarava “[...] respeitar o direito de propriedade, pagando aos senhores o importe da liberdade dos escravos [...]” (*apud* SILVA, 1979, p 104); a “Sociedade Abolicionista Bahiana”, composta por mulheres, que defendiam, além da libertação dos escravos, os direitos da mulher; e a “Sociedade Abolicionista 28 de Setembro”, que ganha esse nome em homenagem à lei do Ventre Livre que foi promulgada nessa data. Esses grupos promoviam festas, bazares, quermesses com a finalidade de arrecadar fundos para, assim, comprar cartas de liberdade de cativos e, com isso, incentivar cada vez mais o movimento abolicionista.

Eram constantes as referências aos grupos mencionados, como no texto que se segue, publicado no *Diário da Bahia*:

Ivo Pedro de Sousa Pinheiro tem a honra de rogar ás *Excelentissimas* senhoras a quem dirigirão se circulares da *Sociedade Abolicionista Bahiana*, da côrte, se dignem remetter até o dia 15 de março proximo vindouro as prensas para o bazar que aquella sociedade pretende effectuar em favor da redempção dos captivos. (SOCIEDADE ABOLICIONISTA 28 DE SETEMBRO, 1884, p.2)

A partir da promulgação da Lei de 28 de setembro de 1871, o *Diário da Bahia* passa a preocupar-se mais com a divulgação da Propaganda Abolicionista, publicando, desde então, inúmeros textos tratando da relevância dessa lei e demonstrando o quão importante seria o fim completo da escravidão no Brasil. Além disso, para incentivar os senhores a libertarem seus escravos, publicava também as alforrias de que tinha notícia.

Vários motivos levavam o senhor, dono dos escravos, a alforriar o homem negro que trabalhava nessa condição. Os redatores abolicionistas consideravam essa atitude um ato digno, como no texto “Manumissões a título gratuito”, publicado no dia 08 de fevereiro de 1884, no *Diário da Bahia*, que trata de alguns paraibanos que concederam carta de alforria a seus escravos:

«O exemplo de a[ct]os dignos é como boa semen- / te lançada á terra fértil: germina e fructifica. E / assim tem sido; não fallando das libertações de / dous ou tres escravos, mas das manumissões em / massa, temos para registrar n'este municipio as / seguintes: / [...]

«**Dona** Maria de Paula todos os seus escravos, em / numero de 40, com o onus de trabalharem du- / rante cinc[o] annos nas obras da casa de caridade / d'esta cidade; [...]

«A condessa do Rio Novo libertou em uma só / disposição testamentaria 200 escravos seus, e / deu lhes para formação de uma colonia, de par- / ceria [com] a casa de caridade, a fazenda de Canta- / gallo, em Entre Rios, onde se achão aquelles li- / bertos, bem collocados e contentes. / [...] (MANUMISSÕES, 1884, p. 1)

Alguns senhores libertavam seus escravos como forma de retribuí-los por algum trabalho realizado. Outros concediam carta de liberdade para premiar atos de coragem e de virtude de seus escravos. No dia 5 de janeiro de 1884, por exemplo, publicou-se o texto intitulado *Terrivel inundação e morte* em que o escravo Antonio Maranhão, por ter salvado uma família de um desastre ocorrido, é premiado com a liberdade, obtendo de seu dono a sua carta de alforria como forma de gratidão e recompensa:

Na madrugada de 9 do corrente, [...]em consequencia da / chuva torrencial que cahia desde a tarde do dia /8, tendo crescido por demais as aguas no açude / da fazenda pertencente á viuva e herdeiros de / João Baptista da Silva, uma grande parte do pa- / redão-do açude desmoronou, e as aguas [...] invadirão a ceva de porcos o cur[-] / ral de carneiros e bezerros [d]o engenho, e arrom- / bando as paredes do pavimento terreo da casa de / vivenda, arrebatarão sete infelizes pessoas, que / alli dormião, lançando-as no rio[...]. Só duas crianças, do numero d'aquel[-] / las sete infelizes forão salvas pelo heroico e lou[-] / va[vel] esforço de um escravo da fazenda, de no- / me Antonio Maranhão [...] Conta-nos que os senhores do escravo [...], em recompensa d'este acto heroi[-] / co e de outros serviços que elle prestou na mes- / ma occasião, vão dar-lhe a liberdade./ (TERRIVEL INUNDAÇÃO E MORTE, 1884, p.1)

Alguns viam as datas comemorativas, desde aniversários ou casamentos até o nascimento de algum parente, como oportunidades de realizar atos filantrópicos e, assim, alforriar alguns escravos. No dia 20 de janeiro de 1886, por exemplo, publica-se um texto referente à liberdade de três escravos dada pelo barão e baronesa de Aramaré pela realização do casamento da filha:

Libertação—Abaixo publicamos o titulo / de liberdade conferido a tres individuos pelo / barão e baroneza de Aramaré no dia 15 do cor- / rente, por occasião do casamento de sua filha. /

Registrando este acto de philantropia, por elle / louvamos a seus autores. /

«Desejando manifestar o nosso regosijo pelo / consorcio de nossa filha **Dona** Maria do Carmo da / Costa Pinto com o **Doutor** João dos Reis de Souza / Dantas Filho, temos resolvido conferir a liber- / dade, como por este titulo conferimos, aos nossos / escravos: Simão, mulato, de 8 annos de idade, / filho de Maria; Maria Francisca, mulata de 7 / annos, filha de America; Sabina, mulata, filha de / Constança, com 7 annos de idade. / E de hoje em diante gosarão de suas liberda- / des como se de ventres livres nascessem./ [...] (LIBERTAÇÃO, 1886, p.1)

Em decorrência da conquista da lei do Ventre Livre, o governo, regido pelo imperador D. Pedro II, criou um fundo especial, destinado à emancipação dos escravos. Esse fundo consistia em uma contribuição mensal da população para arrecadar dinheiro e libertar os escravos, indenizando seus senhores pelos prejuízos advindos da perda do capital investido na aquisição dos escravos após liberdade desses. Conforme Mattoso (2003, p. 179), “esse fundo nutre-se de taxas pagas sobre os escravos, impostos sobre a transmissão da propriedade dos cativos, subscrições, donativos, legados. [...] Entre 1873 e 1882, 70183 escravos teriam sido libertados por este meio.”

No *Diário da Bahia*, havia uma seção intitulada *Declarações* em que, diversas vezes, era divulgado um comunicado oficial à sociedade, tornando público o ato do governo e a obrigatoriedade da população em contribuir com o fundo de emancipação. Esse texto intitulava-se *Recebedoria Geral* e ajudava a tornar pública a obrigatoriedade e a controlar o recebimento desse fundo. Eis o texto:

Pela recebedoria geral d'esta cidade se faz pu-/blico para conhecimento dos interessados que/ durante os mezes de janeiro corrente e fevereiro/ vindouro se procederá a cobrança á bocca do/ cofre da taxa dos escravos residentes n'este mu-/nicípio d'entro do limite da demarcação./ Os contribuintes que no prazo designado dei-/xarem de satisfazer seus debitos ficarão sujeitos/ a multa na fórmula da lei. Recebedoria da Bahia, 5/ de janeiro de 1884.— O administrador, *Aureliano/ Au[g]usto de Sousa Britto./* (RECEBEDORIA GERAL, 1884, p.3)

O *Diário da Bahia* publicava também notícias de escravos manumitidos, ou seja, libertados a partir desse fundo. Um texto publicado em 13 de janeiro de 1884 evidencia que, em função do fundo de emancipação, sete escravos foram beneficiados com a liberdade:

Por / conta do fundo de emancipação acabão de ser / manumittidos na provincia do Pará: um escravo / no município da Alemquer, por 900U, incl[us]ive / o peculio de 100U; um no município de Mazagão, / por 750U, iclusive o peculio de 420U; um no / de Ponta de Pédras, por 1:000U; um no de Mu[-] / cajuba, por 800U; um no de Gintra, por 500U, e / 2 no de Macapá, 1:100U, inclusive peculios no / valor de 491U000./ (FUNDO DE EMANCIPAÇÃO, 1884, p.1)

Embora se publicassem no *Diário da Bahia* discursos políticos a respeito da questão servil, notícias de alforrias concedidas por indivíduos ou famílias a seus escravos, e até mesmo cartas dos leitores, no intuito de disseminar ainda mais a Propaganda Abolicionista, durante anos, na sessão de Classificados das edições desse periódico, eram constantes as divulgações de vendas, aluguéis e fuga de negros escravos, como nos exemplos: “**COMPRA DE ESCRAVA** / Na loja de livros Gatilina e G. se dirá / quem compra uma escrava que saiba lavar e / engommar: não se duvida pagar bem agra-/ dando a figura./” (COMPRA, 1871, p.

3); “**ALUGA-SE** / duas escravas, uma crioula; e outra cabra. Uma / lava e engoma, e a outra lava, cosinha e engoma. A tratar á rua dos Ouvires, n. 48.” (ALUGA-SE, 1871, p. 3)

Ao se analisar a trajetória histórica do *Diário da Bahia*, pode-se perceber que as fases políticas ocorridas no Império influenciaram amplamente as opiniões dos dirigentes que o administravam. Assim, o *Diário da Bahia* foi-se tornando uma peça chave para a propagação do ideal liberal que aludia na época. Embora houvesse muitos grupos conservadores que se opunham ao fim do trabalho servil, o movimento abolicionista adquiriu força em todo o Brasil, conquistou adeptos em quase todas as classes sociais, sendo o *Diário da Bahia*, dentre outros periódicos, um dos principais meios para divulgar tal campanha, de forma a intensificar ainda mais o interesse da sociedade na libertação de seus escravos.

2.3.3.1 A questão da escravidão a partir de alguns textos publicados no *Diário da Bahia* de 1884

Considerando o ano de 1884, período proposto para a constituição do *corpus* de pesquisa, pode-se observar a presença constante de textos abolicionistas, possivelmente porque, no ano seguinte, foi promulgada a Lei dos Sexagenários. Nesse sentido, convém ressaltar a estreita relação entre as datas das leis libertadoras e a intensa produção de textos abolicionistas.

No ano de 1884, o ápice da Propaganda Abolicionista ocorre com a libertação dos escravos da província do Ceará. No dia 27 de março, publica-se, na seção *Noticiário*, o texto *Libertação do Ceará* que trata dessa conquista: “Realiso[u]- / se ante-hontem a festa promovida pela socieda- / de Libertadora Bahiana para commemorar a abo- / lição completa do captiveiro no Ceará.” (LIBERTAÇÃO, 1884b, p.1)

Durante a comemoração, ocorreram várias atividades festivas, como, por exemplo, apresentação de banda, espetáculos com atores de teatro e a homenagem ao poeta dos escravos Castro Alves, cujo texto transcreve-se a seguir:

A's 3 1/2 horas da tarde encorporada a Liber- / tadora Bahiana, precedia de duas bandas de / musica, seguiu para a igreja de *São* Pedro Novo, / afim de assistir ao *Te-Deum* mandado celebrar / por aquella sociedade. / [...] Teve logar á noite no theatro *São* João o espe- / ctaculo para solemnizar o mesmo acontecimento. / [...] no palco, illuminado pro- / fusamente por bicos de gaz, appareceu em apo- / theose a Fama coroando o busto do grande poeta/ americano Castro Alves. / Nos degrãos que sustentavão estavam senta- / dos alguns dos escravos que tinhão de receber / cartas de alforria. / [...] surgiu no palco a talentosa actrizinha / Julieta dos Santos, que fez entrega de cartas de / liberdade a oito escravos, que as receberão no / meio dos applausos

enthusiasticos da multidão, / sencivelmente impressionada diante d'aquella / scena commovedora. / [...] A representação da— *Filha da escrava*, que / é um bom drama de propaganda, agradou geral- / mente./ [...] (LIBERTAÇÃO, 1884b, p.1)

A Sociedade Abolicionista 28 de Setembro também realizou uma grande festa para comemorar esse fato e, durante o festejo, concedeu carta de liberdade a alguns escravos:

A Sociedade Abolicionista Vinte e oito de Se- / tembro, afim de commemorar e abrilhantar a hu- / manitaria, patriotica e grandiosa festa de 25 de / março, adornou pomposamente o recinto do sa- / lão de suas sessões, illuminou interna e externa- / mente o edificio onde funciona, embandeirou / a rua Visconde do Rio-Branco, na qual acha[-]se / collocado aquelle edificio e, sobre maneira hon- / rosa, entregou cartas de liberdade, que por ella / forão obtidas, aos seguintes escravos: / Julio Pedroso, africano, idade 50 annos. / Francisco Soares, crioulo, idade 40 annos. / Gertrudes, crioula, idade 16 annos. / Foi assim que tão philantropica sociedade quiz / provar [s]eu justo entusiasmo pelo modo por que / o Ceará gravou seu nome nos fastos da humani- / dade, para honra d'este Imperio. / (SOCIEDADE ABOLICIONISTA 28 DE SETEMBRO , 1884, p. 2)

Na maioria das vezes, alguns jornalistas que publicavam seus textos no *Diário da Bahia* não se identificavam, ou, no máximo, assinavam com pseudônimos ou suas iniciais. Isso era comum, por ter sido a luta pelo fim da escravidão muito violenta. Aqueles que a apoiavam temiam por suas vidas. Conforme Cárceres (1997, p.195), a manifestação pela abolição “havia sido longa e difícil. Muitos foram mortos pelo caminho e constituem os milhares de anônimos que lutaram por ela.”.

No *Diário da Bahia*, em abril de 1884, publica-se, na seção Noticiário, o texto “Os Libertos”. Nele, fica clara a presença de diversos argumentos na tentativa de convencer o leitor de que o liberto tem condições de sobreviver sendo um trabalhador livre. O redator preferiu manter-se anônimo, assinando apenas com a inicial “A.”, e menciona um artigo veiculado pelo jornal *Gazeta da Bahia*, que trazia em suas colunas um editorial publicado em outro jornal, *Brasil*, conservador, o qual apontava o ex-escravo como incapaz de trabalhar fora do regime escravocrata.

Muitos conservadores opuseram-se à implantação da Lei do Ventre Livre, no período de discussão para a sua promulgação. Isso fica notório em “Os Libertos”, quando o jornalista escreve: “O órgão do Senhor Paulino,— o antigo chefe da dissidencia, que não poupou esforços para impedir a passagem da lei de 28 de setembro – sente-se em grande embaraço toda vez que o forçao a dizer alguma palavra sobre a grave questão do dia.” (OS LIBERTOS, 1884, p.2). Segundo ele, os textos publicados pelos jornais conservadores serviam “para

provar as excellencias do trabalho servil, que nos enriquece com café, e os perigos do abolicionismo, a nos enveredar por sendas desconhecidas.” (OS LIBERTOS, 1884, p.2). Através dessas informações, percebe-se como a luta entre escravocratas e abolicionistas era árdua, uma vez que havia muita dificuldade em se manifestar os ideais antiescravistas.

Um dos argumentos de que os conservadores valiam-se para tentar impedir o crescimento do Movimento Abolicionista e a tão temida abolição da escravatura era o de que o liberto não teria condições de competir no mercado livre, uma vez que não obteve preparo suficiente para tal. Os abolicionistas, por sua vez, proferiam muitos discursos com a finalidade de convencer o leitor de que a escravidão é uma forma de trabalho ultrapassada.

Um texto publicado em 30 de setembro de 1884, *A Escravidão Transbordando para o Novo Século*, evidencia que apenas as manumissões, ou seja, libertações ocorridas a partir do fundo de emancipação, jamais farão acontecer a abolição, uma vez que, em 13 anos, só ocorreram 19 mil (SILVA, 1979, p.114). É interessante ressaltar que, apesar de ser o fundo de emancipação um fato importante para o fim lento e gradativo da escravidão, somente ele não seria suficiente para o objetivo proposto pelo partido liberal, ou seja, o fim definitivo do trabalho escravo.

Nos anos subsequentes, para incentivar ainda mais o fim do trabalho servil, criaram-se, no *Diário da Bahia*, colunas específicas como, por exemplo, as seções *Propaganda Abolicionista* e *Movimento Abolicionista*. Quanto mais se aproximava o ano de 1888, em que sancionou-se a Lei Áurea, mais intensa era a quantidade de textos publicados com o objetivo de se acabar com a escravidão. Era interesse de muitos o fim do trabalho escravo no Brasil, inclusive da Inglaterra que, naquela época, era uma das grandes potências mundiais. Esse país teve papel importante na realização desse fato. (CÁRCERES, 1997)

Em 31 de julho de 1888, pouco mais de dois meses após a promulgação da Lei Áurea, publicou-se o texto *A Abolição da Escravatura no Brasil e a Imprensa Inglesa*, noticiando que o fim completo do elemento servil no país não passou despercebido para a Inglaterra, pois essa investiu no Brasil diversos capitais, como empréstimos, Vias Férreas e Bancos. Para os ingleses, o fim da escravidão no Brasil implicava a intensificação do trabalho livre e, conseqüentemente, um maior mercado consumidor, que passaria a comprar seus produtos (SILVA, 1979).

A abolição não foi obra somente da Princesa Isabel, que sancionou a Lei Áurea, mas sim, de uma violenta e constante luta entre abolicionistas e escravocratas. Além disso, o partido liberal visava a modernizar o Brasil, e a escravidão impedia o crescimento do capitalismo, uma vez que era considerada uma forma de trabalho ultrapassada. O *Diário da*

Bahia, assim como muitos outros jornais da época, contribuíram significativamente para as modificações ocorridas, principalmente durante o século XIX.

3 A ARTE DE ARGUMENTAR E OS TEXTOS ABOLICIONISTAS

A linguagem é um dos meios através dos quais os seres se comunicam e, a partir disso, modificam o meio em que vivem. A linguagem falada, por sua vez, é característica peculiar do ser humano, que manifesta, através de discursos, ideias, pensamentos, opiniões. Esses discursos não são elaborados à toa pelos oradores; existe certa ordem estabelecida, consciente ou não, para que o discurso se forme e alcance o objetivo desse orador: a adesão do outro às suas ideias.

Os textos voltados para a questão da abolição publicados em periódicos propõem muito mais do que uma mera reflexão acerca da temática em discussão. Os autores responsáveis por tais textos têm por objetivo também mobilizar o público leitor a adquirir ideias progressistas, no intuito de acabar com a escravidão no Brasil para, assim, o país poder crescer econômico e socialmente. Para isso, tentavam convencer os leitores de que a abolição representava um bem para o país e persuadi-los a alforriar gradativamente seus escravos.

Para conseguir demonstrar de maneira clara sua intencionalidade, esses autores se valiam de recursos argumentativos que têm por finalidade persuadir o público leitor a aderir a uma determinada ideia. Conforme preconiza Mosca (2001, p.23),

Todo discurso é uma construção retórica, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe um próprio ponto de vista, para o qual pretende obter a adesão.

Ou seja, em todo ato discursivo há a presença da argumentação, uma vez que num diálogo, por exemplo, os interlocutores reagem diante de teses e argumentos a fim de convencer e/ou persuadir o ouvinte.

No que se refere aos textos abolicionistas, a intenção dos autores se revela explícita. Constantemente, eles incluem em seus textos exemplos de como se deu a abolição da escravatura em outros países e as consequências positivas desse fato, ou trazem opiniões de estudiosos importantes acerca do quão negativa era a presença da mão-de-obra escrava para o país. O objetivo não é somente provocar a reflexão da população, mas também fazê-la agir em prol da libertação dos escravos.

No texto “O abolicionismo e a lavoura”, por exemplo, o autor destaca os resultados positivos obtidos pela Jamaica após libertar seus escravos. Ele evidencia o fato de os libertos

conseguirem sobreviver com o fim da escravidão, trabalhando e adquirindo, inclusive, posses, fruto de suas economias.

Um missionario que esteve longos annos n'essa / ilha e que escreveu a <<Situacão passada e presen- / te da Jamaica, Philippo, diz-nos que, em 1843 alli / havia cerca de 200 *free villages* fundadas pelos / libertos em uma área de 10.000 acres. Os libertos, / to[r]nados chefes de familia, em numero de dez mil, // possuem milhares de casas e grandes extensões / de terras compradas com o fructo de suas econo- / mias. Compulsando-se o vasto repositório que / constitue a *Revista Colonial*, encontrão-se, alem / d'essas informações insuspeitas, as de Lord Elgin, / governador da Jamaica, no mesmo sentido. (O ABOLICIONISMO, 1884, p. 1)

Nota-se que essa informação não foi inserida no texto de forma despretensiosa. Não foi somente um missionário que esteve nessa ilha durante longos anos que confirma tais fatos, mas também o próprio governador da Jamaica. Ele representa uma autoridade que, nesse contexto, singulariza-se por deter propriedade e prestígio para tratar do assunto, facilitando ainda mais a adesão do público leitor à ideia de que a abolição pode, sim, trazer consequências positivas para o país.

Percebe-se como as estratégias argumentativas são relevantes na construção de um discurso, visto que são um dos elementos responsáveis pela adesão de um público a determinada ideia. Essa arte, nomeada de retórica (do latim *rhetorica*, originado no grego ῥητορικὴ τέχνη [rhêtorikê], ‘a arte do bem falar’, do substantivo *rhêtôr*, ‘orador’ (HOUAISS, 2009)), desde a antiguidade, vem sendo uma prática muito utilizada e objeto de estudo de diversos pesquisadores em áreas distintas do saber.

A retórica nasce na Sicília grega, a partir de reivindicações realizadas pela população, depois da queda do general Trasíbulo, com o objetivo de que se restituíssem as terras que foram apossadas pelos tiranos. Diante desse contexto, fez-se necessário o aperfeiçoamento da oratória e a formação de júris populares, e, a partir de então, publicou-se o primeiro tratado de retórica. (FERREIRA, 2010). É na Grécia antiga, em Atenas, em aproximadamente 427 a.C., que a retórica se consolida e passa a ser considerada de grande utilidade para os atenienses, uma vez que, nesse período, eles estavam experimentando seus primeiros contatos com a democracia. (ABREU, 2006). Necessitava-se, porém, de certa prática nessa arte, então chegaram a Atenas mestres capazes de ensiná-la à população: os Sofistas. Os principais sofistas foram Górgias e Protágoras. De acordo com Abreu (2006, p. 10),

Como mestres itinerantes, os sofistas faziam muitas viagens e, por esse motivo, conheciam diversos usos e costumes. Isso lhes dava uma visão de mundo muito mais abrangente do que tinham os atenienses da época e lhes permitia mostrar a seus alunos que uma questão podia admitir diferentes pontos de vista.

É partindo dessa ideia que os sofistas defendiam a tese de que o conhecimento era relativo e de que, na retórica, o que se fazia relevante mesmo não era a verdade propriamente dita, mas sim o verossímil, o provável. Com isso, aproximaram a arte do bem dizer da poesia, encarando o discurso como um instrumento sedutor e belo, capaz de ser utilizado para persuadir em qualquer circunstância. Conforme Chauí (2003, p. 123), os sofistas acreditavam que

[...] para se relacionarem como o mundo e com os outros humanos, os homens devem valer-se de um instrumento – a linguagem – para persuadir os outros de suas próprias ideias e opiniões. A verdade é uma questão de opinião e de persuasão, e a linguagem é mais importante do que a percepção e o pensamento.

Essas ideias, todavia, desagradavam muitos gregos, incluindo Sócrates e, por conseguinte, Platão, que passaram a condenar os sofistas por esses ignorarem a verdade e pela superficialidade dos seus discursos. Além disso, não concordavam com o fato de os sofistas utilizarem-se da arte retórica para se beneficiar financeiramente. A partir de então, a retórica passou a ser vista como o oposto da filosofia, representando um falso saber. Segundo Meyer ([1950] 2007, p. 19),

a condenação de Platão foi determinante na história da retórica. Ora assimilada à propaganda, ora à sedução, a retórica tem sido, a partir daí, frequentemente reduzida à manipulação dos espíritos pelo discurso e pelas ideias, enquanto à filosofia coube liberá-los como aos prisioneiros da Caverna.

A retórica passou, então, a ser conhecida pela apresentação de conteúdo enganador, falacioso e isso permaneceu por muito tempo. Foi através de Aristóteles que essa imagem negativa da retórica foi-se modificando. Ele passa a atribuir-lhe um valor positivo, encarando-a como “o inverso necessário da ciência” uma vez que esta “confere certeza em suas conclusões, [enquanto que] um bom número de questões da vida cotidiana, assim como da vida intelectual, não oferece certeza alguma.” (MEYER, [1950] 2007, p. 20)

Aristóteles sistematizou os estudos retóricos, criando diversas obras no intuito de evidenciar a relevância da retórica para o povo. Dentre as obras escritas por Aristóteles, a mais famosa delas foi “Arte retórica e arte poética”, produzida entre 338 e 336 a.C. e consiste principalmente em apresentar algumas estratégias argumentativas, utilizadas para a persuasão. (REBOUL, 2004). Conforme Citelli,

Os pensadores gregos, de Sócrates e Platão, escreveram sobre o assunto [retórica], porém é com Aristóteles que a estrutura do discurso será dissecada

revelando-se como funcionava em suas unidade compositivas voltadas a produzir persuasão. (CITELI, 2007, p.09)

Ele dá à retórica “uma definição mais modesta que a dos sofistas [tornando-a] muito mais plausível e eficaz. Entre o ‘tudo’ dos sofistas e o ‘nada’ de Platão, a retórica se contenta em ser alguma coisa, porém de valor certo” (REBOUL, 2004, p. 24) Seguindo o pensamento aristotélico, a retórica é capaz de aplicar-se às mais variadas áreas do saber, e talvez seja esse um dos motivos que a fizeram sobreviver até os dias atuais.

Segundo Aristóteles (séc. IV a.C.), no que se refere à produção de um discurso, a retórica pode ser decomposta em quatro partes. São elas: invenção, disposição, elocução e ação. A primeira diz respeito aos argumentos elencados pelo orador quando esse começa a engendrar seu discurso. A segunda representa a ordenação dos argumentos conforme interesses do orador para a defesa de sua tese. A terceira relaciona-se ao estilo, às figuras de linguagem utilizadas a fim de dar mais qualidade ao discurso. E a quarta e última refere-se ao próprio ato de proferir o discurso e aos meios utilizados a fim de enfatizá-lo (como tom de voz, gestos, expressão facial). Essas partes não necessariamente ocorrem na mesma ordem, quando da elaboração de um discurso e, para Aristóteles ([séc.IV a.C], 2005 *apud* REBOUL, 2004), antes de se criar e proferir um discurso, o orador deve ter em mente seu objetivo, o conteúdo do qual ele irá tratar e o tipo de discurso, ou seja, o gênero discursivo que irá empregar.

Os gêneros discursivos são divididos em três: o judiciário, que faz menção ao passado, decidindo-se se uma ação é ou não justa, sendo encontrado mais comumente em sermões ou tribunais, por exemplo; o deliberativo, em que há uma preocupação com o futuro, com algo que será realizado, muito comum em discursos políticos; e o epidítico, utilizado principalmente em cerimônias, ocasiões solenes, devido ao fato de ser centrado no estilo. Os textos que compõem o *corpus* da nossa pesquisa enquadram-se no gênero deliberativo, uma vez que abordam questões relacionadas à sociedade e a ações a serem tomadas no futuro, a partir da conscientização da população acerca dos possíveis benefícios suscitados com o fim da escravidão.

3.1 *ETHOS, PHATOS E LOGOS*: A TRÍADE ARISTOTÉLICA

Após definir o gênero com o qual irá trabalhar, o orador deve então escolher os meios de persuasão de que vai valer-se para a construção de seu discurso. Aristóteles divide, de

modo geral, esses meios em três: *ethos*, *páthos* e *lógos*, sendo os dois primeiros de ordem afetiva e o último, de ordem racional (REBOUL, 2004).

Quando se elabora um texto a ser proferido, um elemento de grande relevância é a imagem que o orador quer passar a seu auditório. Essa imagem equivale ao caráter do orador, uma vez que, na perspectiva aristotélica, é possível persuadir pelo caráter. Isso ocorre quando aquele que profere o discurso consegue incorporar a imagem de honestidade sem que haja um conhecimento prévio acerca dele. Para Aristóteles, esse é um dos principais artifícios que pode garantir a adesão do auditório, uma vez que, transmitindo uma imagem de boa fé, o orador adquire a confiança de seu público, ajudando-o nos outros passos.

O *ethos* nos textos abolicionistas se apresenta de variadas maneiras. Alguns jornalistas se pronunciavam diretamente, assinando seu nome a cada publicação. Outros preferiam se manter anônimos, deixando como registro de autoria apenas as iniciais do nome ou algum pseudônimo.

No caso dos textos abolicionistas do *corpus* da pesquisa, nota-se que os redatores frequentemente remetem-se àqueles que aderiam à causa abolicionista como progressistas e humanistas. Conforme o redator de “Os conservadores”, por exemplo, em 1871, enquanto os conservadores eram contra a promulgação da lei do Ventre Livre, os abolicionistas “querião caminhar, [...] querião agir em nome do progresso, dos interesses sociais brasileiros e das imnposições humanitarias” (OS CONSERVADORES, 1884, p.1). Nesse texto, ele se inclui ao grupo dos liberais, que adquire, a cada dia, a confiança da sociedade. Ao direcionar seu discurso aos conservadores, ele enfatiza que:

[...] a situação liberal ainda tem muito a fazer em bem d'este paiz. /
 [...] dia a dia mais ganhamos na confiança publica.
 E, se querem prova d'isso, veção o resultado da eleição provincial do Rio.
 O que significa o ter crescido o numero dos eleitos liberais?
 Para pretender governar, já foi dito, não basta saber destruir, é preciso, e essencialmente preciso, saber reconstruir.

É através dessas palavras que o autor de “Os conservadores” cria o *ethos* dos liberais abolicionistas: aqueles capazes de reconstruir. Ou seja, ele transmite a imagem de que esse partido tem como propósito o progresso do país e de que os conservadores, seus concorrentes na obtenção do poder, querem “a immobilidade do marco de pedra”, e estão “desor[gan]isado[s] desde 1871”.

Muitos jornalistas, que publicavam seus textos no *Diário da Bahia*, ao mesmo tempo em que enalteciam os liberais abolicionistas, afirmando serem estes progressistas, patriotas,

humanistas e verdadeiros cristãos, por defenderem uma causa tão nobre, criticavam os conservadores no intuito, talvez, de, através da contraposição, exaltar ainda mais o partido liberal e aqueles que lutavam contra a escravidão. Obviamente, como era uma disputa pelo poder, havia interesse em aviltar o partido oposto para, assim, adquirir mais adeptos e mais eleitores dentro do ministério.

No decorrer do processo argumentativo, o orador desperta o auditório através de várias emoções, porém, para conseguir comovê-lo, é necessário conhecer a sua propensão por determinadas emoções. Essas emoções, sentimentos, paixões suscitadas no auditório compõem o que Aristóteles denominou *páthos*. Conforme Santana Neto (2005), enquanto que no *ethos*, o objetivo do orador é influenciar afetivamente seu público, a fim de suscitar nele afetos suaves, no *páthos*, o orador visa a influenciar afetivamente seu público com o objetivo de provocar nele afetos violentos. Esse grau de afeto conduz o auditório à ação através de impulso e, conseqüentemente, à adesão à tese apresentada.

No caso dos textos abolicionistas, os jornalistas não têm contato direto com seus leitores e, portanto, não têm acesso às suas reações no momento em que estes estão realizando a leitura dos textos publicados. Para incitar a emoção no público, os editores, muitas vezes, utilizam recursos linguísticos, como metáforas, adjetivos, excertos de livros ou de artigos publicados em outros jornais. Em “Libertação do Ceará”, por exemplo, faz-se referência à libertação dos escravos na província cearense, reportando-se ao cativo como uma “treva infame”: “A província do Ceará é a primeira que espanca / virilmente a *treva infame* do cativo, por / onde anda, errante ainda, a dignidade de um / povo livre, como as aparições temerosas das / lendas populares. /”(LIBERTAÇÃO DO CEARÁ, 1884, p. 1) (grifo do autor)

Cabe salientar, porém, que não são apenas o *ethos* e o *páthos* que compõem um discurso. Ele é engendrado através de argumentos e são eles que caracterizam o terceiro meio de persuasão: o *lógos*. Esse elemento representa o discurso propriamente dito, os recursos argumentativos utilizados pelos oradores a fim de convencer e/ou persuadir seu público a determinada ideia. Com os avanços nos estudos de Retórica, o *lógos* aristotélico sofreu algumas modificações. Como nosso objetivo, nessa dissertação, é estudar os processos argumentativos a partir de uma perspectiva mais atualizada, abordaremos, com mais minúcia, este terceiro meio de persuasão na seção destinada a ele.

Com Aristóteles, como mencionado, passou-se a perceber a retórica de forma menos preconceituosa. Durante o Império Romano, principalmente pela influência grega, essa arte continuou relevante. Nesse período, havia dois grandes filósofos que, assim como Aristóteles, também produziram obras relacionadas à retórica: Quintiliano e Cícero. Com a queda do

Império Romano, a retórica começou a perder prestígio, só sendo recuperado esse prestígio no século XX, quando se intensificaram os estudos nessa área e, a partir de então, começou-se a delinear uma corrente filosófica que dignificasse tal estudo.

Chaïm Perelman foi um dos principais responsáveis por colocar a retórica novamente em evidência no cenário acadêmico. Ele, juntamente com Lucie Olbrechts-Tyteca, publicou, em 1958, a obra “Tratado de Argumentação: a nova retórica”, em que evidenciam-se alguns aspectos da retórica e da argumentação, contemplados, com mais minúcia, na seção seguinte dessa dissertação.

3.2 A NOVA RETÓRICA E AS CONDIÇÕES PARA A ARGUMENTAÇÃO

Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005) definiram o objeto principal da argumentação, no “Tratado de Argumentação: a nova retórica”, como sendo as técnicas argumentativas utilizadas pelos oradores a fim de conquistar a adesão de seus ouvintes/leitores às suas idéias. Na retórica antiga, priorizava-se a comunicação oral como maneira de se conseguir a adesão de um auditório:

O objeto da retórica antiga era, acima de tudo, a arte de falar em público de modo persuasivo; referia-se, pois, ao uso da linguagem falada, do discurso, perante uma multidão reunida na praça pública, com o intuito de obter a adesão desta a uma tese que se lhe apresentava. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.6)

Na Nova Retórica, porém, leva-se em consideração também a linguagem escrita. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p. 6):

[...] como nosso cuidado é analisar a argumentação, não podemos limitar-nos ao exame da técnica do discurso oral. Além disso, visto a importância e o papel modernos dos textos impressos, nossas análises se concentrarão sobretudo neles.

Os autores definiram distinções entre convencer e persuadir. Para Aristóteles, o objetivo primordial do orador é a persuasão de seu auditório à sua tese, utilizando para isso artifícios de ordem racional ou emocional. Na Nova Retórica, há diferença entre persuadir e convencer. O primeiro está relacionado à emoção e o segundo, à razão. A palavra persuadir é formada pela preposição *per*, que significa “por meio de” e pela palavra referente à deusa da persuasão *Suada*. Já convencer significa “vencer junto com o outro e não contra o outro” (ABREU, 2006, p. 27) Dessa forma, persuadir encontra-se no plano do gerenciamento da

relação enquanto que convencer, no gerenciamento da informação. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 30),

para quem se preocupa com o resultado, persuadir é mais do que convencer, pois a convicção não passa da primeira fase que leva à ação. [...] Em contrapartida, para quem está preocupado com o caráter racional da adesão, convencer é mais do que persuadir.

É, portanto, a arte de convencer e persuadir que formam o que chamamos de argumentação e, para que ela exista, é necessário que o orador eleja uma tese a ser defendida. No caso dos textos abolicionistas, a tese principal é evidenciar os possíveis benefícios gerados a partir do fim da escravidão. Além dessa tese geral, cada texto apresenta uma tese específica. Em “Os conservadores”, por exemplo, a tese é de que o partido Conservador, que pleiteia o poder, não tem coragem de publicar seu programa, uma vez que encontra-se desorganizado desde 1871. Isso fica perceptível no trecho:

Aquelles que sab[e]m que os partidos políticos / de um paiz conquistão o poder em nome de idéas / escriptas em seu programma, e acceitas pela / opinião, [q]ue é a força que eleva ou abate as si-/ tuações politicas, admirão-se do afan com que o / partido conservador, desorganizado desde 1871, [...] / desor[gan]isado desde 1871, dizemos, pretende o / poder./

E nos doze annos que têm decorrido ainda / esse pa[rt]ido não poude uniformisar suas idéias e / lançar em suas bandeiras um motte, synthese de / um programma que [a] todos reuna, congregue e / anime./ (OS CONSERVADORES, 1884, p.1)

Além da tese, há outra condição para a argumentação ao qual o orador deve se atentar para assim atingir seu maior objetivo que é a adesão às suas idéias. Esse elemento é o auditório. É para ele que o orador dirigir-se-á e com ele que deve preocupar-se. O orador somente obterá sucesso se mantiver uma relação amistosa com o seu auditório e se conseguir conquistá-lo, afinal “sempre se argumenta diante de alguém [...] que pode ser um indivíduo, ou um grupo ou uma multidão” (REBOUL, 2004, p. 92). Deve-se, portanto, adequar a linguagem, a fim de atingir o maior número possível de ouvintes/leitores.

Cabe, pois, definir o que é um auditório. De modo geral, no ponto de vista argumentativo, o auditório é “o conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.23). Ele pode ser dividido em três tipos: 1) o universal, constituído por toda a humanidade; 2) aquele composto através do diálogo, em que há um interlocutor e alguém a quem ele se dirige; e 3) o deliberativo, em que há somente o locutor interagindo com ele mesmo. (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005).

É pensando nesse auditório o qual se almeja alcançar que o orador deve-se atentar para o seu objetivo: convencer e/ou persuadir. Segundo Santana Neto (2005, p. 29),

convencer objetiva o auditório universal, por isso é atemporal, utiliza-se de raciocínio lógico e de provas objetivas e a conclusão decorre das premissas apresentadas. Persuadir visa ao auditório particular, por isso é temporal, é subjetivo, pois tem por meta a vontade e o sentimento, parte de argumentos plausíveis ou verossímeis e conduz a inferências, as quais levam o auditório a aderir aos argumentos apresentados.

Percebe-se, dessa forma, que, em textos de publicação em massa, os oradores geralmente lidam com auditório universal, almejando, portanto, persuadir indivíduos com situações socioeconômicas distintas.

Os textos que integram o *corpus* desse trabalho destina-se a um auditório particular. Como era um documento escrito, apenas os alfabetizados tinham acesso direto ao seu conteúdo e, naquele período, boa parte da população não tinha acesso à educação, mesmo a pública, que, na época, era um privilégio de poucos. (COSTA, 2003). Aqueles que não sabiam ler tomavam conhecimento do conteúdo do jornal através da leitura coletiva, que, conforme Morel (2008), fazia parte do cotidiano da população da época, assim como os cartazes e os panfletos que circulavam de maneira intensa pelas ruas. Até mesmo aqueles que não apresentavam muitas condições financeiras poderiam adquirir exemplares de periódicos, visto que, nesse período,

Tanto um jornal governista, quanto um oposicionista tinham um alcance, em princípio, semelhante. E não era necessário ser um privilegiado social para comprar eventualmente um exemplar, cujo preço estava acessível até mesmo para um escravo de ganho que se interessasse em sua leitura. (MOREL, 2008, p. 36)

Por mais que defendesse o fim da escravidão, os redatores estavam conscientes da falta de informação de muitos escravos decorrente do não acesso à educação e, por isso, seus textos direcionavam-se àqueles que estavam no poder ou àqueles que, de certa forma, pudessem intervir em prol dos cativos. Cientes dos destinatários de seus textos, poderiam valer-se de inúmeros artifícios que pudessem aproximá-los cada vez mais de seu público, como trechos de poesias, ditados populares, reflexões de grandes pensadores, narrações de festejos relacionados à abolição, dentre outros.

Em “Educação dos escravos”, por exemplo, o responsável pelo texto, anônimo, cita Adolpho Garnier e sua obra “Moral social”, para tratar da questão de se preparar primeiro os escravos antes de conceder-lhes a liberdade. As reflexões realizadas por Garnier são, segundo o redator, “[...] de grande actualidade [...], pois tratão da questão que mais occupa o paiz, e

servem de resposta aos que pretendem educar primeiro o escravo, antes de lhe dar a liberdade.” (EDUCAÇÃO DOS ESCARVOS, 1884, p.1). Servir-se de um artifício como este é uma maneira de tornar evidente aos leitores o quão engajados estavam os redatores do *Diário da Bahia* em relação à causa abolicionista.

Conhecer o auditório é, indubitavelmente, um passo importante para se obter sucesso na argumentação. É ele quem vai responder às indagações do orador, que preocupa-se em transmitir, não a verdade, mas sim o verossímil. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p.27), “o importante na argumentação não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ele se dirige.”

Ao se ter consciência de para quem se está dirigindo a palavra, pode-se estabelecer com mais facilidade o acordo prévio existente entre orador e auditório. O acordo prévio caracteriza-se pela idéias já aceitas como verdade⁷ pelo auditório. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p. 74), todo acordo está fundamentado em duas categorias: “uma relativa ao *real* que comportaria os fatos, as verdades e as presunções, a outra relativa ao *preferível*, que conteria os valores, as hierarquias e os lugares do preferível.”

Os fatos, verdades e presunções, referentes à primeira categoria, equivalem, respectivamente, àquilo que todos aceitam sem discussão, a tudo que é dito sobre um determinado fato e às suposições embasadas naquilo que se considera real ou verossímil.

No que diz respeito à segunda categoria, pode-se definir os valores como artifícios vinculados à variedade de grupos, sendo de fundamental importância para o orador. Para obter sucesso na argumentação, deve-se, portanto, identificar os valores, as crenças, normas e princípios do auditório em questão.

Os valores podem ser universais, concretos ou abstratos, e variam de pessoa para pessoa. Os valores universais são admitidos por todos, a exemplo das noções de verdade, feio e belo. Os concretos, por sua vez, estão vinculados a um determinado grupo ou mesmo a uma pessoa ou objeto particular. Já os valores abstratos não consideram um ente vivo e, por isso, podem servir para a crítica. Utiliza-se esse tipo de valor como critério para alterar uma ordem de grau de importância pré-estabelecida.

Os valores podem variar a depender de quem os estabelece. Levam-se em consideração fatores históricos, ideológicos e culturais, atribuindo-se, assim, graus de importância para cada um deles. Segundo Abreu (2006), é a escala de valores instituída por cada grupo que vai distingui-lo dos demais. Dessa forma, aquele que pretende atingir um

⁷ Verdade equivale, aqui, ao verossímil, àquilo que um determinado auditório considera como verdade. (REBOUL, 2004)

determinado auditório deve conhecer a hierarquização de valores convencionalizada por ele para, assim, engendrar da melhor forma seu discurso. O orador não deve considerar somente os valores pertencentes a cada grupo, mas também aqueles julgados mais ou menos importantes. Isso será decisivo em sua argumentação.

No caso dos textos abolicionistas que compõem o *corpus* de estudo, de forma geral, tem-se como fato a presença da escravidão no Brasil e como verdade, as informações que sustentam a idéia de que essa forma de trabalho é ultrapassada e de que os escravos podem sobreviver fora dessa condição. As presunções estão relacionadas aos malefícios a nível nacional, gerados pela mão-de-obra escrava e aos possíveis benefícios que o fim dessa forma de trabalho pode trazer ao país.

Cada texto, especificamente, busca uma adesão individual. Dessa forma, no texto “Os conservadores”, tem-se como fato a pretensão dos conservadores de chegar ao poder e a sua resistência em promulgar da Lei de 28 de setembro – a Lei do Ventre Livre – em 1871. A verdade é que o Partido Conservador está desorganizado desde 1871 e, diante disso, as presunções direcionam para a ausência de um programa definido e compatível com os anseios da população da época por parte desse partido.

No texto “Educação dos escravos”, tem-se como fato a elaboração de leis que pretendem amenizar a escravidão preparando a sua abolição. As verdades são as insatisfações diante dessas leis, principalmente por parte dos senhores, que visam apenas seus próprios interesses. E as presunções são as incompatibilidades entre as leis criadas para defender os direitos dos escravos e a realidade.

Em “Libertação do Ceará”, o fato é que todos os escravos de uma só província, o Ceará, foram libertados. A verdade é que isso é uma prova de patriotismo e humanismo por parte dos cearenses, levando à presunção de que, como no Ceará conseguiu-se libertar todos os escravos, todas as outras províncias deveriam seguir o mesmo exemplo da província irmã.

Em “Os libertos”, o fato é que publicou-se no jornal *Brasil*, órgão do Partido Conservador, um texto em que se apresenta o escravo como incapaz de trabalhar caso a escravidão seja abolida. A verdade é que esse conceito não representa a realidade, visto que, em outros países onde ocorreu a abolição, os escravos se adaptaram à nova condição e continuaram trabalhando. Com isso, presume-se que, se nesses países a transição do trabalho escravo para o trabalho livre foi bem-sucedida, então há grande possibilidade de, no Brasil, ocorrer o mesmo.

Em “O abolicionismo e a lavoura”, o autor explicita como fato a manifestação dos conservadores, publicada no editorial do jornal *Diário de Pernambuco*, contra a imigração

européia e a favor da escravidão e dos interesses da lavoura. A verdade é que os conservadores, ao defender essas idéias, pretendem manter a lavoura rotineira e atrasada. Além disso, apresentam, no artigo em questão, argumentos infundados e erros históricos. Com isso, presume-se que os conservadores são retrógrados por não considerarem os possíveis benefícios para o país, e não somente para a lavoura, gerados pelo fim da escravidão

Os valores do auditório previamente levantados pelos textos abolicionistas do *corpus* estudado relacionam-se a valores coletivos, tais como filantropia, humanidade, formação da família, patriotismo e cristianismo. Ao se realizar a hierarquização desses valores, utilizam-se alguns argumentos previamente admitidos pelo auditório. A partir disso, tornou-se possível identificar os lugares da argumentação, que são, conforme Abreu (2006), premissas de ordem geral, usadas desde a antiguidade, e úteis para reforçar a adesão do auditório a determinados valores. Nota-se o lugar de quantidade, por exemplo, no texto “Libertação do Ceará”, quando se enfatiza que todos os escravos dessa província se beneficiaram com a liberdade, valorizando dessa forma o número de escravos libertos.

Contrapondo-se ao lugar de quantidade, tem-se o lugar de qualidade, que, por sua vez, diz respeito àquilo que é único, exclusivo, raro, contestando assim a virtude do número. Nesse caso, os redatores consideram a atitude dos governantes cearenses uma glória incontestável, sendo esta província “[...] a primeira que espanca / virilmente a *treva infame* do captiveiro, por / onde anda, errante ainda, a dignidade de um / povo livre, como as aparições temerosas das / lendas populares.” (grifo do autor).

Pode-se identificar o lugar da ordem no momento em que o autor de “Libertação do Ceará” destaca o Ceará como “a primeira entre suas irmãs” a libertar seus escravos, postulando a superioridade desta sobre as demais, que provou ser composta por homens patriotas e humanistas:

A provincia do Ceará é a primeira que espanca / virilmente a *treva infame* do captiveiro, por / onde anda, errante ainda, a dignidade de um / povo livre, como as aparições temerosas das / lendas populares. /

Do meio da submersão em que as suas irmãs / se achão, ella levanta-se generosa, como uma / eminencia illuminada, onde verdejão com uma / pompa desconhecida as esperanças de um futuro / glorioso. /

(LIBERTAÇÃO DO CEARÁ, 1884, p.1)

O lugar de pessoa pode ser observado no texto “Educação dos escravos”, quando se passa a enxergar o cativo não como objeto, mas sim como ser humano que também tem direito à instrução e orientação religiosa. As palavras seguintes são de um padre que acabara

de realizar a primeira comunhão dos filhos dos colonos e serviram de exemplo para evidenciar a opinião da igreja com relação ao escravo:

Se as leis civis, que não me complete aqui qualificar, recusão direitos aos escravos, Deus lh'os dá, a religião os reconhece, e o sentimento natural os proclama—fi[!]hos; escuta[e] a religião, e tende para todos, para o fraco sobretudo, uma caridade sem limites. – Não os surreis; o homem não sahiu do seio de Eva para ser chicot[e]ado por outro homem. O menor de vossos golpes faria soffrer uma alma immortal e Deus vos tomaria / severas contas. Não o deixeis nú não tem bastante trabalho este homem para que o seu as[-] aspecto (sic) esteja sempre a ferir o pudor? Não os carregueis de colleiras de ferro, Os ricos que carregão os pobres de cadeias se aviltão da mesma fórma, porque, se os escravos as traz ao pé, é forçoso que o senhor a carregue ás m[ão]s– d'ahi um máo estar geral e, portanto, uma calamidade universal!

«Instrui ao escravo—deixae que elle venha á egreja para aprender a vos amar, sustentar e ajudar-vos. Com que direito lhe recusaes o ensino religioso! Acaso foi Deus que vos vendeu? Não o desprezeis, não o desprezeis, porque o que seria se tivesses nascido em seu lugar e elles no vosso?» (SOCIEDADE, 1884, p.2)

Dessa forma, convém observar que o discurso jornalístico dos textos em questão apresenta um acordo prévio, a partir do fato, da verdade e das presunções, além de reconhecer alguns valores relevantes para a adesão do público alvo e de utilizar os lugares da argumentação, caracterizando-se, portanto, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca, ([1958], 2005), como um discurso persuasivo por excelência.

O acordo prévio auxiliará o orador na construção de seu discurso que tomará forma a partir da utilização de técnicas argumentativas voltadas para a adesão do auditório em questão. Essas técnicas são divididas em três grandes grupos: os argumentos quase-lógicos, os argumentos fundados na estrutura do real e aqueles que fundamentam a estrutura do real.

Os argumentos quase-lógicos estão relacionados à tese de adesão inicial e à tese principal. É através deles que se demonstra se a tese de adesão inicial é ou não compatível com a tese principal. Esse tipo de argumento é muito semelhante à lógica retórica, porém sem tanto rigor, uma vez que, ao se fazer uso da linguagem, permitem-se inúmeras interpretações. São exemplos de argumentos quase-lógicos: compatibilidade e incompatibilidade, regra de justiça/identidade, ridículo, retorsão, transitividade – matemáticos, dentre outros.

Os argumentos fundados na estrutura do real, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005), são aqueles que estão relacionados a pontos de vista, a opiniões e não a descrições objetivas dos fatos. O auditório toma essas opiniões, esses pontos de vista difundidos no meio social como verdade. Esses tipos de argumento podem invocar ligações de sucessão – em que se faz relação entre um fato e suas causas e consequências – ou podem

usar relações de coexistência entre algo essencial e suas manifestações. São exemplos de argumentos fundados na estrutura do real: argumento pragmático, argumentação pelo vínculo causal, pelos fins e os meios, pela propagação, pela superação, argumento de autoridade, e degrau e ordem.

Os argumentos que fundamentam a estrutura do real, conforme Reboul (2004), são considerados empíricos e não se baseiam na estrutura do real, pelo contrário, criam realidades ou as completam, estabelecendo nexos antes não percebidos pelo auditório. São exemplos de argumentos que fundamentam a estrutura do real: argumento pelo desperdício e pela comparação, argumentação pelo exemplo, pelo modelo ou antimodelo, e argumentação pela analogia e metáfora,

Esses recursos argumentativos podem ser utilizados pelos oradores na elaboração de seus discursos a fim de convencer e/ou persuadir seu auditório, dependendo, claro, da relação estabelecida entre orador e auditório. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 33), “é, portanto, a natureza do auditório ao qual alguns argumentos podem ser submetidos com sucesso que determina em ampla medida tanto o aspecto que assumirão as argumentações quanto o caráter, o alcance que lhes serão atribuídos.”. Alguns desses argumentos serão descritos com mais minúcia posteriormente, no momento em que realizarmos as análises do *corpus* selecionado para elaboração dessa dissertação.

3.2.1 Estratégias argumentativas nos textos abolicionistas do *Diário da Bahia* 1884

Como vimos anteriormente, argumentar significa utilizar-se de artifícios discursivos no intuito de incitar o interlocutor a aderir a ideias. Nenhum discurso é proferido à toa e é por essa razão que buscamos identificar e analisar as estratégias argumentativas utilizadas pelos abolicionistas (ou pelo menos por aqueles que eram a favor da causa) em textos publicados no *Diário da Bahia* de 1884, que tinham por principal finalidade convencer o leitor de que o trabalho servil não era mais bem-vindo e persuadi-lo a libertar seus escravos, aderindo ao movimento em questão.

Todos os textos trabalhados até então são de bastante relevância para se entender, mesmo que parcialmente, como se deram as manifestações contra a escravidão no país, porém, para que se possa cumprir com os objetivos propostos pelo presente trabalho, faz-se necessário delimitar os escritos a serem estudados de forma mais minuciosa. Como já foi mencionado, selecionaram-se, para análise das técnicas argumentativas, cinco textos, cujos critérios de seleção já foram explicitados na introdução dessa dissertação. O *corpus* escolhido

é um exemplo da diversidade de escritos de gêneros e tipologias diferentes que eram constantemente publicados no *Diário da Bahia*.

Nos textos selecionados para fazer parte do *corpus* desse estudo, identificaram-se 12 tipos de argumentos, apresentando-se como o de maior ocorrência o de autoridade, utilizado 15 vezes, o equivalente a 34% do total. Em segundo lugar, está o argumento pelo exemplo, com 10 inserções, o equivalente a 22% do total. Em terceiro lugar, encontra-se o argumento por incompatibilidade, com 05 ocorrências, equivalendo a 11% do total. Localizou-se, na sequência, o argumento pragmático, com 9%, o equivalente a quatro utilizações. Os demais argumentos apresentam percentual igual ou inferior a 4%, sendo eles: antimodelo, modelo, comparação, analogia, vínculo causal, superação, ridículo e regra de justiça. Para melhor visualização, segue o gráfico:

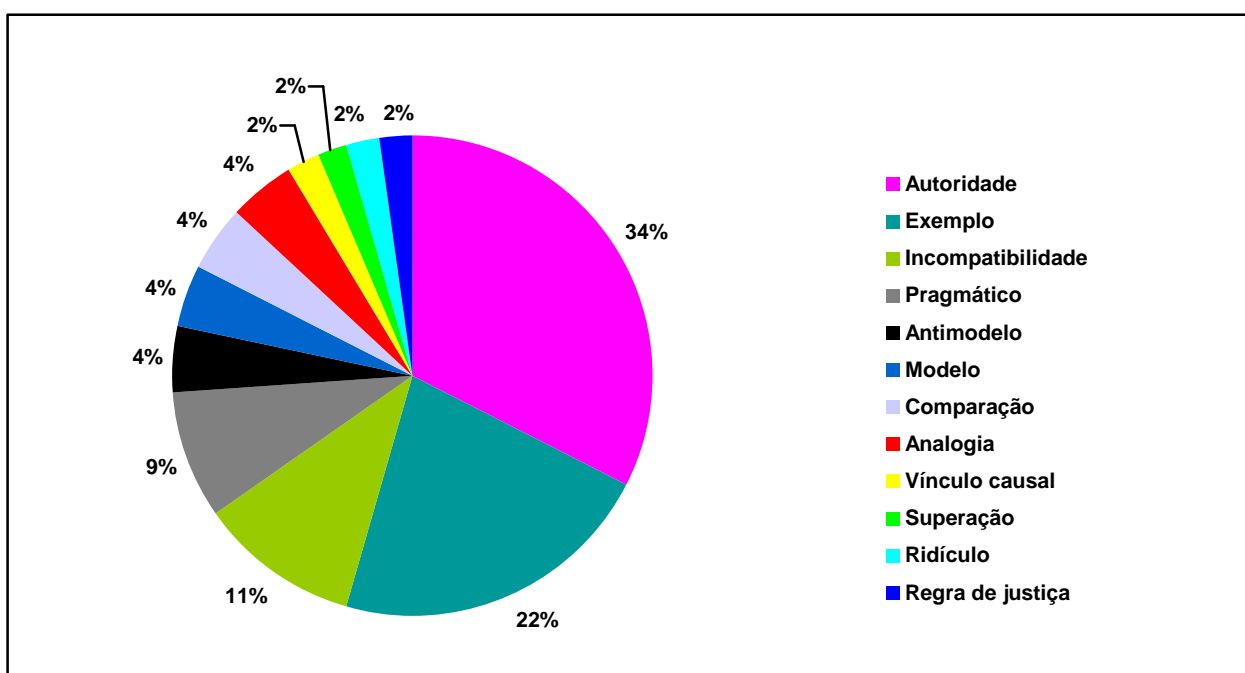


Gráfico 2

: Estatísticas dos argumentos nos textos abolicionistas do *Diário da Bahia*.

Para melhor visualização dos argumentos, segue tabela com os argumentos presentes em cada texto:

	AUTO- RIDA- DE	EXEM- PLO	INCOM- PATIBI- LIDA- DE	PRAG- MÁTICO	ANTI- MODE- LO	MODE- LO	COMPA- RAÇÃO	ANA- LOGIA	VÍNCU- LO CAUSAL	SUPE- RAÇÃO	RIDÍCULO	REGRA DE JUSTIÇA	TOTAL
“Os conservadores”	2	2	1		1	1							07
“Educação dos escravos”	3	3	3	1				1				1	12
“Libertação do Ceará”	2			1		1	1		1	1			07
“Os Libertos”	2	3	1	2									08
“O abolicionismo e a lavoura”	6	2			1		1	1			1		13
TOTAL	15 (33%)	10 (21%)	5 (11%)	4 (9%)	2 (4%)	2 (4%)	2 (4%)	2 (4%)	1 (2%)	1 (2%)	1 (2%)	1 (2%)	47 (100%)

Tabela 1: Informação quantitativa dos argumentos constantes nos textos abolicionistas do *Diário da Bahia* de 1884

Após a realização deste trabalho, poder-se-á traçar não apenas os recursos argumentativos empregados pelos abolicionistas nos textos publicados no *Diário da Bahia*, como também se demonstrará que a intencionalidade do orador atravessa todo e qualquer discurso. Com isso, nota-se que não existe imparcialidade ou neutralidade nesses textos, visto que seus redatores defendem ideais de um partido político: o liberal. Observa-se que o processo argumentativo encontra-se de acordo com as expectativas do redator e também do público para o qual eles escrevem.

3.2.1.1 “Os Conservadores”

O jornalista liberal, defensor da causa abolicionista, que publicou, no dia 17 de janeiro de 1884, na seção “Noticiários” do *Diário da Bahia* o texto intitulado “Os conservadores”, realiza questionamentos acerca do Partido Conservador e de suas propostas, principalmente aquelas relacionadas à questão do elemento servil. A tese do redator é a de que tal partido não “tem coragem para traçar [e] publicar seu programa”, visto que está desorganizado desde

1871, ano em que foi promulgada a Lei do Ventre Livre. Em contrapartida, o Partido Liberal está crescendo e adquirindo mais adeptos no país.

Segundo o jornalista, o Partido Conservador valeu-se de todas as armas para que o projeto de libertar os nascituros não se convertesse em lei, defendendo, assim, os interesses dos fazendeiros. A lei de 28 de setembro foi promulgada graças, segundo o redator, ao presidente da câmara de então, Manuel Alves de Araújo, liberal e abolicionista, e graças “[...] á ameaça da bayoneta para conter o meio extremo [...]”, ou seja, para conter a resistência dos conservadores. Para defender sua tese, o jornalista utilizou diversos argumentos. São eles: o argumento de autoridade, pelo exemplo, modelo, antimodelo, incompatibilidade e pragmático.

Ao construir um discurso, o orador, muitas vezes, pode valer-se de estratégias que reforcem e validem a tese que ele pretende defender. Uma dessas estratégias são as idéias advindas de autoridades. Nesse caso, ele se serve do prestígio de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos para provar aquilo que está sendo enunciado. O que vale, nesse tipo de argumento, são a palavra, a honra e a credibilidade desse(s) indivíduo(s). “A palavra de honra”, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca, ([1958], 2005, p.347), contudo, “dependerá da opinião que se tem dessa pessoa como homem de honra.” Dessa forma, quando um argumento de autoridade é contestado, não é devido à maneira como foi organizado, mas sim pela invocação de uma autoridade que carece de prestígio para determinado auditório.

As autoridades que podem ser invocadas são das mais variadas:

[...] ora será o ‘parecer unânime’ ou ‘a opinião comum; ora certas categorias de homens, ‘os cientistas’, ‘os filósofos’, ‘os Padres da Igreja’, ‘os profetas’; por vezes a autoridade será impessoal: ‘a física’, ‘doutrina’, ‘a religião’, ‘a Bíblia’; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome. (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, [1958], 2005, p.350).

O redator de “Os conservadores” inicia seu texto com um argumento de autoridade, afirmando:

Aquelles que sab[e]m que os partidos politicos de um paiz conquistão o poder em nome de idéas escriptas em seu programma, e acceitas pela opinião, [q]ue é a força que eleva ou abate as situações politicas, admirão-se do afan com que o partido conservador [...]pretende o poder.

Considerando o contexto histórico em questão, pode-se inferir que “Aquelles que sab[e]m que os partidos politicos de um paiz conquistão o poder em nome de idéas escriptas em seu programma, e acceitas pela opinião [...]” são, principalmente, os indivíduos engajados em questões políticas. Dessa forma, ao utilizar a expressão “Aquelles que sa[b]em”, o jornalista invoca a autoridade de políticos e prossegue com a ideia de que, se o Partido Conservador, órgão conhecedor das questões políticas do país, tem conhecimento de todos os

procedimentos a serem realizados para pleitear o poder e não os segue, significa que ou não está organizado ou não apresenta um programa coerente, ou, se apresenta, não tem coragem de divulgá-lo.

Viu-se que o argumento de autoridade pode ser evocado de diversas maneiras. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p. 350), “[...] uma mesma autoridade pode ser valorizada ou desvalorizada conforme coincida ou não com a opinião dos oradores.” O argumento de autoridade, nesse caso, segundo os autores, pode ser utilizado não somente de forma negativa, mas também às avessas. O jornalista de “Os conservadores” desqualifica, nesse caso, uma organização política, ao afirmar que o Partido Conservador encontra-se “desor[gan]isado desde 1871”. No decorrer do texto, ele provoca o leitor, realizando questionamentos acerca desse partido: “Qual é seu programma? qual o chefe que o dirigirá?”, reforçando a ideia de que, pelo fato de o partido em questão não ter publicado ainda suas propostas e de não ter líderes que comunguem das mesmas idéias, não tem, portanto, condições de assumir o poder.

Os argumentos pelo modelo e antimodelo também são outros muito presentes no texto em questão. Essas estratégias argumentativas são bastante eficazes quando bem utilizadas, porque, conforme Reboul (2004, p.182), representam “mais que o exemplo; [são] o exemplo dado como digno de imitação”. Eles estão relacionados à postura de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que deve ser seguida ou rejeitada por todos. De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p. 413), “[...] quando se trata de conduta, um comportamento particular pode não só servir para fundamentar ou ilustrar uma regra geral, como para estimular a uma ação nele inspirada.”

No caso de “Os conservadores”, nota-se que o redator recorre ao argumento pelo antimodelo para aviltar a imagem do Partido Conservador, partindo da ideia de que esse, no ano de 1871, utilizou-se de todos os meios para impedir a aprovação da Lei do Ventre Livre. Em contrapartida, utiliza o argumento pelo modelo, ao enaltecer o Partido Liberal, que é a favor da abolição e que tudo fez para que a Lei de 28 de setembro fosse aprovada. Conforme o jornalista, os conservadores, nessa ocasião, “[...] querião a immobilidade do marco de pedra [...], aguardavão o aguilhão estrangeiro para caminhar”, ou seja, não eram a favor da lei que liberava os nascituros e, por isso, não queriam, como os liberais, “caminhar [...], agir em nome do progresso, dos interesses sociais brasileiros e das impositões humanitárias [...]”. Expõe-se, portanto, a imagem dos conservadores como aquela que não deve ser seguida. Por outro lado, reforça-se a opinião de que o Partido Liberal “[...] ainda tem muito a fazer em bem d'este paiz. [...]” de que “[...] dia a dia mais [ganha] a confiança publica.”, e, para fundamentar

essa tese, revelam-se alguns exemplos, como “[...] o resultado da eleição provincial do Rio” e o crescimento do “[...] numero dos eleitos liberais.”

O exemplo é outro argumento de que o jornalista de “Os conservadores” muito se vale. Esse tipo de estratégia, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005), tem por propósito uma possível generalização através de casos particulares. Ou seja, no caso do texto em questão, para fundamentar a tese de que os liberais estão crescendo e adquirindo mais adeptos, o jornalista apresenta dois exemplos: do resultado da eleição provincial do Rio de Janeiro, cujo vencedor, possivelmente, foi um integrante do Partido Liberal, e o crescimento do número de eleitos liberais em todo país.

Para enfatizar a desorganização do Partido Conservador, o jornalista emprega o argumento por incompatibilidade, que significa tornar evidentes incoerências presentes em um mesmo sistema. Conforme Reboul (2004, p.168 - 69), “a contradição pura, do tipo ‘é branco e não é branco’ é raríssima na argumentação, que não pode recorrer à prova por absurdo. O que se encontra, em compensação, são incompatibilidades, que variam segundo os meios e as culturas”. No texto, o jornalista afirma que existem incompatibilidades entre os dirigentes conservadores, visto que estes comungam de idéias inconciliáveis, a exemplo, segundo ele, do político “João Alfredo, o mais prestigioso d'elles, [que] absolutamente não communga das mesmas idéias dos chefes do sul.”

Pode-se verificar que o *ethos* do jornalista está ligado ao Partido Liberal, visto que ele se inclui nesse grupo ao utilizar primeira pessoa do plural como no trecho seguinte, em que ele se dirige aos conservadores para defender que os liberais estão crescendo cada vez mais no país: “Convenção-se de que dia a dia mais *ganhamos* na confiança publica.” (grifo nosso). Ele prossegue seu discurso enfatizando as conquistas do Partido Liberal e, ao mesmo tempo, passando para os leitores do jornal a imagem de que tal partido “[...] ainda tem muito a fazer em bem d'este paiz.” O *ethos* construído pelo jornalista é, pois, de um indivíduo que faz parte de um partido cujos interesses estão voltados para o bem da população brasileira e que está cada vez mais adquirindo a confiança pública devido às atitudes em prol do crescimento Brasil.

O texto “Os conservadores” é prova de que o *Diário da Bahia* defendia ideais liberais e servia de arauto para essa organização política. É evidente a luta entre partido Liberal e Conservador e as causas por eles defendidas, principalmente aquelas relacionadas à escravidão. A disputa entre esses dois partidos, como já mencionado nos capítulos anteriores dessa dissertação, muito marcaram o Segundo Império.

3.2.1.2 “Educação dos escravos”

Em “Educação dos escravos”, publicado no dia 27 de fevereiro, na seção “Noticiários”, o jornalista defende a tese de que as reflexões realizadas pelo publicista francês Adolpho Garnier em seu livro “Moral Social”⁸ são de grande atualidade para a sociedade, visto que servem de resposta àqueles que pretendem, primeiro, educar os escravos antes de proporcionar-lhes a liberdade. Coloca-se à disposição um excerto do livro quarto dessa obra, cujo título é “A liberdade e a igualdade”. O jornalista citou o parágrafo quarto, do capítulo primeiro, que trata da importância de, primeiramente, educar os escravos antes de realizar a abolição e da resistência dos proprietários de escravos às leis e prescrições que pretendiam preparar a emancipação. Essas leis e prescrições criadas para garantir os direitos dos escravos eram burladas pelos senhores, os quais as utilizavam apenas como forma de intensificar as agitações contra a abolição.

Utiliza-se, nesse texto, o argumento de autoridade, visto que o jornalista aproveita-se do prestígio de um estudioso para ratificar a ideia de que a preparação dos escravos para a liberdade deve ser realizada com cautela, uma vez que pode tornar-se motivo de resistência de muitos senhores e, conseqüentemente, razão de diversos conflitos. No excerto disponível em “Educação dos escravos”, revelam-se algumas leis estatuídas nas colônias francesas no intuito de “[...] suavizar a escravidão e preparar a sua abolição.” Dentre essas leis, destacam-se a de 1840, em que se permitia o registro de estado civil para os escravos, e a de 1846, em que se proibia o uso do chicote como forma de excitar o trabalho, principalmente em mulheres, crianças e idosos, e estabelecia-se um número máximo de chicotadas por dia; se prescrevia que disponibilizasse por ano duas mudas de roupa para os escravos; e estabelecia-se, pela manhã, a realização de uma oração entre os escravos e, à noite, ensino religioso dirigido pelo pároco.

Como mencionado, burlavam-se essas leis de todas as maneiras possíveis. Os senhores procuravam brechas para que pudessem manter o regime escravocrata, tornando-se, essas leis, incompatíveis com a realidade na qual viviam os senhores e os cativos. A incompatibilidade, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, ([1958], 2005), é um recurso argumentativo que visa a evidenciar incoerências presentes em determinadas situações. Com relação à morte do

⁸ “Moral Social” ou “Deveres do Estado e dos cidadãos” do pesquisador e filósofo francês Adolpho Garnier, foi publicado na França em 1850 e trata de algumas reflexões acerca dos princípios morais e do papel de instituições como família, igreja e educação na sociedade.

escravo, por exemplo, que deveria ser punida com prisão e multa, Garnier evidencia a seguinte incompatibilidade:

A morte do escravo deverá ser punida de multa e prisão. Vive, porém, o fazendeiro em sua propriedade cercado unicamente de seus escravos; onde, pois, se encontrariam as testemunhas do crime? O testemunho do escravo não era recebido em juízo, e, quando mesmo o fosse, como poderiam ser elles testemunhas contra seus senhores, affrontando os máos tratos, que os esperariam na volta? Acresce que seria facillimo ao fazendeiro subtrahir a todas as vistas os vestígios de seu crime.

Na Europa aquelle que prepara um assassinato não póde suberaneamente dispôr do momento e do lugar para perpetrar[-]o nas colonias; porém o senhor podia ordenar ao escravo que fosse a esse ou áquelle logar solitario e ahí cevar a sua vingança, sem testemunhas. (EDUCAÇÃO DOS ESCRAVOS, 1884, p.2)

Ou seja, não havia possibilidade de uma aplicabilidade 100% garantida, visto que não se tinha uma fiscalização eficaz. Outra incompatibilidade destacada pelo autor refere-se ao número de chicotadas estabelecidas:

Tinha-se regulado o numero de chicotadas que o senhor podia infligir ao escravo de uma vez; nada, porém, o impedia fazer recommear o castigo, muitas vezes no mesmo dia! Acresce que se não tinha determinado os delictos que deverião ser punidos com semelhante castigo.

Imagine que se tratava da revolta de um marido que quer defender sua mulher, de um pae que quer arrancar sua filha á sensualidade do senhor; o castigo concedido de 15 chicotadas seria justo? (EDUCAÇÃO DOS ESCRAVOS, 1884, p.2)

Os senhores reclamavam que essas leis, na realidade, operavam a abolição, visto que elas lhes tiravam a autoridade sobre os escravos. Ao tratar do ensino moral e religioso que deveria ser proporcionado ao escravo, o autor evidencia outra incompatibilidade: a de que, ao ensinar aos escravos seus direitos e deveres, eles se tornarão conscientes de sua condição e reivindicarão qualquer mau-trato realizado pelo senhor. Conforme Garnier, existe

[...] entre a educação moral, que se pretende dar ao escravo, e a condição em que elle permanece, *uma contradicção* pasmosa. [...] Não se queria libertar os escravos sem que se lhes desse sentimentos de ju[s]t[i]ça e religi[ã]o, no esntretanto que elles não se poderiam tornar justos e religiosos enquanto permanecessem escravos. (grifo do autor). (EDUCAÇÃO DOS ESCRAVOS, 1884, p.2)

Os senhores reivindicavam qualquer tentativa de abolição, utilizando como referência para legitimar o seu discurso a religião ou fatos ocorridos em colônias onde a abolição se deu de forma violenta. Citavam-se textos do Pentateuco⁹ para autorizar a escravidão e as mortes e

⁹ O Pentateuco é composto por cinco livros que narram de forma épica a história do povo hebreu e a origem do cristianismo. Os livros são: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio.

incêndios que acompanharam a revolução de São Domingos.¹⁰ Garnier, por sua vez, para refutar esses argumentos, solicita aos senhores que não tomem

[...] sómente no *Pentateuco* os textos favoráveis aos vossos interesses; tomæ t[o]dos os outros, executæ sobretudo aquelle que ordena que se o hebreu fôr escravo do hebreu, fique liberto em seis annos, O [he]breu não podia ser mais proximo do hebreu que o christão do ch[r]istão, e vossos escravos são christãos!

Garnier utiliza-se do mesmo recurso argumentativo dos senhores: a autoridade, referindo-se também ao Pentateuco, porém para defender a abolição. Além disso, vale-se do argumento pela regra de justiça, que, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca, ([1958], 2005, p. 248), “[...] requer uma aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria.” ao situar os escravos e os senhores numa mesma categoria, utilizando como referência o fato de ambos serem cristãos. Além disso, utiliza o argumento pela analogia, ao aproximar os cristãos dos hebreus. Conforme Reboul (2004, p. 185), “raciocinar por analogia é construir uma estrutura do real que permita encontrar e provar uma verdade graças a uma semelhança de relações.”

Conforme Garnier, o que motivou as desordens, diferentemente do que pensavam os senhores, não foi a libertação, mas sim a recusa à libertação. Ao relacionar causa e efeito, evidenciando seus pontos positivos e negativos, o autor faz uso do argumento pragmático, que, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca, ([1958], 2005, p.303), “permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis.” Para ratificar essa ideia, ele invoca a autoridade do político, filósofo e escritor francês Montesquieu¹¹, afirmando ser essa recusa à abolição um “[...] perigo em um estado onde os cidadão / são livres, onde em torn[o] do escravo se falla de / direitos, egualdade; liberdade, é aquelle se inflamma pelo desejo de saborear tambem a sua / independencia.”

¹⁰ “A rebelião ocorrida na parte leste da ilha de São Domingos (atual Haiti) foi a única feita por africanos na história americana que culminou em uma revolução, destruiu o sistema escravo de plantação e transformou o Haiti no primeiro país negro fora da África. [...] no ano de 1804, o Haiti separa-se definitivamente dos franceses e é proclamada a sua independência. O restante da ilha continuou dominado pelos espanhóis e hoje corresponde ao território da República Dominicana.” (NASCIMENTO, 2008).

¹¹ Charles de Montesquieu foi um filósofo francês que elaborou a Teoria da Separação dos Poderes que influenciou a constituição de diversos países. Conforme Fuentes (2011, p. 47), “Montesquieu elabora su teoría de la separación de los poderes del Estado a propósito de una cuestión anterior: la realización de la libertad como objetivo político. En uno de los breves capítulos que introducen su estudio sobre la Constitución inglesa, el autor ofrece una de sus más célebres definiciones: ‘En un Estado, es decir, en una sociedad en la que hay leyes, la libertad sólo puede consistir en poder hacer lo que se debe querer y en no estar obligado a hacer lo que no se debe querer’” (Montemn quieu, 2003, p. 204 *apud* FUENTES, 2011, p. 47).”

Para reforçar ainda mais que não era a libertação que gerava conflitos nas colônias francesas, o autor utiliza o decreto de 27 de abril de 1848¹², que libertava todos os escravos das colônias francesas, como exemplo de que na realidade não é a libertação o motivo de tumultos na sociedade, mas sim a resistência a ela. Segundo ele:

Não foi o decreto de 27 de abril de 1848 que / consummou a abolição da escravidão, porque ess[e] / decreto, que concedia, aliás, um prazo de dous / mezes, não era ainda conhecido dos colonos / quando os negros ao primeiro rum[o]r de que a / republica se tinha estabelecido, a tiverão como / incompatível com a escravidão e imediata[-] / mente reclamarão a liberdade. Os desastres, que / tinham começado a rebentar na Martinica forão / provocados pela lentidão com que se tratava d[e] / proclamar a libertação, ao passo que f[o]rão suf- / focados em Guadelupe, pela pressa com que se / fez a libertação. /

Os escravos já consideravam a escravidão, como o próprio Garnier afirma, incompatível com a república, reivindicando, pois, o direito de liberdade. Ele cita as colônias francesas Martinica e Guadelupe para provar que na realidade os conflitos, em Martinica, foram gerados pela lentidão para proclamar a libertação, enquanto que foram sufocados, em Guadelupe, pela pressa com que ela se deu, ratificando, assim, a ideia de que, na realidade, era a proteção pelo fim da escravidão que gerava os conflitos e não a sua efetivação. Ao citar essas colônias, o autor utiliza-se do argumento pelo exemplo, que, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p. 400), “supõe um acordo prévio sobre a própria possibilidade de uma generalização a partir de casos particulares”, ou seja, utilizando-se dessa estratégia argumentativa, o orador deve dar a ela um estatuto de fato.

A partir de “Educação dos escravos”, pode-se verificar a importância de se utilizar a autoridade de outrem para sustentar a tese a ser defendida. Nesse caso, citou-se um excerto de uma obra do filósofo francês Adolpho Garnier. Naquele período, era bastante comum usar o juízo de valor de autoridades francesas e inglesas, por exemplo, visto que a França se encontrava como uma das grandes potências, juntamente com Inglaterra e Áustria e, por isso, era referência mundial, principalmente no que dizia respeito à literatura, filosofia e artes. (OLIVEIRA, 2002).

¹² “A abolição da escravidão, decretada em 27 de abril de 1848 pelo Governo Provisório da Segunda República, remodelava o espaço público nas colônias francesas por meio da instauração da igualdade entre os cidadãos, criando uma horizontalidade de estatutos civis, políticos e ‘raciais’ no cenário colonial. Por meio da circular ministerial de 7 de maio de 1848 (que regulamentava a execução do decreto de 27 de abril), o governo atribuía, a todos os alforriados e a todos os que haviam nascido ou residiam nas colônias há pelo menos seis anos, a cidadania francesa: ‘a partir do dia da libertação geral, os escravos se tornarão cidadãos franceses, a fim de que nenhuma exceção ao princípio de liberdade e de igualdade social possa subsistir’” (COTTIAS, 2004, p. 257).

3.2.1.3 “A libertação do Ceará”

Em “A libertação do Ceará”, o jornalista estabelece como tese o fato de o espírito nacional contemplar com júbilo um grande feito político, realizado em nome da liberdade e pela causa santa da emancipação: a abolição dos escravos na província do Ceará. Identificam-se como principais argumentos: comparação, identidade, vínculo causal, modelo e autoridade.

O primeiro recurso argumentativo utilizado pelo redator é a comparação. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p. 274), “a argumentação não poderia ir muito longe sem recorrer a comparações, nas quais se cotejam vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro.” Para o redator de “A libertação do Ceará”, existe uma razão plausível para a população se encontrar em festa, uma vez que a libertação do Ceará foi tão representativa quanto a independência do Brasil, em 1824, pois ambas exprimem o patriotismo. A luta pela independência, segundo o jornalista, representou uma “[...] obra da nossa nacionalidade, cujo esboço tinha sido traçado por um punhado de [...] jutes entusiastas, n'aquelle período de agitação patriótica, que foi a aurora ensanguentada do glorioso dia da liberdade. /”. Em seguida, afirma que a libertação do cativo no Ceará, assim como o juramento da Constituição de 1824, foi obra “[...] resultante de um esto de patriotismo, mas a / que se adicionou um grande sentimento de dignidade humana. /”

No excerto “A província do Ceará é a primeira que espanca / virilmente a *treva infame* do cativo, por / onde anda, errante ainda, a dignidade de um / povo livre, como as aparições temerosas das / lendas populares. /” o jornalista utiliza o argumento pela superação. Conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p. 328), esse recurso argumentativo tem por objetivo não somente explicitar a realização de determinado objetivo, “[...] mas continuar, superar, transcender, no sentido indicado por dois ou vários pontos de referência.” Os autores reforçam ainda que “o importante não é um objetivo bem definido: cada situação serve, ao contrário, de ponto de referência e de trampolim que permitem prosseguir indefinidamente numa certa direção”. No caso do texto estudado, percebe-se que o jornalista pretende evidenciar o pioneirismo da província do Ceará que foi a primeira a agir em prol do patriotismo e do humanismo e, por isso, as “suas irmãs” deveriam seguir o mesmo exemplo. Segundo ele, “do meio da submersão em que as suas irmãs / se achão, ella levanta-se generosa, como uma / eminencia illuminada, onde verdejão com uma / pompa desconhecida as esperanças de um futuro / glorioso. /”

O jornalista prossegue seu texto, valendo-se do argumento pragmático, ao afirmar que

Não é, porém, a uma compensação benévola / da Providencia que deve o Ceará esta gloria in- / contestavel. /

Victorias d'essa ordem não se alcanção pela / generosidade do acaso: conseguem-se pela con- / quista, e é isto o que faz seguramente a grandeza / de emprehendimentos taes. (LIBERTAÇÃO DO CEARÁ, 1884, p. 2)

Ele estabelece relação entre causa e efeito e apresenta as consequências como positivas para o país. Ele continua novamente estabelecendo vínculo causal, ao afirmar que

Os filhos d'essa terra—Chanaan da liberdade— / acostumados a supportar com um heroismo in- / vencível as coleras bravias da natureza, tornarão- / se fortes, elles que já erão invenciveis pelo seu es- / piritto liberal, por estas continuas provocações; e a / bravura indomavel de seu character aguçou-se ao / embate das catastrophes, assim como os penedos / se afião na[s] luctas que travão com o oceano. /

Foi, portanto, muito justamente que lhe coube / a prioridade no movimento abolicionista que vae / agitando largamente a consciencia nacional. / (LIBERTAÇÃO DO CEARÁ, 1884, p. 2)

Ele se aproveita da situação, do grandioso fato para enfatizar as proezas conquistadas pelo movimento abolicionista, movimento esse do qual ele mesmo faz parte. Com isso, passa a construir o *ethos* discursivo, que aparenta ser de um enunciador que faz parte de um povo arrependido por aceitar uma forma de trabalho desumana ao afirmar que “[...] nós os brasileiros / procuramos resgatar-nos dignamente da culpa / que nos esmaga e de que já temos sido tão du- / ramente punidos. /”, porém de um partido (o liberal) que pretende acabar com essa mão-de-obra por considerá-la cruel. Nota-se isso no seguinte excerto:

Não são apenas, embora só por si bastassem, / sentimentos de alta philantropia, nem o respeito / á personalidade humana, tão cruelmente infama- / da pelo captiveiro, que nos mantem firmes n'esse / empenho. /

Ha, alem d'esses motivos sacratissimos para / um povo christão e liberal, outros ponderosissi- / mos, como o futuro da familia e o porvir da pa- / tria.

São [p]or demais conhecidas as nossas idéas em / relação a este assumpto, e não se nos faz preciso, / portanto, agora insis[tir] n'ellas. / (LIBERTAÇÃO DO CEARÁ, 1884, p. 2)

Posteriormente, o redator aproveita para enaltecer o partido liberal, utilizando o argumento pelo modelo, ao afirmar que a “imprensa liberal é a representante legitima das / aspirações do povo” e por isso

[...] não podiamos deixar de se[r] / abolicionistas n'esta terra, em que a idéa eman- / cipadora vibrou com uma temeridade triumphan- / te na alma de muitos comprovincianos illustres, / traduzindo se ora nas fulgurações estranhas da / palavra de oradores como Ruy Barboza, ou irian- / do-se das colorações as mais brilhantes na es- / trophe luminosa do poeta dos escravos. (LIBERTAÇÃO DO CEARÁ, 1884, p. 2)

Nota-se a construção do *ethos* dos liberais, partido ao qual o órgão *Diário da Bahia* pertence. Além disso, há, nesse exceto, o argumento de autoridade, ao citar Ruy Barbosa e o

poeta dos escravos, Castro Alves, como representantes desse partido e que escreveram e proferiram discursos significativos sobre o tema em questão.

Nesse texto, é possível perceber a exaltação do jornalista no intuito de emocionar o público e adquirir mais adeptos à causa abolicionista ao evidenciar que a libertação do Ceará representou uma conquista tão grandiosa quanto a Independência do Brasil. Esse escrito não foi publicado despretensiosamente, ao contrário, os recursos argumentativos utilizados pelo redator são provas de que se visa não somente informar o leitor do fato ocorrido, mas também julgá-lo como positivo para o país e como uma conquista do movimento abolicionista, liderado principalmente pelos integrantes do Partido Liberal.

3.2.1.4 “Os libertos”

Em “Os libertos”, publicado no dia 15 de abril de 1884, na seção “Noticiários”, o redator, que assina com a inicial “A.”, faz referência a um editorial do jornal conservador *Brasil*, veiculado, na província baiana, pela *Gazeta da Bahia*, e realiza alguns questionamentos acerca do trabalho servil e das condições dos ex-escravos após a abolição. Conforme o redator, a *Gazeta da Bahia*, órgão do Senhor Paulino, “[...] o antigo chefe da dis/sidência, que não poupou esforços para impedir a/ passagem da lei de 28 de setembro [...]”, pouco se pronuncia acerca do assunto que tanto mobiliza a sociedade: o trabalho servil, e quando, esporadicamente, publica algum texto sobre o tema, explicita “[...] as excellencias do trabalho ser-/vil, que nos enriquece com café, e os perigos do/ abolicionismo, a nos enveredar por sendas desco-/nhecidas.” Diante dessas informações, por conseguinte, ressalta-se a tese de que as festas em homenagem à libertação dos escravos na província do Ceará incomodaram os dirigentes conservadores do jornal *Brasil* e, conseqüentemente, os da *Gazeta da Bahia*, os quais acreditam que, com o fim da escravidão, os libertos não mais trabalharão, visto que só têm condições de trabalhar como escravos.

No intuito de sustentar sua tese, o jornalista de “Os libertos” refuta alguns argumentos empregados pelos dirigentes do *Brasil*, principalmente aqueles que destacam o escravo como incapaz de trabalhar fora da condição de servidão. No editorial do *Brasil*, há uma citação de um jornal inglês acerca das conseqüências da abolição em outros países e do enigma sobre a substituição do trabalho: “«A escravidão está a desaparecer: *o negro e os/ seus descendentes, a menos que os forcem*, não tra-/balhão: e a substituição dos braços é um enigma/ para resolver o qual ainda não appareceu um/ OEdipo.»”(grifo do autor). Esse argumento é contestado, visto que, como o próprio redator de “Os libertos” afirma, representa uma

“anathema sobre a raça africana, que *só/ póde trabalhar em servidão!*” e já caiu “[...]em/ tamanho descredito, principalmente depois do seu/ emprego excessivo na sessão parlamentar de 1[87]1 [...]”

Os conservadores utilizaram argumento de autoridade, evidenciando um trecho de um artigo publicado em um jornal inglês e um provérbio italiano que diz: “*Chi lascia la via vecchia per la nuova,/ spesse volte ingannato si ritrova.*” – Qualquer um que deixa a estrada velha para a nova muitas vezes encontra-se enganado (tradução nossa) – no intuito de expressar que as consequências das mudanças que os abolicionistas tanto almejam podem não ser alcançadas que os senhores donos de escravos podem-se prejudicar por não encontrar um substituto para a mão-de-obra.

O jornalista de “Os libertos” vale-se do exemplo, ao evidenciar que a libertação do Ceará foi um fato que incomodou os dirigentes do jornal *Brasil*, além de destacar algumas incompatibilidades presentes no discurso conservador, que tem por objetivo manter os negros libertos nas fazendas depois de abolida a escravidão:

Quer o *Brasil* que o liberto sujeite-se ao traba-/lho como elle está organizado nas fazendas de/ café? Quer que os negros, quebrados os vinculos/ do servilismo, permaneção presos ao eito, dirigi-/dos pelo feitor? Se a liberdade vae elevar e nobi-/litar o trabalho, como quereis que elle continue/ vilipendiado?/ (OS LIBERTOS, 1884, p. 2)

Estas incompatibilidades estão relacionadas à cultura já enraizada entre senhores e escravos, em que aqueles deviam obediência a estes. Após a abolição, conforme o jornalista, essa realidade deveria ser modificada. Muitos políticos da época ratificam essa ideia. Joaquim Nabuco ([1884] 2000, p. 28), por exemplo, em sua obra “O abolicionismo”, publicada em 1884, afirma que “o nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral, acha-se terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira”. Segundo ele, a escravidão

[...] não significa somente a relação do escravo para com o senhor; significa muito mais: a soma do poderio, influência, capital e clientela dos senhores todos; o feudalismo, estabelecido no interior; a dependência em que o comércio, a religião, a pobreza, a indústria, o Parlamento, a Coroa, o Estado, enfim, se acham perante o poder agregado da minoria aristocrática, em cujas senzalas milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo próprio regime a que estão sujeitos; e por último, o espírito, o princípio vital que anima a instituição toda, sobretudo no momento em que ela entra a recear pela posse imemorial em que se acha investida, espírito que há sido em toda a história dos países de escravos a causa do seu atraso e da sua ruína. (OS LIBERTOS, 1884, p. 2)

Ou seja, a escravidão, por ser uma prática comum na sociedade, influenciava os comportamentos dos cidadãos brasileiros, acostumados a tratar o escravo como objeto e não como ser humano. Realizar mudanças na forma de trabalho implicava modificar todo um sistema já enraizado há aproximadamente três séculos.

Para reforçar as consequências negativas e positivas da abolição, emprega-se o argumento pragmático. Apresenta-se como consequência negativa “[...] a ruina de alguns [ve]/lhos proprietários rotineiros, incapazes de [com-]/prehender as novas condições da organiza[ção] [do]/ trabalho [...]” e como consequências positivas da abolição o aumento “[...] sem a menor dúvida [do bem]/ estar dos trabalhadores, [o desenvolvimento da] família, [o] grande incremento à pequena propriedade/ e [o desenvolvimento da] massa de valores que constituem/ o patrimônio da sociedade.” O jornalista tenta evidenciar que, na verdade, os senhores buscam somente seus interesses e, por isso, esforçam-se tanto para manter o trabalho servil. Em contrapartida, explicita os benefícios para toda a sociedade se a escravidão for abolida.

Em outro excerto, os conservadores fazem referência a um trecho extraído de uma conferência lida pelo Doutor Coelho Rodrigues, perante sua majestade Imperial, na escola da Gloria, no Rio de Janeiro, que evidencia o “assassinato” de um senhor por ter libertado um de seus escravos:

«Conheço uma pessoa que *já matou* (não se as-/sustem com a palavra) um escravo cosinheiro,/ copeiro, robusto, com 21 annos de idade, filho do/ pagem no pae, neto do pagem do avô do senhor,/ e nascido de uma familia em que não havia prosti-/tuição. *Matou-o alforriado*, Santo Deus! porque/ alforriou-se sem tel-o preparado para vida civil, apesar de tel-o ensinado a ler. Pouco tempo/ depois voltou o liberto a pedir dinheiro ao ex-se-/nhor, que deu-lhe, ordenando-lhe que nunca mais/ apparecesse em sua casa. Tres annos mais tarde/ o mesmo ex-senhor encontrava-o nas ruas do Re-/cife cahido de fome e com uma tuberculose no/ ultimo gráo. Mandou-o no mesmo dia para o hos-/pital de Misericordia, onde morreu 15 dias depois.» (OS LIBERTOS, 1884, p. 2)

Conforme Reboul (2004), a melhor maneira de se invalidar um argumento pelo exemplo é utilizando outro que o contradiga. Nesse caso, o jornalista de “Os Libertos” refuta esse argumento pelo exemplo empregado pelos conservadores do jornal *Brasil* com outro argumento pelo exemplo, retirado de uma correspondência do estados Unidos:

«Em New-York vi um doutor formado em direito/ pela universidade Heidelberg, empregado como/ *garçon* em um café, para não morrer de fome, e/ um antigo banqueiro ganhar humildemente sua/ vida como ajudante de cosinha em um restaurant/ de nomeada./

Encontrei um advogado muito conhecido na/ Europa como feitor em uma roça, e um antigo/ conselheiro de estado encarregado de um reba-/nho de

porcos. Vi tambem um coronel do imperio/ mestre de primeiras letras e um professor de/ theologia vivendo a pintar taboetas.» (OS LIBERTOS, 1884, p. 2)

Posteriormente, o jornalista questiona as consequências defendidas pelos conservadores, que, segundo ele, “[...] confundem propositalmente a/ *deslocação* do trabalho, trazendo como conse-/quencia maior riqueza social, com a supressão/ do trabalho.” (grifo do autor). Refuta tal idéia através da autoridade do Lord Stanley¹³ que em 1843 discursou “[...] sobre os admiraveis/ resultados da extinção servil nas co-/lonias da Grã-Bretanha [...]”. Traz o exemplo dos Estados Unidos, onde “[...] apesar das condições do/ paiz, depois da gigantesca lucta entre o norte e o/ sul, os libertos desmentirão as prophecia[s] do/ egoismo, entrando muitos em accordo com os an-/tigos senhores para continuarem o serviço em/ seus estabelecimentos./” e compara a “cegueira dos adversarios da emancipação” ao profundo sono de Sancho Pança, citando um trecho da obra *Dom Quixote de la Mancha*:

«Ya dormi con tan pesado sueño/ que quien quiera que fué tuvo lugar de ll[e]gar y/ suspende[r]me sobre quatro estacas que pu[d]o a/ los quatro lados de la albarda, de manera que/ me dejo a caballo sobre ella, y me saeó debajo/ de miel rucio sin que yo lo sintiese» (OS LIBERTOS, 1884, p. 2)

O jornalista faz uso do argumento de autoridade, citando um excerto da famosa obra de Miguel de Cervantes, cuja personagem Sancho Pança, ao contrário da personagem principal, Dom Quixote, é bastante realista para as questões sociais.

Em “Os libertos”, o redator também se insere no grupo dos liberais, enaltecendo essa organização política e, em contrapartida, aviltando o Partido Conservador. O *ethos* instituído diz respeito a um partido preocupado com as causas sociais, principalmente com a questão da abolição; preocupado em deixar claro à população que os conservadores preocupam-se somente com os interesses da lavoura e que seus escritos publicados em jornais como o *Brasil* e a *Gazeta da Bahia* são prova disso. Notam-se tais afirmações nos seguintes excertos:

O seu artigo, pallido e fraco, sobre a posição do/ liberto prova o *nosso* asserto./

[...]

Para apreciar a condição do liberto entre *nós*, o/ *Brasil*, que tem á sua frente homens praticos, co-/nhecedores dos *nostros* negocios, lembrou-se da/ opinião de um jornal inglez, expressa nos seguin-/tes termos:/

[...]

O *Brasil* não se contenta com depreciar o ser-/viço do liberto, ameaça-*nos* com a banca-*rota*, se o/ abolicionismo continuar em sua obra de destrui-/ção. (Grifo nosso) (OS LIBERTOS, 1884, p. 2)

¹³ Não encontramos informações acerca de Lord Stanley.

Em “Os libertos”, valorizam-se recursos argumentativos como a incompatibilidade no intuito de aviltar o Partido Conservador, refutando seus argumentos sobre a escravidão. As incompatibilidades, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005), tornam o discurso inutilizável. O argumento pela incompatibilidade está ligado à retorsão, uma vez que “consiste em retomar o argumento do adversário mostrando que na verdade este é aplicável contra ele mesmo.” (REBOUL, 2004, p. 169). Além da incompatibilidade, empregam-se argumentos como exemplos, ilustrações e citações de autoridades como Lord Stanley e Miguel de Cervantes, a fim de sustentar a tese e aumentar a possibilidade da adesão do auditório à causa em questão.

3.2.1.5 “O abolicionismo e a lavoura”

Em “O abolicionismo e a lavoura”, publicado no dia 20 de abril, na seção “Noticiários”, defende-se a tese de que o editorial publicado pelo órgão do partido conservador *Diário de Pernambuco* apresenta uma “[...] desorientada defesa do escravagismo em nome dos interesses da lavoura.” Realiza-se uma crítica a esse artigo, perfilhado pela *Gazeta da Bahia*, também pertencente aos conservadores. Conforme o redator de “O abolicionismo e a lavoura”, o artigo publicado no jornal pernambucano apresenta-se “vasado em estreitíssimos moldes” e “inçado de erros economicos e historicos [...]” e a *Gazeta da Bahia*, por veicular tal escrito, “[...] iça o pavilhão negro, que não encontra auras que o baloucem.”

Expõe-se o principal motivo que levou os órgãos conservadores a veicularem tal texto: a manifestação contra a imigração européia que substituiria a mão-de-obra escrava até então vigente. Evidencia-se que o *Diário de Pernambuco* e a *Gazeta da Bahia* comungam de uma idéia ultrapassada e retrógrada. Para o jornalista de “O abolicionismo e a lavoura”, os integrantes dos órgãos conservadores criticam a imigração européia e, por isso, pretendem manter a lavoura “rotineira e atrasada, humidecida pelos prantos do captivo, alimentada pelo braço escravizado.” Nesse excerto, revela-se a intenção do autor de comover seu auditório, ao valer-se de figuras de linguagem como metonímia e metáfora. Ele prossegue seu discurso, afirmando que “a gramínea saccharifera não floresce, se as raízes não se embeberem no suor do preto escravo”, ironizando os conservadores, que não aceitam a substituição da mão-de-obra escrava pela livre e européia.

No intuito de corroborar a imagem negativa dos conservadores, utiliza-se o argumento pelo antitempo, ao se afirmar que o olhar do “emperrado lavrador”, autor do artigo em

questão, “pouco alcança alem do canavial, proximo á senzala [...]” ao expor suas ideias, explícitas no seguinte excerto:

«Estamos condemnados a só recebermos os im- / migrantes de cabellos brancos e olhos asues, quaes / se fazem-nos o favor de virem para o nosso paiz / é para o *civilisarem*, tornando-se desde logo pro- / prietarios dos melhores terrenos, á custa do Es- / tado. Está á testa d'este *movimento civilizador* (o / gripho é do communicante) uma *tal Sociedade Cen- / tral de Imigração Estrangeira*, que só ella tem / absorvido a melhor parte das rendas do nosso / paiz» (grifo do autor). (O ABOLICIONISMO E A LAVOURA, 1884, p. 2)

Refuta-se esse argumento, através do ridículo, que, conforme Reboul (2004, p. 169), “[...] está para a argumentação assim como o absurdo está para a demonstração: é preciso ressaltar uma incompatibilidade e a ironia é a figura que condensa esse argumento pelo riso.” Nota-se a presença desse recurso argumentativo no seguinte excerto: “*Estamos condenados a só receber o immigran- / te aryano,--o allemão, o tyrolense, o italiano! O grande crime!*” (grifo do autor).

Após refutar os argumentos escravocratas, o redator de “O abolicionismo e a lavoura” passa a expor os interesses dos abolicionistas no seguinte trecho:

Varrerão o trafico dos mares: a Africa deixou / de ser a fornecedora dos *folegos vivos*,--o grande / viveiro da escravatura: queremos hoje coroar a ta- / refa libertando os descendentes d'esses miseros / expatriados; queremos rehabilitar a lavoura, ata- / da ao preconceito, rebaixada pela escravaria; tra- / balhamos para dirigir ao paiz as republicas pla- / tinas: imprevidentes que somos! (O ABOLICIONISMO E A LAVOURA, 1884, p. 2)

Nota-se, novamente, a presença de figuras de linguagem, como metáfora e metonímia, muito utilizadas no texto em questão. Ele representa a África como o “grande viveiro da escravatura” como a “fornecedora dos *fôlegos vivos*” além de reforçar a imagem dos abolicionistas, como aqueles bondosos e patriotas que pretendem libertar os “miseros expatriados”, que querem rehabilitar a lavoura e direcionar o país à república. Ao utilizar primeira pessoa do plural, o jornalista se inclui no grupo dos abolicionistas, engendrando assim não somente o seu *ethos* enquanto jornalista, mas também o *ethos* dos abolicionistas, homens bons, humanistas e patriotas, que, diferentemente dos escravocratas que visavam somente aos seus próprios interesses, “[...] cujo olhar pouco alcança alem do canavial, proximo á senzala”, querem o crescimento do país.

Ironicamente, o redator afirma que

Os *apostolos da liberdade* estão em outra classe, / a que pertence o agricultor de Pernambuco.

Os que querem enriquecer-se á custa do escura- / vo, esses, sim, diz o missivista, <<são os verdadei- / ros apóstolos da liberdade.>> (Grifo do autor) (O ABOLICIONISMO E A LAVOURA, 1884, p. 2)

Logo após, cita algumas personagens das fábulas de La Fontaine, como o leão, para ilustrar que, assim como nas fábulas, se pretende “[...] figurar de leão o representante de outra raça / inferior” e o lobo, ao afirmar que “O escriptor escravagista tece encomios á felicidade do escravo no Brasil, semelhantes, compre- / hende o leitor perspicaz aos que ouviu o lobo de / Lafontaine.” Nesse último excerto, há também o argumento por analogia, que, conforme Reboul (2004, p.185), significa “construir uma estrutura do real que permita encontrar e provar uma verdade graças a uma semelhança de relações.” O redator associa os encômios tecidos pelo escritor escravista àqueles que ouviu a personagem do lobo nas fábulas de La Fontaine. O valor da analogia, segundo Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005, p. 423), “[...] seria possibilitar a formulação de uma hipótese que seria verificada por indução.”

O jornalista amplia sua crítica, ao afirmar que, em todos os países de escravos, teciam-se os mesmos encômios acerca da felicidade dos cativos, trazendo como exemplo alguns desses lugares. Segundo o redator, “a felicidade dos escravos foi também allegada / em Cuba, na Jamaica, em Antigôa, em Suriman, / em Guadalupe, em toda parte. [...]”

Prossegue criticando os exemplos utilizados pelo redator pernambucano que sustenta a idéia de que os escravos, “[...] depois de emancipados, abandonarão completa- / mente as fazendas, espalhando-se pelas cidades e / villas, e entregando-se por toda a parte á rapina- / gem e ao roubo.” Para refutar essa tese, o redator abolicionista evoca o argumento pelo exemplo, citando os tumultos de São Domingos e das colônias inglesas, onde “[...] a libertação de / 800.000 escravos, em um só dia, na mesma hora, / não produziu [...] a decima / parte das perturbações que ordinariamente cau- / são entre as nações civilizadas a menor questão / política.”

Posteriormente, o jornalista abolicionista alude uma autoridade intitulada por ele de “notabilíssimo observador”, que, “[...] depois de / examinar os inqueritos que for[ão] feitos para se / conhecer os resultados da abolição” nas colônias inglesas, escreve o seguinte texto:

<<Os factos principaes comprovados por todos / os inqueritos são estes:-- tranquillidade completa; nem vinganças, nem tumult[os], nem incendios, / nem guerra civil; augmento enorme do numero / de casamentos; as igrejas e as eschololas frequenta- / das e insuficientes para os libertos; emfim, amor / sempre crescente [p]ela propriedade. >> (O ABOLICIONISMO E A LAVOURA, 1884, p. 2)

Apresenta outro argumento de autoridade, que é o juízo de valor do capitão Layrle, que após visitar a Jamaica, depois da abolição dos escravos, afirmou:

«Os negros não abandonarão as plantações: eis / o facto. Se, porém, entende-se por trabalho o que / era feito para o senhor, aquelle que, sob o antigo / regimen, só aproveitava a alguns brancos, que / o monopolisavão, houve diminuição; as se se le- / var também em conta o trabalho dos negros em / seus proprios terrenos (porque é notorio que nos / seus tres ultimos annos os libertos comprarão 2.500.000 / francos de terras) ver-se-ha que não houve dimi- / n[u]ição; o trabalho tomou outra direcção.» (O ABOLICIONISMO E A LAVOURA, 1884, p. 2)

Novamente, traz a seu discurso outro argumento de autoridade, o juízo de valor do missionário Philippo, que, após passar longos anos na Jamaica, escreveu o texto “Situação passada e presente da Jamaica” e afirma que

[...] em 1843 alli / havia cerca de 200 *free villages* fundadas pelos / libertos em uma área de 10.000 acres. Os libertos, / to[r]nados chefes de familia, em numero de dez mil, // possuem milhares de casas e grandes extensões / de terras compradas com o fructo de suas econo- / mias. (O ABOLICIONISMO E A LAVOURA, 1884, p. 2)

Reforça esse argumento com outro de autoridade, referindo-se a Lord Elgin, governador da Jamaica em 1843, que apresentou ideias no mesmo sentido. O jornalista finaliza seu texto evocando outra autoridade, dessa vez o conde de Montalembert¹⁴ que escreveu na tribuna francesa o seguinte:

«Admiremos sobretudo a obra pacifica e subli- / me da abolição da escravidão colonial. Estavão / em litigio um gr[an]de interesse moral, uma re- / forma a conquistar lenta e laboriosamente sobre / habitos enraizados, velhos preconceitos e interes- / ses intransigentes: foi conquistada... Os promo- / tores d'essa grande reparação lutarão não só con- / tra a rotina, como contra a politica, contra o com- / mercio, contra a marinha mercante, contra a in- / dustria, contra os mais poderosos elementos da / grandeza britannica; mas vencerão...Nucna re- / cuarão, nunca duvidarão, e, após 30 annos de tra- / balhos, de lutas, de calumnias, no dia fixado / pelos decretos eternos Deus coroou-os pelo suc- / cesso e por uma gloria tão bella e tão pura que o / meu coração de francez e de catholico sente que a / não tivessem a França e a egreja. »(O ABOLICIONISMO E A LAVOURA, 1884, p. 2)

O jornalista de “O abolicionismo e a lavoura” busca, com esses argumentos, convencer o leitor de que o fim da escravidão pode trazer benefícios ao país e não os malefícios prenunciados pelos conservadores escravocratas no artigo publicado no jornal pernambucano. Seu *ethos* expressa-se principalmente na última frase do texto: “Inspirem-nos coragem essas nobres palavras / nos dias que *atravessamos!*” (grifo nosso) Nesse caso, ele constroi a imagem de um jornalista preocupado com a situação na qual o país se encontra, e

¹⁴ O Conde de Mont’Alembert foi um dos abolicionistas integrantes da Junta Francesa de Emancipação que assinou uma mensagem enviada, em 1866, ao imperador Dom Pedro II, manifestando a preocupação com a lentidão como a escravidão se processava no Brasil e fazendo um apelo ao Imperador para que a o trabalho escravo no país terminasse no mais curto prazo possível. (MOURA, 2004; NABUCO, [1884] 2000)

apela às palavras das autoridades evocadas por ele durante o texto, para que elas encorajem não somente ele, mas também todo o povo brasileiro, principalmente aqueles que são a favor da causa abolicionista, a enfrentar essa dura batalha que é a campanha pelo fim da escravidão.

4 CONCLUSÃO

Desvendar alguns aspectos do movimento abolicionista na Bahia é importante para se conhecer mais sobre a história do Brasil. Os documentos, por representarem o reflexo dos ideais de uma época, são fontes seguras para melhor se entender o processo histórico de uma determinada sociedade, corroborando a cultura, valores, comportamentos e língua de um período.

Através do presente trabalho, pode-se concluir que os textos voltados para a questão da abolição propõem muito mais do que uma mera reflexão acerca da temática em questão. Os autores responsáveis por tais textos têm por objetivo também mobilizar o público leitor a acabar com a escravidão no Brasil para, assim, o país poder crescer econômico e socialmente.

Pode-se considerar o discurso abolicionista que compõem o *corpus* estudado nessa dissertação como persuasivo, visto que puderam-se identificar semelhanças entre a estrutura discursiva desses textos e a dinâmica discursiva persuasiva preconizada por Perelman e Olbrechts-Tyteca ([1958], 2005), em sua Nova Retórica. Além disso, existe relação também entre esses textos e a tríade retórica aristotélica, que apresenta o *ethos*, *phatos* e *logos* como elementos fundamentais para o mecanismo persuasivo. O *ethos* aristotélico está associado ao caráter do orador, ou seja, à sua imagem projetada durante o discurso. No caso dos textos utilizados no presente trabalho, nota-se que o *ethos* construído pelos jornalistas abolicionistas está associado ao partido liberal e às causas defendidas por ele. Essas causas são descritas como filantrópicas, humanitárias, patrióticas e, dessa forma, os redatores passavam uma imagem positiva dos liberais, que sempre apresentavam-se preocupados com as necessidades do povo brasileiro.

Os jornalistas do *Diário da Bahia* não assumem somente o papel de redatores, de transmissores de idéias, mas também de formadores de opinião, de cidadãos sérios que se identificam com a causa abolicionista. Algumas vezes, eles apelam para as emoções do auditório, no intuito de facilitar a adesão deste às suas ideias. Conforme Aristóteles (séc. IV a.C.), o conjunto de paixões, emoções e sentimentos auferidos do auditório através do discurso é denominado *pathos*. Para tanto, os jornalistas abolicionistas valem-se de figuras de

linguagem nos momentos de descrição e narração de determinados fatos ou do argumento por comparação, ao aproximarem dois fatos muito representativos para os cidadãos brasileiros: a libertação do cativo no Ceará e a independência do Brasil. Além disso, eles reconhecem a importância de se abolir a escravidão, porque é uma maneira de proporcionar redenção a um povo que foi retirado brutalmente de sua pátria para trabalhar em condições desumanas em outra. Nota-se, nos textos abolicionistas, que, na maioria das vezes, seus redatores procuravam suscitar em seu auditório sentimentos de culpa, nacionalistas, patrióticos e filantrópicos. Essas paixões exaltam o lado emotivo do auditório, o que proporciona uma maior sensibilização e, possivelmente, uma maior aceitação da tese apresentada.

O *logos*, ou seja, o discurso propriamente dito, pode ser evidenciado nos textos abolicionistas através dos diversos argumentos utilizados pelos jornalistas no intuito de convencer o auditório de que a mão-de-obra escrava representava um atraso para o país, persuadindo-o a aderir à causa abolicionista e a libertar os escravos da nação. Os argumentos de maior incidência identificados nesse trabalho foram o de autoridade, principalmente as referências ao juízo de valor de filósofos e estudiosos da França e da Inglaterra que, na época, apresentavam-se como as potências mundiais; o argumento pelo exemplo, ao utilizar-se de fatos particulares para que assim fosse possível uma generalização, citando algumas colônias onde ocorreu a abolição dos escravos, como São Domingos, que, na época, influenciou muitos países; o argumento pragmático, ao evidenciar as consequências positivas da abolição; o antimito, que se refere a um comportamento que não pode ser imitado, atizando assim o auditório a não seguir determinadas ações, principalmente aquelas relacionadas ao Partido Conservador; e a incompatibilidade, ao evidenciar que algumas leis emancipadoras podem chocar-se com a realidade, a exemplo da educação dos escravos antes da libertação.

Pode-se afirmar, a partir do estudo realizado com os textos abolicionistas, que os recursos argumentativos *ethos*, *pathos* e *logos* complementaram-se, contribuindo, assim, para uma maior possibilidade de adesão do público em questão. Atingiu-se o objetivo geral do presente trabalho – investigar as estratégias argumentativas utilizadas pelos jornalistas abolicionistas do *Diário da Bahia* – notando, principalmente, que, nos textos, ao se tratar da abolição, não se utilizavam somente argumentos associados a questões humanitárias ou filantrópicas, mas também a assuntos de ordem econômica, política, filosófica e religiosa. Isso se tornou evidente devido às pistas das influências históricas que marcaram o período em questão, o Segundo Império. Evidenciou-se não somente uma vontade de libertar os escravos da nação, mas também a disputa e conflitos que havia entre os partidos Conservador e Liberal, a influência de pensamentos de autoridades inglesas e francesas sobre a abolição e a visão da

igreja em relação à escravidão. Isso torna clara a mobilidade do discurso abolicionista que, como qualquer outro, não se apresenta engessado.

O recurso utilizado para divulgar a opinião do Partido Liberal acerca da causa abolicionista – o periódico – se tornou bastante eficaz para atingir um número maior de pessoas e, conseqüentemente, uma maior possibilidade de ampliar ainda mais o movimento abolicionista, adquirindo militantes que contribuíssem com a causa. Embora a retórica não leve em consideração o conteúdo, e sim as estratégias argumentativas, no presente trabalho, fez-se questão de resgatar informações sobre as autoridades ou os fatos citados pelos jornalistas abolicionistas em seus textos, a exemplo da revolução de São Domingos e da libertação do Ceará.

Dessa forma, espera-se que a presente dissertação contribua com os estudos voltados para a linguagem, principalmente aqueles relacionados à retórica e à argumentação. O *Diário da Bahia* representou e representa a história viva de um fato não muito evidenciado em pesquisas acadêmicas. Os textos do referido periódico, que trazem como temática a escravidão, não são de caráter literário, o que comprova a sua importância ao lado de textos literários, que são os mais frequentes objetos de estudo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Antônio Suárez. **A arte de argumentar**: gerenciando razão e emoção. 11. ed. Cotia, SP: Ateliê, 2006.
- ALFORRIAS. **Diário da Bahia**, Bahia. 19 mar. 1884. Noticiário, n.64, p. 1.
- ALUGA-SE. **Diário da Bahia**, 5 de julho, n. 147, 1871, p. 3
- AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1991.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, [séc. IV a.C], 2005.
- BARROS, José D'Assunção. **A construção social da cor**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BONAVIDES, Paulo. A evolução constitucional do Brasil. In: **História**: estudos avançados. Conferência realizada na Academia Piauiense de Letras. Piauí: jul. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n40/v14n40a16.pdf>>. Acesso em: 12 de out. 2011.
- CALDEIRA, Giovana Crepaldi. Revolução francesa e a declaração dos direitos do homem e do cidadão. In: **ETIC - Encontro de Iniciação Científica**. Presidente Prudente: v. 6, n. 6. 2010. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2019/2164>>. Acesso em: 12 dez. de 2011.
- CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São. Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CÁRCERES, Florival. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1993.
- CARVALHO FILHO, Aloysio. A Imprensa na Bahia em 100 anos. In: TAVARES, Luis Guilherme Pontes (Org.). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. Salvador, Academia de Letras da Bahia, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005. p. 53-73.
- CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. In:_____. **Teatro de sombras**: A política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CHAUÍ, Marilene. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- COMPRA de uma escrava. **Diário da Bahia**, 1 de julho, n. 143, 1871, p. 3
- COSTA, Emília Viotti da. **A Abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008

_____. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

COSTA, Luis Cesar Amad. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 2003.

COTTIAS, Myriam. O oficial e o oficioso: objeto e regulação de conflitos nas Antilhas Francesas (1848-1850). In: **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, Oct. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132004000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 dez. 2011.

ESCRAVA FUGIDA. **Diário da Bahia**, Bahia. 28 set. 1871. Anúncios, n. 83, p. 3.

FERREIRA, Luis Antonio. **Leitura e persuasão: princípios de análise retórica**. São Paulo: Contexto, 2010.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

FUENTES, CLAUDIA. MONTESQUIEU: TEORIA DE LA DISTRIBUCIÓN SOCIAL DEL PODER. In: **Rev. cienc. polít. (Santiago)**. Santiago, v. 31, n. 1, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2011000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 16 jan. 2012.

FUNDO de emancipação. **Diário da Bahia**, Bahia. 13 jan. 1884. Noticiário, n.10. p.1.

GARDNER, Paul (editor). **Quem é quem na bíblia sagrada**. São Paulo: Editora Vida, 1999.

GARNIER, Adolpho. **Morale sociale, ou Devoirs de l'État et des citoyens** : en ce qui concerne la propriété, la famille, l'éducation, la liberté, l'égalité, l'organisation du pouvoir, la sûreté intérieure et extérieure / par. Paris: Librairie de L. Hachette et Cie, 1850.

HOUAISS, Antônio. **Houaiss eletrônico**. São Paulo: Objetiva, 2009. CD-ROM

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBERTAÇÃO. **Diário da Bahia**, Bahia. 20 jan. 1886. Noticiário, n.16, p.1.

LIBERTAÇÃO do Ceará. **Diário da Bahia**, Bahia. 25 mar. 1884a. Noticiário, n.69. p.1

LIBERTAÇÃO do Ceará. **Diário da Bahia**, Bahia. 27 mar. 1884b. Noticiário, n.70. p.1

LIBERTAÇÃO do Ceará, A. **Diário da Bahia**, Bahia. 20 abr. 1884c. Noticiário, n.88. p.1

LIBERTOS, OS. **Diário da Bahia**, Bahia. 15 abr. 1884. Noticiário. n.83. p.2

MAINGUENEAU, Dominique. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.

MANUMISSÕES. **Diário da Bahia**, Bahia. 1 mar. 1884. Noticiário, n. 49. p. 1.

MANUMISSÕES A TÍTULO GRATUITO. **Diário da Bahia**, Bahia. 08 fev. 1884. Noticiário, n.30, p. 1.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 45 – 80.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. Bahia, século XIX: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Entre a mão e os anéis**: A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

MEYER, Michel. **A retórica**. Tradução Marly N. Peres. São Paulo: Ática, [1950], 2007.

MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 23 – 43.

MOSCA, Lineide do Lago Salvador. Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos. In: _____ (Org.) **Retóricas de ontem e de hoje**: São Paulo, Humanitas, 2001, p. 17-54.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. Petrópolis: Vozes, 2000.

NASCIMENTO, Washington Santos. “São Domingos, o grande São Domingos”: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840). In: **Dimensões**. Vol. 21. Bahia: 2008. p. 125 – 142. Disponível em: http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_WashingtonSantosNascimento.pdf. Acesso em: 12 dez. 2011

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Introdução. In: NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Patrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Semí Cavalcante de. Evolução política e econômica mundial no período das duas grandes guerras. In: **Rev. FAE**. Curitiba: v.5, n.2, , maio/ago. 2002. p.27-36. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/evolucao_politica_e_economica.pdf>. Acesso em: 12 dez 2011.

ORLANDI, Eni Pulcinelli & LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). **Discurso e textualidade**. São Paulo: Pontes, 2006.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, [1958], 2005.

REBOUL, Olivier. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RECEBEDORIA geral. **Diário da Bahia**, Bahia. 06 jan. 1884. Declarações, n.4. p.3

SANTANA NETO, João Antônio de. **Processos argumentativos**: estudo retórico de textos didáticos medievais. Salvador: Quarteto, 2005.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. **O Diário da Bahia e o século XIX**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1979.

SOCIEDADE abolicionista 28 de setembro. **Diário da Bahia**, Bahia. 27 mar. 1884. Publicações a pedido. n. 70. p.2.

SOCIEDADE abolicionista bahiana da côrte, na Bahia. **Diário da Bahia**, Bahia. 3 mar. 1884. Publicações a pedido, n 51. p.2.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. **O discurso abolicionista no *Diário da Bahia***. Projeto de pesquisa. Salvador: Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2006; 2007.

TERRÍVEL inundação e morte. **Diário da Bahia**, Bahia. 05 jan. 1884. Noticiário, n.3. p.1.

ANEXOS

TRANSCRIÇÃO DO TEXTO “OS CONSERVADORES” – 17 DE JANEIRO DE 1984

Os conservadores

(EDITORIAL DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO)

Aquelles que sab[e]m que os partidos políticos / de um paiz conquistão o poder em nome de idéas / escriptas em seu programma, e acceitas pela / opinião, [q]ue é a força que eleva ou abate as si-/ tuações politicas, admirão-se do afan com que o / partido conservador, desorganizado desde 1871, / quando uns querião caminhar e outros querião/ a immobilidade do marco de pedra, quando uns/ querião agir em nome do progresso, dos inte-/ resses sociais brasileiros e das imnposições hu-/ manitarias, e outros aguardavão o aguilhão es-/ trangeiro para caminhar, o partido conservador, / desor[gan]isado desde 1871, dizemos, pretende o / poder./

E nos doze annos que têm decorrido ainda / esse pa[rt]ido não poude uniformisar suas idéias e / lançar em suas bandeiras um motte, synthese de / um programma que [a] todos reuna, congregue e / anime./

A historia parlamentar de 1871, que é a histo- / ria da lei de 28 de setembro, ainda não foi escri- / pta, porque ainda ninguem escreveu para a pos- / teridade ler o que foi essa lucta, rememorando / quaes as armas de que a opposição sahida do partido da ordem usou./

Entre nós, os coevos da lei, muitos ignorão/ que ella passou, graças á ameaça da bayoneta / para conter o meio extremo de que lançara mão / [...] [desfeitear] o governo e seus ami- / gos dentro do proprio rec[into] [...] / o que muitos ignorão são os medos e receios / que teve o proprio governo, devendo o projecto / sua conversão em lei á vontade de um homem, / o presidente da camara de então./

Deixemos os factos de 1871 para só considerar- / mos o partido adversario em sua actualidade./

Qual é seu programma? qual o chefe que o di- / rigirá?

Hoje ninguem ignora a in[c]ompatibilidade exis- / tente entre os chefes conservadores./

João Alfredo, o mais prestigioso d'elles, abso- / lutamente não communga nas mesmas idéas dos / chefes do sul./

Quem ha de dirigir a situação conservadora?/

Qual seu rumo?/

Com inteira franqueza exponhão os adversa- / rios seu modo de pensar na questão do elemento / servil./

Como pensão os Cassandras que em 1871 an- / nunciavão tantas desgraças e horrores, que fe- / lizmente não se realizarão?

Não queirão illudir a opinião publica em in- / fernal vozeria./

Convenção-se de que a situação liberal ainda / tem muito a fazer em bem d'este paiz./

Convenção-se de que de dia a dia mais ga- / nhamos na confiança publica./

E, se querem prova d'isso, vejam o resultado / da eleição provincial do Rio./

O que significa o ter crescido o numero dos / eleitos liberais?/

Para pretender governar, já foi dito, não basta / saber destruir, é preciso, e essencialmente pre- / ciso, saber reconstruir./

E o partido conservador não tem coragem para / traçar [e] publicar seu programma./

**TRANSCRIÇÃO DO TEXTO “EDUCAÇÃO DOS ESCRAVOS” – 27 DE
FEVEREIRO DE 1884**

Educação dos escravos /

Um grande publicista, Adolpho Garnier, escre- / veu o seguinte na sua importante obra *Moral / Social*, com relação á resistencia dos senhores / aos actos que tenham por fim preparar a eman- / cipação. /

As suas reflexões, como verá o leitor, são de / grande actualidade para nós, pois tratão da ques- / tão que mais occupa o paiz, e servem de resposta / aos que pretendem educar primeiro o escravo, / antes de lhe dar a liberdade. //

Eis o que disse o illustre pensador: /

N[’e]stes ultimos tempos voltarão se algumas / leis para suavisar a escravidão e preparar a sua / abolição. Uma lei de 1840 estatuiu que fossem / abertos registros do estado civil para os escravos, / se fizesse um recenseamento completo e fossem / os magistrados encarregados do patrocínio dos / escravos. Uma commissão composta de membros / illustres propoz os meios de conseguir a abolição / simultanea de todos os escravos, em um espaço / de 10 annos. (1)

As disposições de 1846 prohibirão o chicote / como meio de excitar o trabalho, e mesmo como / castigo ás mulheres, crianças e velhos. Para to- / dos os demais só permittirão usar uma vez por / semana, não excedendo o numero de chicotadas / de 15, em lugar de 29, que tinham sido fixadas / precedentemente. /

Pedião que se deixasse passar seis horas entre / a falta e o castigo, para dar á colera o tempo de / acalmar se. Determinarão que a fabrica assis- / tisse á execução e que se registrassem os casti- / gos infligidos. Determinarão a ração de viveres / que deveria ser distribuida ou que fosse ella / substituida pela concessão de um campo e de um / dia de trabalho do escravo empregado n’este / mister. /

Prescrevia que dêsse por anno duas mudas de / vestuario co[nf]orme a estação, que se estabele- / cessem en[fer]marias, visitas de medico, sendo / que os velhos e doentes abandonados fossem tra- / tados p[o]r administração á custa dos senhores; / finalmente estabelecião uma oração em commum, / pela manhã, e á noite um ensino religioso diri- / gido pelo parochio, que faria uma visita mensal / em todas fabricas da parochia. /

Creavão escolas elementares nas cidades e po- / voados, sendo que os colonos em uma área de / m[e]ia legua erão obrigados a mandar á eschola / os escravos de 8 a 14 annos. /

Mas os senhores não virão n'estas leis e pre- / scripções senão uma fonte de agitações as
mais / funestas, fazendo todo o esforço para se subtra- / hirem a ellas. /

Não se tinha fixado o tamanho do campo que / deveria ser entregue aos escravos em troca /
da ração aupprimida, e algumas colonias não se / pejarão de o reduzir á decima-sexta parte de
/ uma geira. (2) /

Violavão-se as prescripções sobre as horas de / trabalho e fixava-se em 10 e até mesmo em
cinco / centimos o preço das horas extraordinarias de / trabalho. Prohibia-se ao escravo de
dispor, á sua / vontade, do dia de trabalho livre, alugando-se fóra / da fazenda. Promettera-se
uma lei regulando o / casamento dos escravos e seus effeitos civis com / relação aos conjuges
e filhos; essa disposição não / appareceu, porém. O senhor continuava investido / de pleno
poder sobre a pessoa do escravo, qual- / quer que fosse o sexo, e a escrava casada não / ficava
isenta da licença de seus caprichos. /

Assim era raro o casamento, regulando uma / média de 12 por anno, quando logo apoz á
liber- / tação os casamentos se elevarão em poucos mezes / a 800. /

Supprimirão se os ferros, os barrotes, os / troncos. Illudia se, porém a lei de todas as fór- /
mas. Os ferros não forão mais empregados como / cas[tigos] ordinarios, porém como meio de
pre- / venir a fuga. /

O senhor tinha ainda o direito de infligir ao / escravo uma prisão, na habitação, de 15 dias, e
o / terrivel chicote se erguia ainda nas filas dos tra- / balhadores. O escravo que ia receber um
castigo / era estendido no chão, com os quatro membros / presos a estacas. /

Talvez que não houvesse grande differen- / ça n'este castigo para o que foi infligido a *São* /
Domingos na sua gaiola. /

A morte do escravo deverá ser punida de mul- / ta e prisão. Vive, porém, o fazendeiro em
sua / propriedade cercado unicamente de seus escravos; / onde, pois, se encontrarião as
testemunhas do / crime? O testemunho do escravo não era recebi- / do em juizo, e, quando
mesmo o fosse, como po- / derião ser elles testemunhas contra seus senho- / res, affrontando
os máos tratos, que os espera- / rião na volta? Accresce que seria facillimo ao fa- / zendeiro
subtrahir a todas as vistas os vestigios / de seu crime. /

Na Europa aquelle que prepara um assassinato / não póde suberaneamente dispôr do momento
e do / logar para perpetrar[-]o nas colonias; porém o se- / nhor podia ordenar ao escravo que
fosse a esse / ou áquelle logar solitario e ahi *cevar* a sua vin- / gança, sem testemunhas. /

Tinha-se regulado o numero de chicotadas que / o senhor podia infligir ao escravo de uma
vez; / nada, porém, o impedia fazer recommençar o casti- / go, muitas vezes no mesmo dia!

Accresce que se / não tinha determinado os delictos que deverião / ser punidos com semelhante castigo. /

Imagine que se tratava da revolta de um ma- / rido que quer defender sua mulher, de um pae / que quer arrancar sua filha á sensualidade do / senhor; o castigo concedido de 15 chicotadas se- / ria justo?

Se quizerdes entrar no detalhe dos delictos, / fazer um codigo penal completo, fôra mister dar / conhecimento ao escravo, permittir discutir ou / fazer discutir a decisão do senhor; por conse- / quencia, devião os colonos destruir a escravidão: / tanto é difficil fazer o bem no mal. /

Com rasão reclamavão os colonos—ou retirae / vossas leis, ou pagae-nos uma indemnisação, / porque de tal fórma operaes a abolição. /

Consideremos ainda que os tribunaes dos colo- / nos erão em grande parte compostos ou de seus / filhos ou de seus amigos, e, portanto, juizes pre- / venidos. Sabemos que se procurava, tanto quanto / possível, enviar ás colonias europeás, afim de / serem os juizes desprevenidos dos preconceitos / coloniaes; elles, porém, erão obrigados a se inte- / ressem pela causa dos colonos com quem pri- / vavão, e nunca com os escravos, adoptando em / grande parte o partido dos primeiros. /

Vião-se, pois, os magistrados impregnados dos / prejuizos coloniaes, e era rarissimo que alguém / se conservasse europeu nas colonias. /

Um fazendeiro para castigar seus escravos os / feria na vertebra do pescoço, já tendo morto dous / quando foi denunciado. A camara de accusação / decidiu que nada havia de fazer; no entretanto / qualquer offensa, por mais ligeira que fosse, par- / tindo d[o] escravo, mesmo em sua defeza, era pu- / nida com a pena capital. /

Quanto a ensino moral e religioso, a instruc- / ção elementar, por onde se queria fazer a passa- / gem da escravidão para a liberdade, não forão / menos violadas as leis do que sobre tudo o mais. /

A principio as prescripções ministeriaes orde- / narão que a metade do tempo concedido ao es- / cravo fosse tomada para as lições. Não foi tudo. / Teve o clero a mesma parte da magistratura, vi- / vendo como aquella com os brancos; rarissimas / vezes e difficilmente communicava elle com os / negros, não os podendo aperceber senão por traz / da muralha dos senhores. O que se lhes recom- / mendava, portanto, é bem facil de prever: era / uma obediencia passiva, uma resignação absoluta. /

Os senhores achavão vantajoso um tal ensino, / quando aperceberão que uma associação nova, a / *dos irmãos da instrucção christã*, honrada com / a protecção de um dos prefeitos

apostolicos de / nossas colonias e de muitos bispos da França, / tinha por fim prégar aos
 escravos uma moral / que os elevava aos seus proprios olhos, fallando- / lhes nos deveres de
 familia, dos paes para com os / filhos e d'estes para com aquelles, do marido / para a mulher e
 vice-versa, virão o perigo que / corria a sua soberania! /

O prefeito apostolico da Martinica veio á Fran- / ça recrutar alguns membros da nova
 associação; / quando voltou, porém, encontrou sua casa incen- / diada, sem que se pudesse
 descobrir quem fôra o / autor. /

Nenhum fazendeiro consentiu em sua casa / esses missionarios da civilisação. /

A nova associação foi forçada a desnaturar-se. /

Os missionarios só tiverão nomo discipulos os / filhos da população branca, que d'esta fórma
 lhes / proporcionarão grandes remunerações pecunia[-] / rias, optimos aposentos, escravos
 para servir, / carruagens, cavallos, e finalmente, todas as / sumptuosidades da o[p]ulencia. /

Outra associação do mesmo genero, a *dos ir- / mãos de São José*, teve o mesmo destino.
 Vota- / vão-se elles a instruir os filhos da população de / côr e, sendo possivel, os es[cr]avos.
 Para não / cahir na miseria, forão forçados a abrir as portas / aos filhos dos brancos, que
 declararão logo que / não admittião mistura de côres. /

O collegio, portanto, só se encheu de filhos de / colonos, e o bispo da França, de quem
 depen- / dião os irmãos de *São José*, foi obrigado, para / accentuar o seu descontentamento, a
 interdizer- / lhes a celebração do officio divino em seu / collegio. /

Com relação ás ceremonias religiosas em que / erão admittidos os escravos, celebravão-se
 com / tão má vontade e parcimonia que parecia antes / um escravo. /

Os funeraes dos prelos erão feitos as mais das /

(1) Relatorio da commissão para o exame das / questões relativas á escravidão.—Duque *Bro-
 /glie*). /

(2) Geira—cem varas em quadro. //

vezes em um pouco de palha, na presença de / alguns parceiros, sem assistencia alguma de
 pa[-] / dre; quando o corpo chegava á igreja, não en[-] / trava, o padre assomava á porta e
 d'alli balbu- / ciava uma ligeira oração. /

O clero devia proceder assim para contar com / a boa vontade dos colonos e, confessamol[-]
]o, de / outra fórma concorrerão elles para a destruição / da escravidão, no que absolutamente
 não con- / cordavão os senhores. /

Por excepção, um dia que um padre acabava / de dar a primeira commnhão (sic) a filhos de
colo- / nos, lhes dirigiu as seguintes palavras: /

«Se as leis civis, que não me compete aqui / qualificar, recusão direitos aos escravos, Deus /
lh'os dá, a religião os reconhece, e o sentimento / natural os proclama—fi[l]hos; escuta[e] a
religião, / e tende para todos, para o fraco sobretudo, uma / caridade sem limites. – Não os
surreis; o homem / não sahiu do seio de Eva para ser chicot[e]ado por / outro homem. O
menor de vossos golpes faria / soffrer uma alma immortal e Deus vos tomaria / severas
contas. Não o deixeis nú não tem bas[-] / tante trabalho este homem para que o seu as[-] /
aspecto (sic) esteja sempre a ferir o pudor? Não / os carregueis de colleiras de ferro, Os ricos
que / carregão os pobres de cadeias se aviltão da / mesma fórmula, porque, se os escravos as
traz ao / pé, é forçoso que o senhor a carregue ás m[ão]s- / d'ahi um máo estar geral e,
portanto, uma cala[-] / midade universal! /

«Instrui ao escravo—deixae que elle venha á / egreja para aprender a vos amar, sustentar e /
ajudar-vos. Com que direito lhe recusaes o en[-] / sino religioso! Acaso foi Deus que vos
vendeu? / Não o desprezeis, não o desprezeis, porque o que / seria se tivésseis nascido em seu
logar e elles no / vosso?» /

Quando o prégador acabou, o prefeito aposto- / lico o recebeu nos braços chorando, porém
as / suas nobres e religiosas palavras forão denun- / ciadas ao governador pelo *conselho
colonial* / como sediciosas[.] O conselho pediu a sua expul[-] / são e elle foi expulso! /

Com effeito ha entre a educação moral, que se / pretende dar ao escravo, e a condição em
que / elle permanece, *uma contradicção* pasmosa. O / que lhe dirá o padre? Recomendará ao
filho / que obedeça ao pae: a cada instante, porém, esse / poder paternal é perturbado, roto
mesmo pela / relação do pae com o senhor! /

Deverá, portanto, limitar-se o padre a recom- / mendar ao escravo *sómente* obediencia ao
se[-] / nhor, o que importa a continuação da escri- / vidão. Se o padre aconselhar ao pae que
vele so[-] / bre seus filhos, que defenda a ho[n]ra de suas fi- / lhas, de sua mulher, promove a
sed[uçã]o! /

Vê-se, portanto, o quanto era impossivel co[-] / meçar pela instrucção moral e religiosa do
es[-] / cravo, porque seria logo romper as principaes / cadeias da escravidão. /

Tinhão-se mettido em um becco sem sahida. /

Não se queria libertar os escravos sem que se / lhés dêsse sentimentos de ju[s]t[i]ça e
religi[ã]o, no / esntretanto que elles não se poderião tornar jus[-] / tos e religiosos enquanto
permanecessem escria[-] / vos. Os colonos se revoltavão com qualquer ten[-] / tativa proxima
ou longinqua de liberdade; fazião / publicar tratados em que se apoiavão, como ou- / tr'ora os

jurisconsultos romanos, que defendião a / escravidão no direito das gentes, direito natural / e, ainda accrescentavão, no direito divino. Bus[-] / cavão no *Pentateuco* textos que autorizavão a es[-] / cravidão; fallavão nos perigos da libertação; ima- / ginavão as mortes, os incendios que acompanha[-] / rão a revolução de *São* Domingos; allegavão, em[-] / fim, que os ecravos consideravão o trabalho / como obra servil; que uma vez livres não tra[-] / balharião mais. /

Poder-se hia, porém dizer aos colonos; não / tomeis sómente no *Pentateuco* os textos favo- / ráveis aos vossos interesses; tomæ t[o]dos os ou[-] / tros, executæ sobretudo aquelle que ordena que / se o hebreu fôr escravo do hebreu, fique liberto / em seis annos, O [he]breu não podia ser mais pro[-] / ximo do hebreu que o christão do ch[r]istão, e / vossos escravos são christãos! /

As desordens que temeis forão causadas, não / pela libertação, porém pela r[e]cusa á libertação, e / essa recusa, segundo Mostesquieu, offerece so- / bretudo perigo em um estado onde os cidadão / são livres, onde em torn[o] do escravo se falla de / direitos, egualdade; liberdade, é aquelle se in[-] / flamma pelo desejo de saborear tambem a sua / independencia. E, com effeito, a liberdade o per[-] / mitte por si mesma nas colonias com a primeira / noticia da fundação da republica[.] /

Não foi o decreto de 27 de abril de 1848 que / consummou a abolição da escravidão, porque ess[e] / decreto, que concedia, aliás, um prazo de dous / mezes, não era ainda conhecido dos colonos / quando os negros ao primeiro rum[o]r de que a / republica se tinha estabelecido, a tiverão como / incompativel com a escravidão e immediata[-] / mente reclamarão a liberdade. Os desastres, que / tinhão começado a rebentar na Martinica forão / provocados pela lentidão com que se tratava d[e] / proclamar a libertação, ao passo que f[o]rão suf- / focados em Guadelupe, pela pressa com que se / fez a libertação. /

(*Extr.*) /

**TRANSCRIÇÃO DO TEXTO “A LIBERTAÇÃO DO CEARÁ” – 25 DE MARÇO DE
1884**

A libertação do Ceara'

No momento em que escrevemos estas linhas, / o espirito nacional, emquanto volve-se á
comme- / moração do grande feito politico que a data de / hoje relembra, contempla cheio de
jubilo um / acontecimento que, sem par ainda n'este Impe- / rio, se realiza em nome da
liberdade e pela causa / santa da emancipação. /

O juramento da Constituição e a extinção do / captiveiro no Ceará são dous factos irmãos;
ex- / primem differentemente a mesma força: o pa- / triotismo. /

Mergu[]hando o olhar no passado percebe-se, / luzindo n'aquella penumbra, o dia em que se
con- / cluiu definitivamente a obra da nossa nacionali- / dade, cujo esboço tinha sido traçado
por um pu- / nhado de [...]utes entusiastas, n'aquelle período / de agitação patriotica, que foi
a aurora ensan- / guentada do glorioso dia da liberdade. /

Aquem das regiões da historia, encontra-se um / facto recente, que é tambem como
aquell'outro / a resultante de um esto de patriotismo, mas a / que se addicionou um grande
sentimento de digni- / dade humana. /

N'uma das provincias do norte do Império / realiza-se hoje uma nobre e legitima aspiração, /
fecundada ao poderoso influxo das idéas civili- / sadoras e humanitarias que este seculo
arrec- / dou no espolio deslumbrante do seculo que o / precedeu. /

A provincia do Ceará é a primeira que espanca / virilmente a *treva infame* do captiveiro, por
/ onde anda, errante ainda, a dignidade de um / povo livre, como as aparições temerosas das /
lendas populares. /

Do meio da submersão em que as suas irmãs / se achão, ella levanta-se generosa, como uma
/ eminencia illuminada, onde verdejão com uma / pompa desconhecida as esperanças de um
futuro / glorioso. /

Alli, onde o sol estende a sua purpura de luz / cruelmente implacavel; n'aquelle sólo que a
de- / vastação—por uma preferencia sinistra—escolheu / para scenario de suas tragedias
enormemente / lugubres, é que se desenrola o prologo d'essa / obra arrojada, que vae ser
realisada hoje, tardia- / mente embora, [d]epois de uma longa indecisão / lamentavel. /

Não é, porém, a uma compensação benévola / da Providencia que deve o Ceará esta gloria
in- / contestavel. /

Victorias d'essa ordem não se alcançam pela / generosidade do acaso: conseguem-se pela con- / quista, e é isto o que faz seguramente a grandeza / de empreendimentos taes. /

Os filhos d'essa terra—Chanaan da liberdade— / acostumados a supportar com um heroismo in- / vencível as coleras bravias da natureza, tornarão- / se fortes, elles que já erão invenciveis pelo seu es- / pírito liberal, por estas continuas provocações; e a / bravura indomavel de seu character aguçou-se ao / embate das catastrophes, assim como os penedos / se afião na[s] luctas que travão com o oceano. /

Foi, portanto, muito justamente que lhe coube / a prioridade no movimento abolicionista que vae / agitando largamente a consciencia nacional. /

Porque, convém dizer, para honra d'esse paiz, / e em face do universo que nos contempla com a / severidade de um juiz, que nós os brasileiros / procuramos resgatar-nos dignamente da culpa / que nos esmaga e de que já temos sido tão du- / ramente punidos. /

O abolicionismo no Brasil não está encerrado / nas restrictas dimensões de um partido; a sua / bandeira desfralda-se por todo este enorme bloco / do torrão americano, em forte assomo de victo- / ria, como n'uma cidadella vencida. /

Todos aquelles que estremecem pela grandeza / da patria, que se expandem com suas glorias e / que se entristecem com os seus revezes; que es- / tudão com um criterio seguro as causas produ- / ctoras do seu depauperamento e as medidas ne- / cessarias para a affirmação do seu prestigio, ac- / cordão unanimemente em que a escravidão é a / origem principal d'onde se derivão as vertentes, / diversas dos males que nos submergem. /

Não são apenas, embora só por si bastassem, / sentimentos de alta philantropia, nem o respeito / á personalidade humana, tão cruelmente infama- / da pelo captiveiro, que nos mantem firmes n'esse / empenho. /

Ha, alem d'esses motivos sacratissimos para / um povo christão e liberal, outros ponderosissi- / mos, como o futuro da familia e o porvir da pa- / tria. /

São [p]or demais conhecidas as nossas idéas em / relação a este assumpto, e não se nos faz preciso, / portanto, agora insis[tir] n'ellas. /

Imprensa liberal, representante legitima das / aspirações do povo, não podiamos deixar de se[r] / abolicionistas n'esta terra, em que a idéa eman- / cipadora vibrou com uma temeridade triumphan- / te na alma de muitos comprovincianos illustres, / traduzindo se ora nas fulgurações estranhas da / palavra de oradores como Ruy Barboza, ou irian- / do-se das colorações as mais brilhantes na es- / trophe luminosa do poeta dos escravos. /

E hoje, que todo o paiz saúda a nossa irmã do / norte, associando-nos no preito que se lhe rende / n'este dia, duplamente memoravel, porque assi- / gnala duas redempções—a de um

povo e a de / uma raça –saudamos em nome da liberdade e da / nossa briosa terra, á heroica
provincia do Cea[r]á /—a grande redemptora dos captivos. /

TRANSCRIÇÃO DO TEXTO “OS LIBERTOS” – 15 DE ABRIL DE 1884

Os libertos

Sob este titulo estampou a *Gazeta da Bahia* em/ suas columnas um editorial do *Brasil*, no qual/ trata-se de mostrar a incapacidade do liberto para/ o trabalho, realisada a emancipação que, a passos/ largos, segue a sua carreira triumphal./

O orgão do Senhor Paulino,—o antigo chefe da dis/sidencia, que não poupou esforços para impedir a/ passagem da lei de 28 de setembro—sente-se em/ grande embaraço toda vez que o forção a dizer/ alguma palavra sobre a grave questão do dia. O/ silencio é o seu recurso supremo; e quando muito/ surge, a espaços, em sua terceira pagina, algum/ communicado, escripto lá da roça, em frente ao/ eito, para provar as excellencias do trabalho ser-/vil, que nos enriquece com café, e os perigos do/ abolicionismo, a nos enveredar por sendas desco-/nhecidas. *Chi lascia la via vecchia per la nuova,/ spesse volte ingannato si ritrova./*

As festas realisadas na côrte para a solemnisa-/ção do grande acontecimento que elevou a provin-/cia do Ceará sobre suas irmãs, a repercussão/ d'esse facto em todo paiz incommodarão sobre-/maneira ao *Brasil*./

O seu artigo, pallido e fraco, sobre a posição do/ liberto prova o nosso asserto./

Quer o *Brasil* que o liberto sujeite-se ao traba-/lho como elle está organizado nas fazendas de/ café? Quer que os negros, quebrados os vinculos/ do servilismo, permaneção presos ao eito, dirigi-/dos pelo feitor? Se a liberdade vae elevar e nobi-/litar o trabalho, como quereis que elle continue/ vilipendiado?/

Para apreciar a condição do liberto entre nós, o/ *Brasil*, que tem á sua frente homens praticos, co-/nhecedores dos nossos negocios, lembrou-se da/ opinião de um jornal inglez, expressa nos sequin-/tes termos:/

«A escravidão está a desaparecer: *o negro e os/ seus descendentes, a menos que os forcem, não tra-/balhão: e a substituição dos braços é um enigma/ para resolver o qual ainda não appareceu um/ OEdipo.*»/

Anathema sobre a raça africana, que só/ póde trabalhar em servidão!!

O *Brasil* não se contenta com depreciar o ser-/viço do liberto, ameaça-nos com a banca-rotta, se o/ abolicionismo continuar em sua obra de destrui-/ção. Estes argumentos *terroristas* já cahirão em/ tamanho descredito, principalmente depois do seu/ emprego excessivo na sessão parlamentar de 1[87]1,/ que não illudem mais./

A libertação, se trouxer a ruina de alguns [ve]/lhos proprietarios rotineiros, incapazes de [com-]/prehender as novas condições da organiza[ç]ão [do]/ trabalho, aumentará sem a menor duvida [o bem]/ estar dos trabalhadores, desenvolverá a familia,/ dará grande incremento á pequena propriedade/ e desenvolverá a massa de valores que constituem/ o patrimonio da sociedade./

Eis o que não querem ver./

O escriptor escravista sustenta que a opinião do/ jornal inglez sobre a incapacidade do liberto é «a/ lição da historia em toda parte onde existiu a/ escravidão.» Conceito falsissimo, a menos que não/ se queira elevar a altura de lei algum facto par-/cial. (1)

A lição da historia é outra./

Nas colonias inglezas, nas colonias francezas,/ como nos Estados-Unidos, os libertos provarão a/ sua aptidão p[a]ra o trabalho. Ahi estão os inqueritos/ mandados abrir pelos respectivos governos./

Os escravistas confundem propositalmente a/ *deslocação* do trabalho, trazendo como conse-/quencia maior riqueza social, com a suppressão/ do trabalho. Quem n[ã]o conhece o celebre discurs-/so de lord Stanley, em 1843, sobre os admiraveis/ resultados da extinção servil nas co-/lonias da Grã-Bretanha?/

Nos Estados-Unidos, apesar das condições do/ paiz, depois da gigantesca lucta entre o norte e o/ sul, os libertos desmentirão as prophecia[s] do/ egoismo, entrando muitos em accordo com os an-/tigos senhores para continuarem o serviço em/ seus estabelecimentos./

Em que se funda, pois, o *Brasil* para proclamar/ a incapacidade do liberto e desejar que continue/ a macular-nos a negra instituição?/

A cegueira dos adversarios da emancipação/ póde ser comparada, conforme disse espirituosa-/m[e]nte a *Gazeta de Noticias*, ao profundo somno de/ Sancho Pança: «Ya dormi con tan pesado sueño/ que quien quiera que fué tuvo lugar de ll[e]gar y/ suspende[r-]me sobre cuatro estacas que pu[d]o a/ los cuatro lados de la albarda, de manera que/ me deixo a caballo sobre ella, y me saeó debajo/ de miel rucio sin que yo lo sintiese.»

A.

(1) Eis aqui um *specimen* d'esse modo de argu-/mentar, extrahido de uma *Conferencia* lida pelo/ Doutor Coelho Rodrigues, perante Sua Majestade Im-/perial na eschola da Gloria, do Rio de Janeiro:/ «Conheço uma pessoa que *já matou* (não se as-/sistem com a palavra) um

escravo cosinheiro,/ copeiro, robusto, com 21 annos de idade, filho do/ pagem no pae, neto do pagem do avô do senhor,/ e nascido de uma familia em que não havia prosti-/tuição. *Matou-o alforriado*, Santo Deus! porque/ alforriou-se sem tel-o preparado para vida civil, apesar de tel-o ensinado a ler. Pouco tempo/ depois voltou o liberto a pedir dinheiro ao ex-se-/nhor, que deu-lhe, ordenando-lhe que nunca mais/ apparecesse em sua casa. Tres annos mais tarde/ o mesmo ex-senhor encontrava-o nas ruas do Re-/cife cahido de fome e com uma tuberculose no/ ultimo gráo. Mandou-o no mesmo dia para o hos-/pital de Misericordia, onde morreu 15 dias depois.»/ *Qu'est ce que cela prouve?* As vicissitudes da for-/tuna! Leia o Doutor Coelho Rodrigues o seguinte tre-/cho de uma correspondencia dos Estados-Unidos:/

«Em New-York vi um doutor formado em direito/ pela universidade Heidelberg, empregado como/ *garçon* em um café, para não morrer de fome, e/ um antigo banqueiro ganhar humildemente sua/ vida como ajudante de cosinha em um restaurant/ de nomeada./

Encontrei um advogado muito conhecido na/ Europa como feitor em uma roça, e um antigo/ conselheiro de estado encarregado de um reba-/nho de porcos. Vi tambem um coronel do imperio/ mestre de primeiras letras e um professor de/ theologia vivendo a pintar taboletas.»—
Que muito/ é que um liberto morra tysico na *Misericordia* do/ Recife?!/

**TRANSCRIÇÃO DO TEXTO “O ABOLICIONISMO E A LAVOURA” - 20 DE
ABRIL DE 1884**

O abolicionismo e a lavoura

O órgão do partido conservador d'esta provincia / abriu, ha dias, espaço em suas columnas de honra / para um editorial do *Diário de Pernambuco*, sub- / scripto por «Um agricultor», sob a epigraphe que / encima estas linhas.

Vasado em esteitíssimos moldes, inçado de / erros economicos e historicos, contém o artigo / um[a] desorientada defeza do escravagismo em no- / me dos interesses da lavoura. Perfilhando-o, a / *Gazeta* içã o pavilhão negro, que não encontra / auras que o baloucem.

Esguio como um cypreste, esse estandarte, som- / brio e triste, é um symbolo de morte./

O missivista pernambucano, agasalhado pelos / redactores da *Gazeta* como amigo que expõe o / peito á defeza de causa commum, insurge-se con- / tra a immigração européa que pretende rotear, / em seu proveito, o fertilissimo solo brasileiro.

Elle quer a lavoura rotineira e atrazada, humi- / decida pelos prantos do captivo, alimentada pelo / braço escravizado. A graminea saccharifera não / floresce, se as raizes não se embeberem no suor / do preto escravo. Para dar uma idéa dos intuitos / [do] emprerrado lavrador, cujo olhar pouco alcança / além do cannivial, proximo á senzala, vamos in- / serir aqui as seguintes linhas de sua correspon- / dencia.

«Estamos condemnados a só recebermos os im- / migrantes de cabellos brancos e olhos asues, quaes / se fazem-nos o favor de virem para o nosso paiz / é para o *civilisarem*, tornando-se desde logo pro- / prietarios dos melhores terrenos, á custa do Es- / tado. Está á testa d'este *movimento civilizador* (o / gripho é do communicante) uma *tal Sociedade Cen- / tral de Immigração Estrangeira*, que só ella tem / absorvido a melhor parte das rendas do nosso / paiz. »

Quere[m] mais claro?

Estamos condenados a só receber o immigran- / te aryano, – o allemão, o tyrolense, o italiano!

O grande crime!

Varrerão o trafico dos mares: a Africa deixou / de ser a fornecedora dos *folegos vivos*, –o grande / viveiro da escravatura: queremos hoje coroar a ta- / refa libertando os descendentes d'esses miseros / expratriados; queremos rehabilitar a lavoura, ata- / da ao

preconceito, rebaixada pela escravaria; tra- / balhamos para dirigir ao paiz as republicas pla- /
tinas: imprevidentes que somos!

Os *apostolos da liberdade* estão em outra classe, / a que pertence o agricultor de
Pernambuco.

Os que querem enriquecer-se á custa do esca- / vo, esses, sim, diz o missivista, «são
os verdadei- / ros apostolos da liberdade. »

Nunca veio mais a proposito a fabula de [q]ue- / rer figurar de leão o representante de
outra raça / inferior.

O escriptor escravagista tece encomios á felici- / dade do escravo no Brasil,
semelhantes, compre- / hende o leitor perspicaz aos que ouviu o lobo de / Lafontaine.

Balda é esta usada em todos os paizes de es- / cravos.

Cada qual censura os rigores da escravidão em / outras terras, disposto a attenuar as
faltas do seu / paiz.

A felicidade dos escravos foi tambem allegada / em Cuba, na Jamaica, em Antigôa,
em Suriman, / em Guadalupe, em toda parte. «Os homens, como / disse Avuban, que
escumão as taxas em que se / [...] o assucar respirão um odor balsamico, / tão ag[rada]vel
quanto higienico.»

Os elogio[s] [d]o agricultor de Pernambuco sobre / o [trat]amento dos escravos, «no
que os distingui- / mos de todos dos outros povos», fazem lembrar o[s] / de Granier de
Cassagnac aos proprietarios das / Antilhas. A mesma cousa.

Occupando-se dos effeitos da libertação, espe- / cial[is]a o escriptor a Jamaica, «onde
os escravos / depois de emancipados, abandonarão completa- / mente as fazendas,
espalhando-se pelas cidades e / villas, e entregando-se por toda a parte á rapina- / gem e ao
roubo.»

[...] importante colonia in- / gleza.

Porque não citou antes os tumultos de *São Do-* / mingos?

A Jamaica!

«Digamos para gloria da Inglaterra, escreveu / em 1843 o duque de Broglie, a
libertação de / 800.000 escravos, em um só dia, na mesma hora, / não produziu, nas colonias
inglezas, a decima / parte das perturbações que ordinariamente cau- / são entre as nações
civilisadas a menor questão / política.»

A Jamaica! Como enganou-se o roceiro per- / nambucano! Referindo-se ás colonias
inglezas / escreveu um notabilissimo observador, depois de / examinar os inqueritos que
for[ão] feitos para se / conhecer os resultados da abolição:

«Os factos principaes comprovados por todos / os inqueritos são estes:—tranquillidade completa; nem vinganças, nem tumult[os], nem incendios, / nem guerra civil; augmento enorme do numero / de casamentos; as egrejas e as escholas frequenta- / das e insuficientes para os libertos; emfim, amor / sempre crescente [p]ela propriedade.»

[A] Jamaica! Mal avisado andou o missivista do / norte em trazer á scena essa ilha.

O capitão Layrle, que a visitou depois da liber- / tação, disse:

<<Os negros não abandonarão as plantações: eis / o facto. Se, porém, entende-se por trabalho o que / era feito para o senhor, aquelle que, sob o antigo / regimen, só aproveitava a alguns brancos, que / o monopolisavão, houve diminuição; as se se le- / var tambem em conta o trabalho dos negros em / seus proprios terrenos (porque é notorio que nos / seus tres ultimos annos os libertos comprarão 2.500.000 / francos de terras) ver-se-ha que não houve dimi- / n[u]ição; o trabalho tomou outra direcção.>>

A Jamaica!

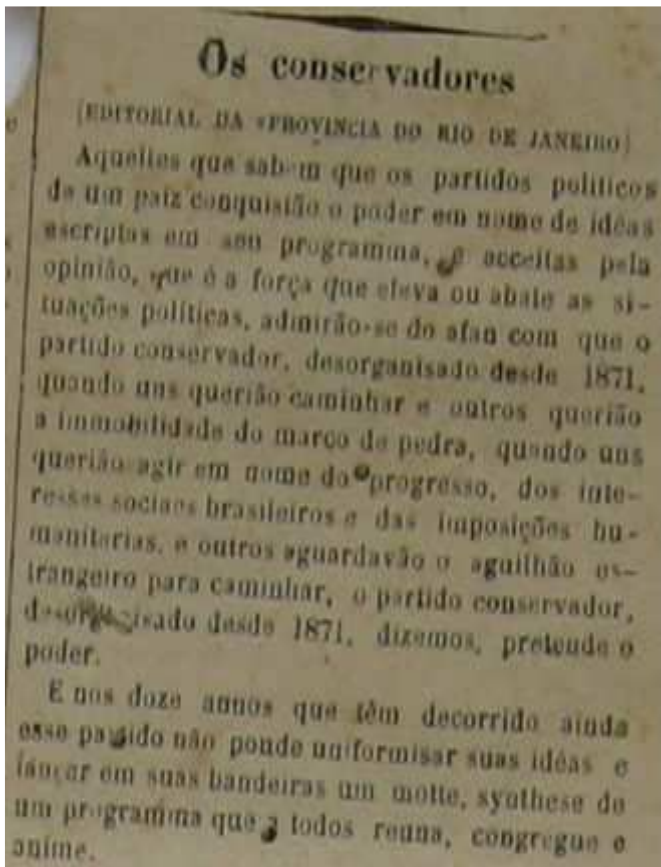
Um missionario que esteve longos annos n'essa / ilha e que escreveu a «*Situação passada e presen- / te da Jamaica*, Philippo, diz-nos que, em 1843 alli / havia cerca de 200 *free villages* fundadas pelos / libertos em uma área de 10.000 acres. Os libertos, / to[r]nados chefes de familia, em numero de dez mil, // possuem milhares de casas e grandes extensões / de terras compradas com o fructo de suas econo- / mias. Compulsando-se o vasto repositório que / constitue a *Revista Colonial*, encontram-se, alem / d'essas informações insuspeitas, as de Lord Elgin, / governador da Jamaica, no mesmo sentido.

Com os accentos de sua eloquencia magestosa, / que tanto brilho deu á tribuna franceza, disse o / conde de Montalembert:

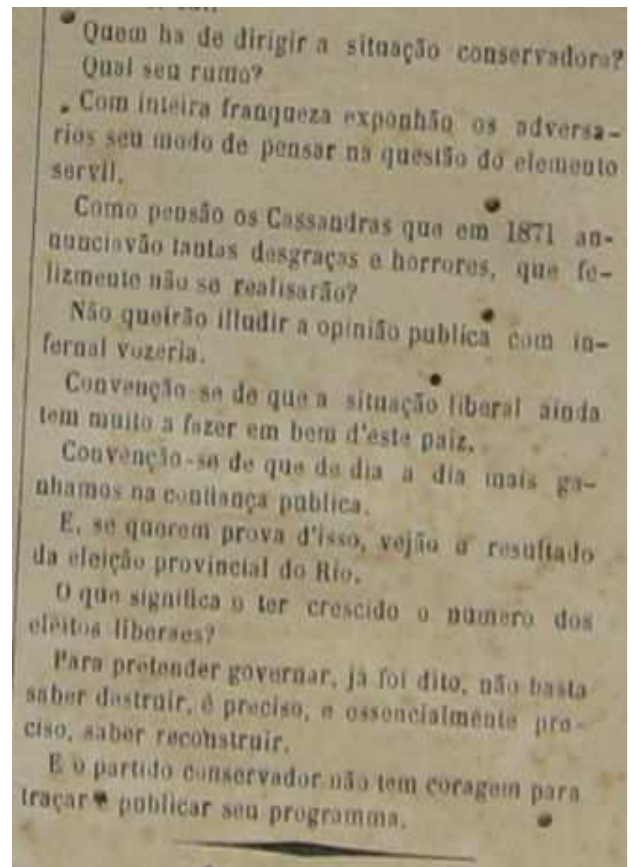
<<Admiremos sobretudo a obra pacifica e subli- / me da abolição da escravidão colonial. Estavão / em litigio um gr[an]de interesse moral, uma re- / forma a conquistar lenta e laboriosamente sobre / habitos enraizados, velhos preconceitos e interes- / ses intransigentes: foi conquistada... Os promo- / tores d'essa grande reparação lutarão não só con- / tra a rotina, como contra a politica, contra o com- / mercio, contra a marinha mercante, contra a in- / dustria, contra os mais poderosos elementos da / grandeza britannica; mas vencerão...Nunca re- / cuarão, nunca duvidarão, e, após 30 annos de tra- / balhos, de lutas, de calumnias, no dia fixado / pelos decretos eternos Deus coroou-os pelo suc- / cesso e por uma gloria tão bella e tão pura que o / meu coração de francez e de catholico sente que a / não tivessem a França e a igreja.>>

Inspirem-nos coragem essas nobres palavras / nos dias que atravessamos!//

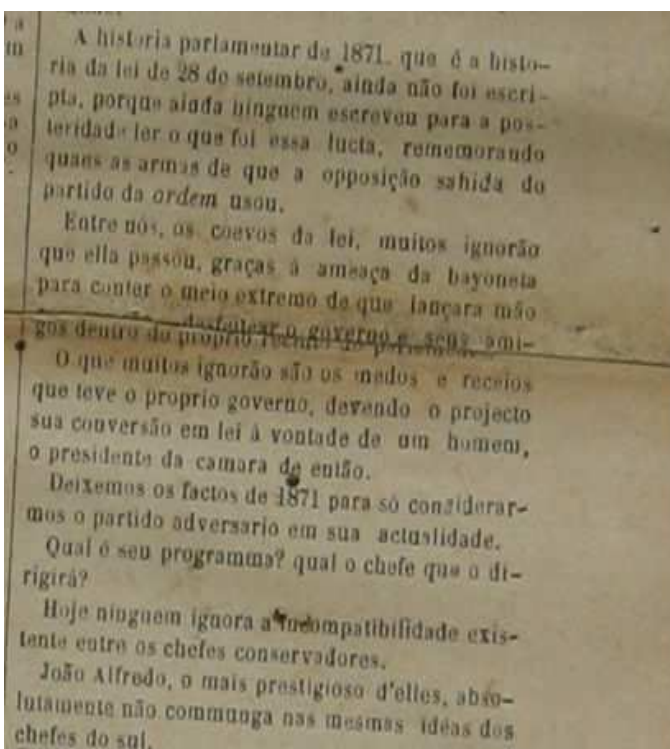
VERSÃO FAC-SIMILAR DO TEXTO “OS CONSERVADORES”
(DIVIDIDO EM TRÊS PARTES)



Parte 1

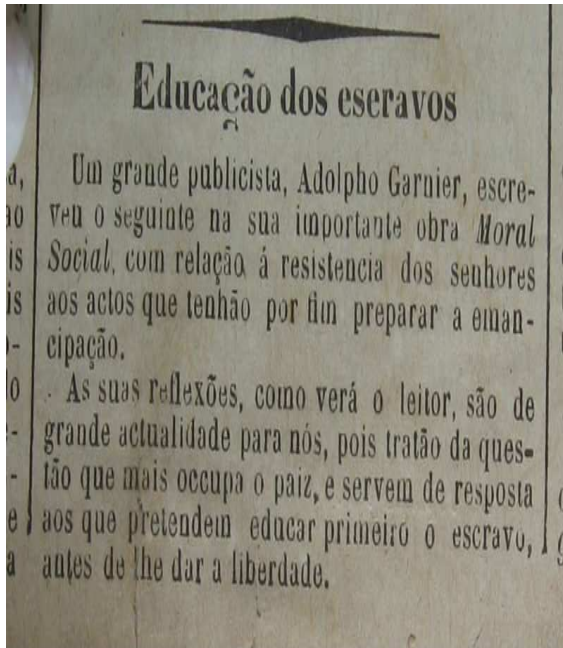


Parte 2

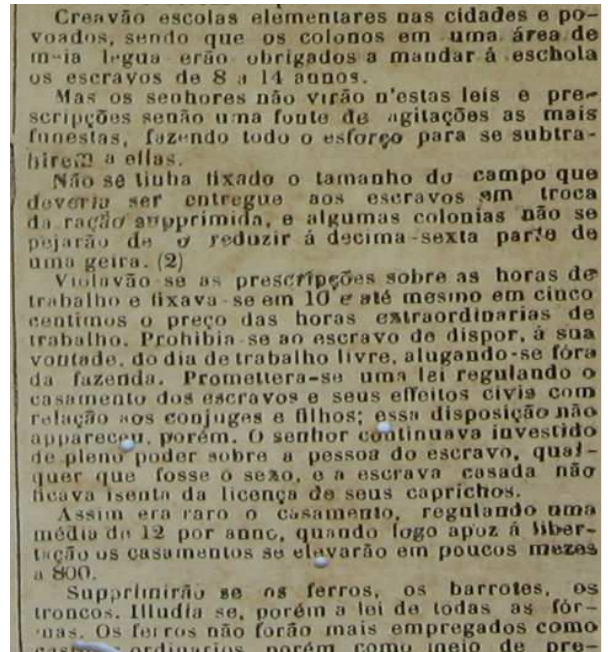


Parte 3

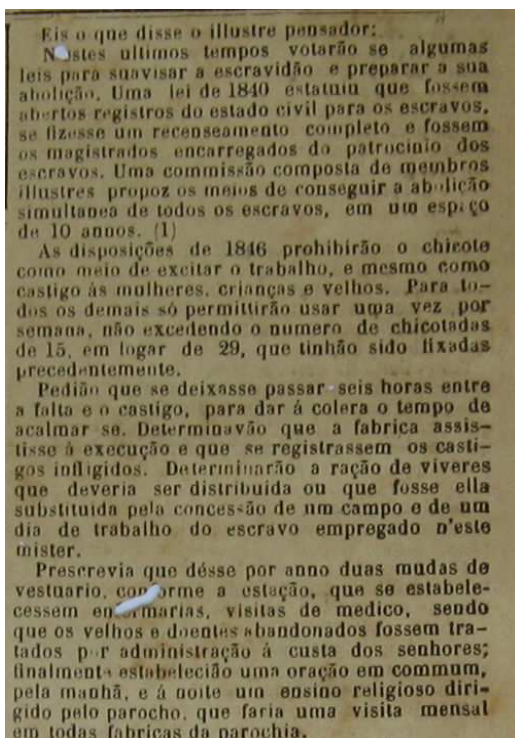
VERSÃO FAC-SIMILAR DO TEXTO “EDUCAÇÃO DOS ESCRAVOS”
(DIVIDIDO EM ONZE PARTES)



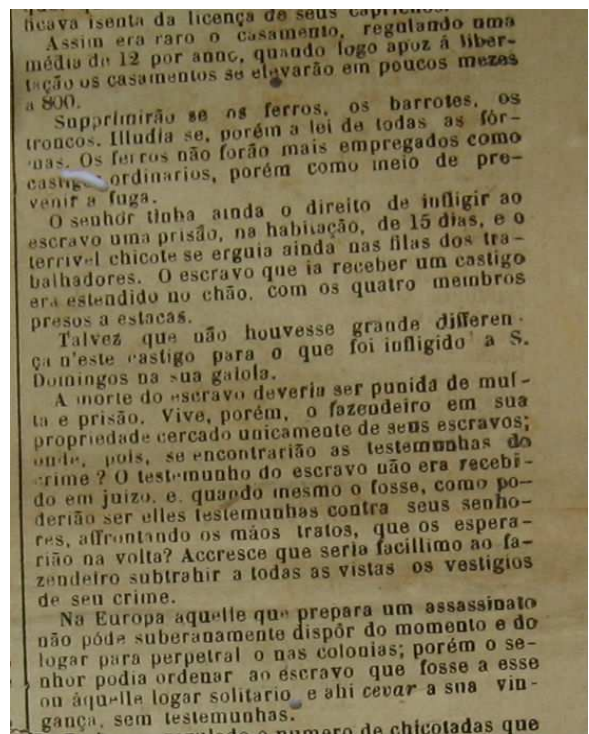
Parte 1



Parte 3



Parte 2



Parte 4

gança, sem testemunhas.

Tinha-se regulado o numero de chicotadas que o senhor podia indigir ao escravo de uma vez; nada, porém, o impedia fazer recommear o castigo, muitas vezes no mesmo dia! Acresce que se não tinha determinado os delictos que deverião ser punidos com semelhante castigo.

Imagine que se tratava da revolta de um marido que quer defender sua mulher, de um pae que quer arrancar sua filha á sensualidade do senhor; o castigo concedido de 15 chicotadas seria justo?

Se quizerdes entrar no detalhe dos delictos, fazer um código penal completo, fóra mister dar conhecimento ao escravo, permitir discutir ou fazer discutir a decisão do senhor; por consequencia, devião os colonos destruir a escravidão: tanto é difficil fazer o bem no mal.

Com razão reclamavão os colonos — ou retinãe vossas leis, ou pagae-nos uma indemnisação, porque de tal fórma operaes a abolição.

Consideremos ainda que os tribunaes dos colonos erão em grande parte compostos ou de seus filhos ou de seus amigos, e, portanto, juizes prevenidos. Sabemos que se procurava, tanto quanto possível, enviar ás colonias europeas, afim de serem os juizes desprevenidos dos preconceitos colonias; elles, porém, erão obrigados a se interessarem pela causa dos colonos com quem privavão, e nunca com os escravos, adoptando em grande parte o partido dos primeiros.

Vião-se, pois, os magistrados impregnados dos prejuizos colonias, e era rapissimo que alguem se conservasse europeu nas colonias.

Um fazendeiro para castigar seus escravos os feria na vertebra do pescoço, já tendo morto dous quando foi denunciado. A camara de accusação decidiu que nada havia a fazer; no entretanto qualquer offensa, por mais ligeira que fosse, punida com a pena capital.

Parte 5

corria a sua soberania!

O prefeito apostolico da Martinica veio á França recrutar alguns membros da nova associação; quando voltou, porém, encontrou sua casa incendiada, sem que se pudesse descobrir quem fóra o ator.

Nenhum fazendeiro consentiu em sua casa ses missionarios da civilisação.

A nova associação foi forçada a desnaturar-se. Os missionarios só tiverão como discipulos os filhos da população branca, que d'esta fórma lhes proporcionão grandes remunerações pecunias, optimos aposentos, escravos para servir, irrigações, cavallos, e finalmente, todas as voluptuosidades da opulencia.

Outra associação do mesmo genero, a *dos irmãos de S. José*, teve o mesmo destino. Votio-se elles a instruir os filhos da população de cor e, sendo possível, os escravos. Para não cair na miseria, fóra forçados a abrir as portas aos filhos dos brancos, que declararão logo que não admittião mistura de cores.

O collegio, portanto, só se encheu de filhos de donos, e o bispo da França, de quem dependião os irmãos de S. José, foi obrigado, para acenar o seu descontentamento, a interdizeres a celebração do officio divino em seu collegio.

Com relação ás ceremonias religiosas em que não admittidos os escravos, celebravão-se com a má vontade e parcimonia que parecia antes n'escarneo.

Os funeraes dos prelos erão feitos as mais das

(1) Relatorio da comissão para o exame das questões relativas á escravidão.—*Duque Bro-*
(2) Geira—com varas em quadro.

Parte 7

grande parte o partido dos primeiros.

Vião-se, pois, os magistrados impregnados dos prejuizos colonias, e era rapissimo que alguem se conservasse europeu nas colonias.

Um fazendeiro para castigar seus escravos os feria na vertebra do pescoço, já tendo morto dous quando foi denunciado. A camara de accusação decidiu que nada havia a fazer; no entretanto qualquer offensa, por mais ligeira que fosse, punida com a pena capital.

Quanto a ensino moral e religioso, a instrução elemental, por onde se queria fazer a passagem da escravidão para a liberdade, não fóra menos violadas as leis do que sobre tudo o mais.

A principio as prescripções ministeriaes ordenavão que a metade do tempo concedido ao escravo fosse tomada para as lições. Não foi tudo. Teve o clero a mesma parte da magistratura, vivendo como aquella com os brancos; rarissimas vezes e difficilmente communicava elle com os negros, não os podendo aperceber senão por traz da muralha dos senhores. O que se lhes recomendava, portanto, é bem facil de prever: era uma obediencia passiva, uma resignação absoluta.

Os senhores achavão vantajoso um tal ensino, quando aperceberão que uma associação nova, a *dos irmãos da instrucção christã*, honrada com a protecção de um dos prefeitos apostolicos de nossas colonias e de muitos bispos da França, tinha por fim pregar aos escravos uma moral que os elevava aos seus proprios olhos, fallando-lhes nos deveres de familia, dos paes para com os filhos e d'estes para com aquelles, do marido para a mulher e vice-versa, virão o perigo que corria a sua soberania!

Parte 6

vezes em um pouco de palha, na presença de alguns parceiros, sem assistencia alguma de padre; quando o corpo chegava á igreja, não entrava, o padre assomava á porta e d'alli balbuciava uma ligeira oração.

O clero devia proceder assim para contar com a boa vontade dos colonos e, confessamol o, de outra fórma concorrerião elles para a destruição da escravidão, no que absolutamente não concordavão os senhores.

Por excepção, um dia que um padre acabava de dar a primeira communhão a filhos de colonos, lhes dirigiu as seguintes palavras:

«Se as leis civis, que não me compete aqui qualificar, recusão direitos aos escravos, Deus lh'os dá, a religião os reconhece, e o sentimento natural os proclama—lhos; escutae a religião, e tende para todos, para o fraco sobretudo, uma caridade sem limites. — Não os surreis; o homem não sahio do seio de Eva para ser chicotado por outro homem. O menor de vossos golpes faria soffrer uma alma immortal e Deus vos tomaria severas contas. Não o deixeis nu não tem bastante trabalhado este homem para que o seu aspecto esteja sempre a ferir o pudor? Não os carregueis de colleiras de ferro. Os ricos que carregão os pobres de cadeias se aviltão da mesma fórma porque se os escravos as traz ao

Parte 8

carregão os pobres de cadeias se aviltão na mesma fôrma, porque, se os escravos as traz ao pé, é forçoso que o senhor a carregue ás mãos—d'ahi um mão estar geral e, portanto, uma calamidade universal!

«Instrui o escravo—deixae que elle venha á igreja para aprender a vos amar, sustentar e ajudar-vos. Com que direito lhe recusaes o ensino religioso! Acaso foi Deus que vos vendeu? Não o desprezeis, não o desprezeis, porque o que seria se tivesséis nascido em seu lugar e elles no vosso?»

Quando o prégador acabou, o prefeito apostolico o recebeu nos braços chorando, porém as suas nobres e religiosas palavras forão denunciadas ao governador pelo *conselho colonial* como sediciosas. O conselho pediu a sua expulsão e elle foi expulso!

Com effeito ha entre a educação moral, que se pretende dar ao escravo, e a condição em que elle permanece, *uma contradicção* pasmosa. O que lhe dirá o padre? Recommendará ao filho que obedeça ao pae: a cada instante, porém, esse poder paternal é perturbado, roto mesmo pela relação do pae com o senhor!

Deverá, portanto, limitar-se o padre a recomendar ao escravo *sómente* obediencia ao senhor, o que importa a continuação da escravidão. Se o padre aconselhar ao pae que vele sobre seus filhos, que defenda a honra de suas filhas, de sua mulher, promove a seu...

Parte 9

Poder-se hia, porém dizer aos colonos; não tomeis sómente no *Pentateuco* os textos favoráveis aos vossos interesses; tomae todos os outros, executae sobretudo aquelle que ordena que se o hebreu fôr escravo do hebreu, fique liberto em seis annos, O hebreu não podia ser mais próximo do hebreu que o christão do christão, e vossos escravos são christãos!

As desordens que temeis forão causadas, não pela libertação, porém pela recusa á libertação, e essa recusa, segundo Mostesquieu, offerece sobretudo perigo em um estado onde os cidadãos são livres, onde em todo do escravo se falta de direitos, egualdade; liberdade, e aquelle se inflamma pelo desejo de saborear tambem a sua independencia. E, com effeito, a liberdade o permite por si mesma nas colônias com a primeira noticia da fundação da republica.

Não foi o decreto de 27 de abril de 1848 que consummou a abolição da escravidão, porque esse decreto, que concedia, aliás, um prazo de doze mezes, não era ainda conhecido dos colonos quando os negros ao primeiro rumor de que a republica se tinha estabelecido, a tiveram como incompativel com a escravidão e immediatamente reclamaram a liberdade. Os desastres, que tinham começado a rebentar na Martinica forão provocados pela lentidão com que se tratava de proclamar a libertação, ao passo que forão sufocados em Guadalupe, pela pressa com que se fez a libertação.

(Extr.)

Parte 11

elle permanece, *uma contradicção* pasmosa. O que lhe dirá o padre? Recommendará ao filho que obedeça ao pae: a cada instante, porém, esse poder paternal é perturbado, roto mesmo pela relação do pae com o senhor!

Deverá, portanto, limitar-se o padre a recomendar ao escravo *sómente* obediencia ao senhor, o que importa a continuação da escravidão. Se o padre aconselhar ao pae que vele sobre seus filhos, que defenda a honra de suas filhas, de sua mulher, promove a seu...

Vê-se, portanto, o quanto era impossivel começar pela instrucção moral e religiosa do escravo, porque seria logo romper as principaes cadeias da escravidão.

Tinhão-se mettido em um becco sem sabida. Não se queria libertar os escravos sem que se lhes desse sentimentos de justiça e religião, no entretanto que elles não se poderião tornar justos e religiosos emquanto permanecessem escravos. Os colonos se revoltavão com qualquer tentativa proxima ou longinqua de liberdade; fazião publicar tratados em que se apoiavão, como outrora os juriconsultos romanos, que defendião a escravidão no direito das gentes, direito natural e, ainda accrescentavão, no direito divino. Buscavão no *Pentateuco* textos que autorizavão a escravidão; fallavão nos perigos da libertação; imaginavão as mortes, os incendios que acompanhavão a revolução de S. Domingos; allegavão, em fim, que os escravos consideravão o trabalho como obra servil; que uma vez livres não trabalhavão mais.

Poder-se hia, porém dizer aos colonos; não

Parte 10

VERSÃO FAC-SIMILAR DO TEXTO “A LIBERTAÇÃO DO CEARÁ”
(DIVIDIDO EM CINCO PARTES)

A libertação do Ceará

No momento em que escrevemos estas linhas, o espirito nacional, enquanto volve-se á commemoração do grande feito politico que a data de hoje relembra, contempla cheio de jubilo um acontecimento que, sem par ainda n'este Imperio, se realisa em nome da liberdade e pela causa santa da emancipação.

O juramento da Constituição e a extincção do captivo no Ceará são dous factos irmãos; exprimem differentemente a mesma força: o patriotismo.

Mergulhando o olhar no passado percebe-se, luzindo n'aquella penumbra, o dia em que se concluiu definitivamente a obra da nossa nacionalidade, cujo esboço tinha sido traçado por um punhado de entusiastas, n'aquelle periodo de agitação patriótica, que precedeu a guentada do glorioso dia da liberdade.

Aquem das regiões da historia, encontra-se um facto recente, que é tambem como aquell'outro a resultante de um esto de patriotismo, mas a que se addicionou um grande sentimento de dignidade humana.

N'uma das provincias do norte do Imperio realisa-se hoje uma nobre e legitima aspiração, fecundada ao poderoso influxo das idéas civilisadoras e humanitarias que este seculo arrecadou no espolio destumbrante do seculo que o precedeu.

A provincia do Ceará é a primeira que espanca virilmente a *treca infame* do captivo, por onde anda, errante ainda, a dignidade de um povo livre, como as appareções temerosas das lendas populares.

Parte 1

acostumados a supportar com um heroismo invencível as coleras bravias da natureza, tornarão-se fortes, elles que já erão invencíveis pelo seu espirito liberal, por estas continuas provações; e a bravura indomavel de seu caracter aguçou-se ao embate das catastrophes, assim como os penedos se afitão na luctas que travão com o oceano.

Foi, portanto, muito justamente que lhe coube a prioridade no movimento abolicionista que vae agitando largamente a consciencia nacional.

Porque, convém dizer, para honra d'esse paiz, e em face do universo que nos contempla com a severidade de um juiz, que nós os brasileiros procuramos resgatar-nos dignamente da culpa que nos esmaga e de que já temos sido tão duramente punidos.

O abolicionismo no Brasil não está encerrado nas restrictas dimensões de um partido; a sua bandeira desfralda-se por todo este enorme bloco do torrão americano, em forte assomo de victoria, como n'uma cidadella vencida.

Todos aquelles que estremecem pela grandeza da patria, que se expandem com suas glorias e que se entristecem com os seus revezes; que estudão com um criterio seguro as causas productoras do seu depauperamento e as medidas ne-

Parte 3

lendas populares.

Do meio da submersão em que as suas irmãs se achão, ella levanta-se generosa, como uma eminencia illuminada, onde vardeção com uma pompa desconhecida as esperanças de um futuro glorioso.

Alli, onde o sol estende a sua purpura de luz cruelmente implacavel; n'aquelle sólo que a devastação—por uma preferencia sinistra—escolheu para scenario de suas tragedias enormemente lugubres, é que se deseurola o prologo d'essa obra arrojada, que vae ser realisada hoje, tardiamente embora, depois de uma longa indecisão lamentavel.

Não é, porém, a uma compensação benevola da Providencia que deve o Ceará esta gloria incontestavel.

Victorias d'essa ordem não se alcanção pela generosidade do acaso: conseguem-se pela conquista, e é isto o que faz seguramente a grandeza de empreendimentos taes.

Os filhos d'essa terra—Chanaan da liberdade—acostumados a supportar com um heroismo invencível as coleras bravias da natureza, tornarão-se fortes, elles que já erão invencíveis pelo seu espirito liberal, por estas continuas provações; e a bravura indomavel de seu caracter aguçou-se ao embate das catastrophes, assim como os penedos se afitão na luctas que travão com o oceano.

Foi, portanto, muito justamente que lhe coube

Parte 2

productoras do seu depauperamento e as medidas necessarias para a affirmação do seu prestigio, accordão unanimemente em que a escravidão é a origem principal d'onde se derivão as vertentes, diversas dos males que nos submergem.

Não são apenas, embora só por si bastassem, sentimentos de alta philantropia, nem o respeito á personalidade humana, tão cruelmente infamada pelo captivo, que nos mantem firmes n'esse empenho.

Ha, alem d'esses motivos sacratissimos para um povo christão e liberal, outros ponderosissimos, como o futuro da familia e o porvir da patria.

São por demais conhecidas as nossas idéas em relação a este assumpto, e não se nos faz preciso, portanto, agora insistir n'ellas.

Parte 4

Imprensa liberal, representante legitima das aspirações do povo, não podíamos deixar de ser abolicionistas n'esta terra, em que a idéa emancipadora vibrou com uma temeridade triumphante na alma de muitos comprovincianos illustres, traduzindo se ora nas fulgurações estranhas da palavra de oradores como Ruy Barboza, ou iriando-se das colorações as mais brilhantes na estrophe luminosa do poeta dos escravos.

E hoje, que todo o paiz saúda a nossa irmã do norte, associando-nos no preito que se lhe rende n'este dia, duplamente memoravel, porque assignala duas redempções—a de um povo e a de uma raça—saudamos em nome da liberdade e da nossa briosa terra, á heroica provincia do Ceará —a grande redemptora dos captivos.

VERSÃO FAC-SIMILAR DO TEXTO “OS LIBERTOS”
(DIVIDIDO EM CINCO PARTES)

Os libertos

Sob este titulo estampou a *Gazeta da Bahia* em suas columnas um editorial do *Brasil*, no qual trata-se de mostrar a incapacidade do liberto para o trabalho, realisada a emancipação que, a passos largos, segue a sua carreira triumphal.

O orgão do Sr. Paulino,—o antigo chefe da dissidência, que não poupou esforços para impedir a passagem da lei de 28 de setembro—sente-se em grande embaraço toda vez que o forçã a dizer alguma palavra sobre a grave questão do dia. O silencio é o seu recurso supremo; e quando muito surge, a espaços, em sua terceira pagina, algum communicado, escripto lá da roça, em frente ao eito, para provar as excellencias do trabalho servil, que nos enriquece com o café, e os perigos do abolicionismo, a nos enveredar por sendas desconhecidas. *Chi lascia la via vecchia per la nuova, spesse volte ingannato si ritrova.*

As festas realisadas na corte para a solemnisação do grande acontecimento que elevou a provincia do Ceará sobre suas irmãs, a repercussão d'esse facto em todo paiz incommodarão sobremaneira ao *Brasil*.

O seu artigo, pallido e fraco, sobre a posição do liberto prova o nosso asserto.

Quer o *Brasil* que o liberto sujeite-se ao trabalho como elle está organizado nas fazendas de café? Quer que os negros, quebrados os vinculos do servilismo, permaneçam presos ao eito, dirigidos pelo feitor? Se a liberdade vae elevar e nobi-

Parte 1

do servilismo, permaneçam presos ao eito, dirigidos pelo feitor? Se a liberdade vae elevar e nobilitar o trabalho, como quereis que elle continue vilipendiado?

Para apreciar a condição do liberto entre nós, o *Brasil*, que tem á sua frente homens praticos, conhecedores dos nossos negocios, lembrou-se da opinião de um jornal inglez, expressa nos seguintes termos:

«A escravidão está a desaparecer: o negro e os seus descendentes, a menos que os forcem, não trabalham; e a substituição dos braços é um enigma para resolver o qual ainda não appareceu um OEdipo.»

Anathema sobre toda a raça africana, que só pôde trabalhar em servidão!

O *Brasil* não se contenta com depreciar o serviço do liberto, ameaça-nos com a banca-rotta, se o abolicionismo continuar em sua obra de destruição. Estes argumentos *terroristas* já cahirão em tamanho descredito, principalmente depois do seu emprego excessivo na sessão parlamentar de 1871, que não illudem mais.

A libertação, se trouxer a ruina de alguns olhos proprietarios rotineiros, incapazes deprehender as novas condições da organização do trabalho, augmentará sem a menor duvida

Parte 2

estar dos trabalhadores, desenvolverá a familia, dará grande incremento á pequena propriedade e desenvolverá a massa de valores que constituem o patrimonio da sociedade.

Eis o que não querem ver.

O escriptor escravista sustenta que a opinião do jornal inglez sobre a incapacidade do liberto é «a lição da historia em toda parte onde existiu a escravidão.» Conceito falsissimo, a menos que não se queira elevar a altura de lei algum facto parcial. (1)

A lição da historia é outra.

Nas colonias inglezas, nas colonias francezas, como nos Estados-Unidos, os libertos provarão a sua aptidão para o trabalho. Ahí estão os inqueritos mandados abrir pelos respectivos governos.

Os escravistas confundem propositalmente a deslocação do trabalho, trazendo como consequencia maior riqueza social, com a suppressão do trabalho. Quem não conhece o celebre discurso de lord Stanley, em 1842, sobre os admiraveis resultados da extincção do trabalho servil nas co-

Parte 3

resultados da extincção do trabalho servil nas colonias da Grã-Bretanha?

Nos Estados-Unidos, apesar das condições do paiz, depois da gigantesca lucta entre o norte e o sul, os libertos desmentirão as prophcias do egoismo, entrando muitos em accordo com os antigos senhores para continuarem o serviço em seus estabelecimentos.

Em que se funda, pois, o *Brasil* para proclamar a incapacidade do liberto e desejar que continue a macular-nos a negra instituição?

A cegueira dos adversarios da emancipação pôde ser comparada, conforme disse espirituosamente a *Gazeta de Noticias*, ao profundo somno de Sancho Pança: «Ya dormi con tan pesado sueño que quien quiera que fué tuvo lugar de llegar y suspenderme sobre quatro estacas que puo a los quatro lados de la albarda, de manera que me dejo a caballo sobre ella, y me saéo debajo de miel rucio sin que yo lo sintiese.»

A.

Parte 4

(1) Eis aqui um *specimen* d'esse modo de argumentar, extrahido de uma *Conferencia* lida pelo Dr. Coelho Rodrigues, perante Sua Magestade Imperial na escola da Gloria, do Rio de Janeiro:

«Conheço uma pessoa que *já matou* (não se assistem com a palavra) um escravo cosinheiro, copeiro, robusto, com 21 annos de idade, filho do pagem do pae, neto do pagem do avô do senhor, e nascido de uma familia em que não havia prostituição. *Matou-o alforriando*, Santo Deus! porque alforriou-o sem tel-o preparado para a vida civil, apezar de tel-o ensinado a ler. Pouco tempo depois voltou o liberto a pedir dinheiro ao ex-senhor, que deu-lhe, ordenando-lhe que nunca mais apparecesse em sua casa. Tres annos mais tarde o mesmo ex-senhor encontrava-o nas ruas do Recife cahindo de fome e com uma tuberculose no ultimo grão. Mandou-o no mesmo dia para o hospital de Misericordia, onde morreu 13 dias depois.»

Qu' est ce que cela prouve? As vicissitudes da fortuna! Leia o Dr. Coelho Rodrigues o seguinte trecho de uma correspondencia dos Estados-Unidos:

«Em New-York vi um doutor formado em direito pela universidade Heidelberg, empregado como *garçon* em um café, para não morrer de fome, e um antigo banqueiro ganhar humildemente sua vida como ajudante de cosinha em um restaurant de nomeada.

Encontrei um advogado muito conhecido na Europa como feitor em uma roça, e um antigo conselheiro de estado encarregado de um rebanho de porcos. Vi tambem um coronel do imperio mestre de primeiras lettras e um professor de theologia vivendo a pintar taboletas.»—Que muito é que um liberto morra tysico na *Misericordia do Recife*?!
co

VERSÃO FAC-SIMILAR DO TEXTO “O ABOLICIONISMO E A LAVOURA”
(DIVIDIDO EM OITO PARTES)

O abolicionismo e a lavoura

O órgão do partido conservador d'esta provincia abriu, ha dias, espaço em suas columnas de honra para um editorial do *Diário de Pernambuco*, subscripto por «Um agricultor», sob a epigrapha que encima estas linhas.

Vasado em estreitissimos moldes, inçado de erros economicos e historicos, contém o artigo um desorientada defeza do escravagismo em nome dos interesses da lavoura. Perfilhando-o, a *Gazeta* iça o pavilhão negro, que não encontra auras que o baloucem.

Esguio como um cypreste, esse estandarte, sombrio e triste, é um symbolo de morte.

O missivista pernambucano, agasalhado pelos redactores da *Gazeta* como amigo que expõe o peito á defeza de causa commum, insurge-se contra a immigração europêa que pretende rotçar, em seu proveito, o fertilissimo solo brasileiro.

Elle quer a lavoura rotineira e atrazada, humidecida pelos prantos do captivo, alimentada pelo braço escravizado. A graminea saccharifera não floresce, se as raizes não se embeberem no suor do preto escravo. Para dar uma idéa dos intuitos

Parte 1

do preto escravo. Para dar uma idéa dos intuitos do emperrado lavrador, cujo olhar pouco alcança além do cannaçal, proximo á senzala, vamos inserir aqui as seguintes linhas de sua correspondencia.

«Estamos condemnados a só recebermos os immigrants de cabellos brancos, e olhos azues, os quaes se fazem-nos o favor de virem para o nosso paiz, é para o civilisarem: tornando-se desde logo proprietarios dos melhores terrenos, á custa do Estado. Está á testa d'este movimento civilizador (o gripho é do communicante) uma tal *Sociedade Central de Immigração Estrangeira*, que só ella tem absorvido a melhor parte das réndas do nosso paiz.»

Querem mais claro?

Estamos condemnados a só receber o immigrant aryano,—o allemão, o tyrolense, o italianó!

O grande crime!

Varrerão o trafico dos mares; a Africa deixou de ser a fornecedora dos *folegos vivos*,—o grande viveiro da escravatura: queremos hoje coroar a ta-

Parte 2

te aryano,—o allemão, o tyrolense, o italianó!

O grande crime!

Varrerão o trafico dos mares; a Africa deixou de ser a fornecedora dos *folegos vivos*,—o grande viveiro da escravatura: queremos hoje coroar a tarefa libertando os descendentes d'esses miseros expatriados; queremos rehabilitar a lavoura, atada ao preconceito, rebaixada pela escravaria; trabalhamos para dirigir ao paiz a corrente immigratoria que se encaminha para as republicas platinas: imprevidentes que somos!

Os *apostolos da liberdade* estão em outra classe, a que pertence o agricultor de Pernambuco.

Os que querem enriquecer-se á custa do escravo, esses, sim, diz o missivista, «são os verdadeiros apostolos da liberdade.»

Nunca veio mais a proposito a fabula de querer figurar de leão o representante de outra raça inferior.

O escriptor escravagista tece êncomios á felicidade do escravo no Brasil, semelhantes, comprehendendo o leitor perspicaz, aos que ouviu o lobo de Lafontaine.

Balda é esta usada em todos os paizes de escravos.

Parte 3

Cada qual censura os rigores da escravidão em outras terras, disposto a attenuar as faltas do seu paiz.

A felicidade dos escravos foi tambem allegada em Cuba, na Jamaica, em Antigóa, em Suriman, em Guadelupe, em toda parte. «Os homens, como disse Vauban, que escumão as taxas em que se para o assucar respirão um odor balsamico, tão agradável quanto hygienico.»

Os elogios do agricultor de Pernambuco sobre o tratamento dos escravos, «no que nos distinguimos de todos os outros povos», fazem lembrar os de Granier de Cassagnac aos proprietarios das Antilhas. A mesma cousa.

Ocupando-se dos effeitos da libertação, especialmte o escriptor a Jamaica, «onde os escravos, depois de emancipados, abandonarão completamente as fazendas, espalhando-se pelas cidades e villas, e entregando-se por toda a parte á rapinagem e ao roubo.»

Porque não citou antes os tumultos de S. Domingos?

Parte 4

gleza.

Porque não citou antes os tumultos de S. Domingos?

A Jamaica!

«Digamos para gloria da Inglaterra, escreveu em 1843 o duque de Broglie, a libertação de 800.000 escravos, em um só dia, na mesma hora, não produziu, nas colónias inglezas, a decima parte das perturbações que ordinariamente causão entre as nações civilizadas a menor questão politica.»

A Jamaica! Como enganou-se o roceiro pernambucano! Referindo-se às colónias inglezas escreveu um notabilissimo observador, depois de examinar os inqueritos que foram feitos para se conhecer os resultados da abolição:

«Os factos principaes comprovados por todos os inqueritos são estes:—tranquillidade completa; nem vinganças, nem tumultos, nem incendios, nem guerra civil; augmento enorme do numero de casamentos; as egrejas e as escholas frequentadas e insufficiente para os libertos; emfim, amor sempre crescente pela propriedade.»

Parte 5

possuião milhares de casas e grandes extensões de terras compradas com o fructo de suas economias. Compulsando-se o vasto repositório que constitue a *Revista Colonial*, encontrão-se, alem d'essas informações insuspeitas, as de Lord Elgin, governador da Jamaica, no mesmo sentido.

Com os accents de sua eloquencia magestosa, que tanto brilho deu á tribuna franceza, disse o conde de Montalembert:

«Admiremos sobretudo a obra pacifica e sublime da abolição da escravidão colonial. Estavão em litigio um grande interesse moral, uma reforma a conquistar lenta e laboriosamente sobre habitos enraizados, velhos preconceitos e interesses intransigentes: foi conquistada... Os promotores d'essa grande reparação lutarão não só contra a rotina, como contra a politica, contra o commercio, contra a marinha mercante, contra a industria, contra os mais poderosos elementos da grandeza britannica; mas vencerão... Nunca recuarão, nunca duvidarão, e, após 30 annos de trabalhos, de lutas, de calumnias, no dia fixado pelos decretos eternos Deus coroou-os pelo successo e por uma gloria tão bella e tão pura que o meu coração de francez e de catholico sente que a não tivessem a França e a egreja.»

Inspirem-nos coragem essas nobres palavras nos dias que atravessamos!

Parte 7

sempre crescente pela propriedade.»

Jamaica! Mal avisado andou o missivista do norte em trazer á scena essa ilha.

O capitão Layrle, que a visitou depois da libertação, disse:

«Os negros não abandonarão as plantações: eis o facto. Se, porém, entende-se por trabalho o que era feito para o senhor, aquelle que, sob o antigo regimen, só aproveitava a alguns brancos, que o monopolisavão, houve diminuição; mas se se levar tambem em conta o trabalho dos negros em seus proprios terrenos (porque é notório que nos tres ultimos annos os libertos comprarão 2.500.000 francos de terras) ver-se-ha que não houve diminuição; o trabalho tomou outra direcção.»

A Jamaica!

Um missionario que esteve longos annos n'essa ilha e que escreveu a «*Situação passada e presente da Jamaica*», Philippo, diz-nos que, em 1843, allí havia cerca de 200 *free villages* fundadas pelos libertos em uma área de 10.000 acres. Os libertos, tornados chefes de familia, em numero de dez mil,

Parte 6

tra a rotina, como contra a politica, contra o commercio, contra a marinha mercante, contra a industria, contra os mais poderosos elementos da grandeza britannica; mas vencerão... Nunca recuarão, nunca duvidarão, e, após 30 annos de trabalhos, de lutas, de calumnias, no dia fixado pelos decretos eternos Deus coroou-os pelo successo e por uma gloria tão bella e tão pura que o meu coração de francez e de catholico sente que a não tivessem a França e a egreja.»

Inspirem-nos coragem essas nobres palavras nos dias que atravessamos!

Parte 8